

Ensino Médio

História

Sumário

HISTÓRIA GERAL	2
1. INTRODUÇÃO	2
2. O ILUMINISMO E O LIBERALISMO ECONÔMICO	7
3. A REVOLUÇÃO FRANCESA	8
4. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	12
4.1. O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	12
4.2. OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS	14
4.3. AS IDEOLOGIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO	15
4.4. AS ETAPAS DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	17
5. AS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA	19
5.1. INDEPENDÊNCIA E EXPANSÃO DOS EUA	19
5.2. AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA ESPANHOLA	23
6. IMPERIALISMO E NEOCOLONIALISMO	24
7. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918).....	26
8. A REVOLUÇÃO RUSSA	30
9. A CRISE DE 1929 E A GRANDE DEPRESSÃO	34
10. FASCISMO E NAZISMO	36
10.1. O FASCISMO ITALIANO	37
10.2. O NAZISMO ALEMÃO	38
11. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	41
12. O PÓS-GUERRA E A GUERRA FRIA	44
13. O MUNDO APÓS A GUERRA FRIA	50
HISTÓRIA DO BRASIL	57
14. O REINO UNIDO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1808-1822).....	57
15. O BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)	58
16. A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)	70
17. A ERA VARGAS (1930-1945)	81
18. O PERÍODO DEMOCRÁTICO POPULISTA (1946-1964).....	89
19. A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985).....	95
20. A NOVA REPÚBLICA (1985-....).....	102

Material organizado pelo grupo de professores do NEEJA Vicente Scherer.



HISTÓRIA GERAL

1. INTRODUÇÃO

“História é um vocábulo de origem grega que significa ‘conhecimento por meio de uma indagação’. Ela deriva de *histor* ‘sábio’ ou ‘conhecedor’. São muitas as definições que se fizeram dessa ciência. Para o filósofo e escritor alemão Johann Gorttfried von Herder, a história é o estudo do passado; o historiador francês Marc Bloch definiu história como a ciência dos homens no transcurso do tempo; o francês Lucien Febvre, também historiador, destacou que a história é o processo de mudança contínua da sociedade humana” (Mota e Braick).

“A palavra História possibilita diferentes compreensões, já que existem, pelo menos, três usos correntes para o conceito. Um primeiro que se refere ao efetivamente ocorrido, ao conjunto de ações humanas existentes ao longo do tempo. O segundo que designa as diferentes narrativas sobre as ações dos homens no tempo entre as quais se encontram as crônicas, as fábulas, os contos, as memórias. Finalmente, a História como o conhecimento histórico das ações humanas ao longo do tempo, narrada em conformidade com procedimentos que a disciplina demanda” (Zanirato).

Como podemos ver através das citações acima, definir o que é a história não é tão simples quanto pode parecer. Ao longo do tempo esta palavra foi recebendo diferentes definições. Conforme o método de estudo da história se desenvolveu, ela passou a ter um caráter de ciência. Estas definições se tornaram mais complexas e geraram novas discussões. Não pretendemos aqui entrar em um debate sobre a definição mais adequada da ciência histórica, nem defender um ponto de vista específico. Nosso objetivo é mostrar que não há uma unanimidade sobre este assunto. O que podemos afirmar é que a história é uma ciência em construção, cujos conceitos e métodos estão constantemente sendo desenvolvidos pelos historiadores.

O tempo histórico

Ao estudar a História, qualquer um perceberá que os acontecimentos são *datados*, ou seja, são situados no tempo em uma data específica. O tempo é a dimensão em que estudamos a história. Mas estas datas não têm valor universal. A forma de marcar a passagem do tempo e estabelecer datas depende da forma como cada civilização desenvolveu seu calendário, e que fatos são considerados mais importantes.

Alguns povos desenvolveram calendários com base nos períodos dos ciclos da Lua (calendário lunar, com 354 dias de duração), e outros desenvolveram calendários baseados nos ciclos do sol (calendário solar, com 365 dias). Desta forma, diferentes civilizações antigas tiveram calendários com tempos de duração diferentes. Além disso, aspectos da cultura e da história de cada povo também foram determinantes no estabelecimento dos calendários.

Na civilização ocidental, por exemplo, desde a Idade Média (uma época em que a Igreja Católica era a instituição mais poderosa da Europa e exercia muita influência sobre o pensamento) o tempo começou a ser contado em “*antes de Cristo*” (a.C.) e “*depois de Cristo*” (d.C.), pois se considerava que o nascimento de Jesus Cristo seria o acontecimento mais importante da história da humanidade. Utilizando-se as escrituras bíblicas foi feito um cálculo do ano em que Cristo teria nascido, e este ano passou a ser considerado o ano 1 da “era cristã”. Todo o tempo anterior a este acontecimento passou a ser contado de forma decrescente (“de trás para frente”). Para simplificar, normalmente não utilizamos a sigla d.C. quando tratamos de datas “depois de Cristo”. Portanto, se não houver sigla nenhuma, fica estabelecido que se trata de uma data da “era cristã”. O calendário ocidental que utilizamos atualmente se chama **calendário gregoriano**, por ter sido promulgado pelo Papa Gregório XIII em 1582. Este calendário substituiu o calendário juliano, que havia sido estabelecido por Júlio César no ano 46 a.C.



Porém devemos lembrar que nem toda a humanidade é cristã. Para os povos que não são cristãos a suposta data de nascimento de Cristo não é um marco relevante. Os judeus, muçulmanos, e budistas, só para dar alguns exemplos, possuem calendários diferentes.

Os judeus, por exemplo, no dia 30 de setembro de 2019, estavam comemorando o início do ano 5768 do calendário judaico. Na tradição judaica a contagem de tempo tem início com o suposto nascimento de Adão, que pelas escrituras judaicas teria sido no ano 3761 a.C. do calendário cristão. O calendário judaico se baseia no ano lunar, mas também utiliza o ciclo solar em certos períodos para fazer um ajuste.

No calendário islâmico, utiliza-se o calendário lunar, e o seu ano 1 corresponde ao ano 622 do calendário cristão, pois este foi o ano em que Maomé fugiu de Meca para Medina, evento chamado de Hégira. Em 1º de setembro de 2019 teve início o ano AH 1441 do calendário islâmico. A sigla AH significa “ano da Hégira”.

O calendário chinês, assim como o judaico, se baseia no ciclo lunar e periodicamente utiliza o ciclo solar para fazer um ajuste, e tradicionalmente o ano é identificado pela associação a um dos 12 animais do horóscopo chinês. No dia 5 de fevereiro de 2019 teve início o ano 4717 do calendário tradicional chinês, ano do porco.

No mundo atual, obviamente, todos os países adotaram o calendário gregoriano como calendário oficial para definir o ano civil, com o objetivo de facilitar as relações entre diferentes nações, mas as festas e feriados religiosos costumam se basear nos calendários tradicionais de cada cultura.

Para facilitar o uso da datação (estabelecimento de uma data para um acontecimento), utilizamos também termos como século, década, quinquênio, etc.. Cada período de 100 anos é considerado um *século*. Habitualmente os séculos são identificados por algarismos romanos. Considerando-se o calendário cristão, o século I se iniciou no ano 1 e terminou no ano 100, o século II se iniciou no ano 101 e terminou no ano 200, e assim por diante. O século XX iniciou no ano 1901 e terminou no ano 2000, e o século XXI iniciou no ano 2001 e irá terminar no ano 2100. Da mesma forma, também utilizamos as *décadas* (períodos de 10 anos) e os *milênios* (períodos de 1000 anos) para simplificar a contagem do tempo. Com menos frequência, é possível encontrar ainda as expressões *biênio* (2 anos), *quinquênio* (5 anos), e *quartel* (25 anos).

Os períodos da história

Para facilitar o estudo da História humana, esta costuma ser dividida em períodos. Iniciamos por uma divisão em dois grandes períodos, **Pré-história** e a **História**. Denominamos de Pré-história todo o período que vai do surgimento da espécie humana até a criação da escrita. Já a História se inicia da invenção da escrita até os dias atuais. Estes dois períodos, porém, continuam sendo muito amplos, e cada um deles abriga grandes transformações nas características mais importantes das sociedades humanas. Torna-se necessário, então, dividi-los em períodos menores, de acordo com as mais importantes mudanças pelas quais a humanidade passou.

O período da **Pré-história** é dividido em 3 períodos menores:

- O **Paleolítico** vai do surgimento da humanidade até o surgimento da agricultura, há cerca de 10 mil anos a.C.
- O **Neolítico** tem início com a agricultura, e vai até o aparecimento da metalurgia, aproximadamente em 5 mil a.C.
- A **Idade dos Metais** se inicia com a metalurgia e vai até a criação da escrita, cerca de 4 mil a.C. A Idade dos Metais, por sua vez também pode ser dividida em *Idade do Bronze* e *Idade do Ferro*.



Já a **História** é dividida em 4 partes:

- A **História Antiga (ou Antiguidade)**, tem início com a escrita e vai até o fim do Império Romano Ocidental, no ano 476.
- A **Idade Média** vai do fim da Antiguidade até a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453.
 - A **História Moderna** tem início com o final da Idade Média e dura até a Revolução Francesa em 1789.
 - Por fim, a **História Contemporânea** inicia-se com a Revolução Francesa e abrange até os dias de hoje.

Esta forma de dividir a história em períodos é bastante tradicional, e privilegia os aspectos políticos das transformações ocorridas nas sociedades, como a invasão de uma capital ou uma revolução. Nem todos os historiadores concordam com ela, mas toda esta divisão contínua a ser utilizada, e a manteremos aqui como forma de organizar os conteúdos.

Também, devemos ressaltar que esta forma de dividir a história em períodos foi elaborada pensando-se apenas na Europa e oriente próximo. Ela não leva em conta, por exemplo, as formas como se desenvolveram as antigas civilizações do continente americano, da África, ou os povos do extremo oriente.

Os Modos de Produção

Muitos historiadores privilegiam o estudo da história através do aspecto econômico, analisando a forma como as diferentes sociedades se organizaram em função da produção dos bens materiais necessários. A partir desta forma de estudar a história, surgiu o conceito de **modo de produção**, desenvolvido pelos pensadores Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX. Para compreender o conceito de modo de produção, observemos que ele é construído a partir de um conjunto de conceitos que se relacionam e se complementam.

- **Trabalho:** É a ação do homem sobre a natureza. É o exercício efetivo da sua capacidade produtiva, capacidade de transformar o que se encontra na natureza ou a partir dela, em bem de seu uso, ou transformar em mercadoria e acrescentar-lhes valor. Utilizando sua força física, ferramentas, ou máquinas, o homem produz bens para seu uso, tais como: alimentos, roupas, móveis etc.
- **Objetos de trabalho:** São as matérias-primas que o homem utiliza para fazer os bens materiais, como minérios, metais, algodão, lã etc.
- **Meios de trabalho:** São os elementos que o homem utiliza para trabalhar nos objetos de trabalho, suas ferramentas.
- **Meios de produção:** É o conjunto dos *meios de trabalho* e dos *objetos de trabalho* (terra, ferramenta, máquinas, matéria-prima etc.)
- **Força de trabalho:** É a capacidade física e intelectual que o homem possui e vende para exercer o trabalho.
- **Forças produtivas:** É o conjunto dos *meios de produção* e da *força de trabalho*.
- **Relações sociais de produção:** São as relações que se estabelecem entre os homens no processo produtivo. Estas relações se estabelecem entre os *proprietários dos meios de produção* e os *trabalhadores* ou produtores diretos.
- **Modo de produção:** É a maneira pela qual os homens se organizam para obter os bens materiais de que necessitam para viver. Todo o modo de produção engloba as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*. **Para identificar o modo de produção característico de uma determinada civilização ou sociedade, utilizamos principalmente critérios econômicos, como por exemplo o tipo de propriedade (coletiva, privada, estatal) que existe sobre os meios de produção, e o regime de trabalho predominante (servil, escravo, assalariado).**



- **Classe social:** Uma divisão da sociedade, geralmente feita por critérios econômicos. As classes sociais são grupos de indivíduos que se diferenciam pela sua posição no sistema produtivo, por sua relação com os meios de produção, ou seja, seu papel na organização social do trabalho. **Cada modo de produção caracteriza-se entre outras coisas, por um sistema de classes diferente.**

Ao longo da História existiram diferentes modos de produção (o Comunista Primitivo, o Asiático, o Escravista, o Feudal, o Capitalista e o Socialista). Os modos de produção não permanecem invariáveis, estáticos. No curso do desenvolvimento da história, os modos de produção se encontram em constante processo de transformação. Eles não correspondem a períodos específicos, com momentos exatos de início e fim, pois cada nova forma de organização econômica e social traz em si elementos da forma que a antecedeu. Em um mesmo período, elementos de diferentes modos de produção podem coexistir.

Neste polígrafo, estudaremos basicamente o período em que o capitalismo se impôs como modo de produção predominante no mundo, a partir da Revolução Industrial. Cronologicamente estudaremos o período compreendido entre a segunda metade do século XVII e o início do século XXI, ou seja, o final da História Moderna e a História Contemporânea. Para fins de introdução, veremos rapidamente as características básicas dos modos de produção anteriores ao capitalismo, e como o capitalismo se desenvolveu.

O Comunismo Primitivo

Comunismo Primitivo é o conceito utilizado para designar as **sociedades pré-históricas**, principalmente durante os períodos Paleolítico e Neolítico. Embora nesse período tenham ocorrido algumas mudanças importantes, que mais tarde conduziram ao surgimento de trabalho especializado, a sociedade neolítica ainda possuía características de uma sociedade simples, ou “primitiva”. Nessas sociedades, **não existem** o Estado (uma estrutura organizada de governo), a divisão da sociedade em classes sociais hierarquizadas, a propriedade privada sobre as terras cultivadas, os centros urbanos (cidades), etc. Os recursos naturais e as terras cultiváveis eram posses coletivas, sendo explorados por todos os membros da aldeia. A economia era de subsistência, ou seja, produzia-se apenas o necessário para suprir as necessidades coletivas. Não havendo propriedade sobre os meios de produção, nem existindo uma divisão social que permitisse a um grupo explorar o trabalho de outro, caracterizava-se o chamado “**comunismo primitivo**”.

O Modo de Produção Asiático

O termo *Modo de Produção Asiático* foi utilizado para designar o tipo de organização social, política e econômica das **sociedades do antigo oriente próximo, como o antigo Egito e as civilizações mesopotâmicas**. As características deste modo de produção seriam, entre outras, a *inexistência (ou pouca importância) da propriedade privada a terra, e a presença de um Estado despótico*, representado por um governante que é visto como o grande proprietário, e que tem as atribuições de controlar a economia, a divisão do trabalho e as obras necessárias à sobrevivência da sociedade, sendo também responsável pela organização militar e a defesa, e a liderança das funções religiosas. Neste tipo de organização, não existia um comércio muito desenvolvido, pois o Estado se apropriava dos excedentes produtivos na forma de tributos.

A produção era baseada na **agricultura de irrigação**, o que justificaria a dependência de uma administração centralizada, que patrocinava a construção de grandes **obras hidráulicas**, por exemplo. A mão de obra era abundante, estando a população das comunidades aldeãs subordinadas à **servidão coletiva**. Ou seja, os escravos não eram a maior parte dos trabalhadores, e os camponeses de forma geral eram obrigados a trabalhar nas grandes obras e a pagar tributos na forma de produtos agrícolas.



A estreita ligação entre o desenvolvimento destas civilizações com **Estadoteocráticos** e as grandes *obras de irrigação* fez com que estas organizações sociais também fossem chamadas de **impérios teocráticos de regadio**. Outra expressão que alguns autores utilizam para se referir a este tipo de sociedade é **“Modo de Produção Tributário”**, numa referência ao fato de que os excedentes agrícolas são acumulados pelo Estado na forma de tributos.

O Modo de Produção Escravista

As **antigas civilizações grega e romana** são exemplos do tipo de organização social e econômico denominado Modo de Produção Escravista. A terra, o principal bem necessário à produção agrícola, era uma **propriedade privada**. Os proprietários de terras formavam uma aristocracia, a classe dominante, e **a produção era realizada predominantemente pela mão de obra escravizada**.

A **escravidão** é uma *“instituição secular caracterizada pela situação de indivíduo juridicamente considerado um objeto, do qual outra pessoa pode dispor livremente exercendo direitos de propriedade”* (Azevedo). Ou seja, a característica marcante do escravo não é a natureza do trabalho que ele exerce, mas o fato de que ele pertence a outra pessoa, tornando-se uma propriedade. Neste período (a antiga civilização greco-romana) embora nem todos os trabalhadores fossem escravos, a maior parte da riqueza era produzida através do trabalho escravo, sendo essa a base da economia. As principais maneiras pelas quais os trabalhadores se tornavam escravos eram o endividamento e as guerras.

O Modo de Produção Feudal

O **Modo de Produção Feudal** foi a forma de organização predominante na Europa ocidental durante a Idade Média, no qual **as relações sociais de produção estavam baseadas na servidão e o objetivo fundamental da produção era o valor de uso** (ou seja, a produção tinha por objetivo suprir as necessidades básicas, e não gerar acúmulo de lucro).

O termo feudalismo designa *“um regime socioeconômico no qual os indivíduos subordinam-se mutuamente em laços de dependência pessoal. O conjunto dessas relações repousa na exploração da terra por intermédio do domínio do proprietário sobre o camponês”* (Azevedo).

O historiador Charles Parain destaca **três características gerais da sociedade feudal**:

- *“1º As relações de produção desenvolvem-se em torno da terra, porque repousam sobre uma economia predominantemente agrícola.”*
- *“2º Os trabalhadores têm direitos de usufruto e de ocupação da terra, mas a propriedade desta pertence a uma hierarquia de senhores que não possuem a disposição absoluta do solo, embora tenham o direito de arrecadar taxas fixadas pelos costumes sobre o produto ou sobre as terras de seus inferiores.”*
- *“3º A esta base econômica corresponde toda a rede de vínculos pessoais: uma parte dos trabalhadores – a maioria nas épocas de desenvolvimento típico – não goza de uma completa liberdade pessoal; não há “escravidão” (propriedade da pessoa), mas “servidão” (vínculo do camponês com o seu amo – homo proprius – e mais tarde com sua exploração – adscribusglebae); mas entre esses mesmos senhores, o sistema de propriedade está vinculado a um sistema de deveres (sobretudo militares) para com a pessoa do superior.”* (Pinsky)

A transição do feudalismo para o capitalismo

Nos últimos séculos da Idade Média teve início uma grande transformação decorrente do desenvolvimento do comércio e das cidades. Consequentemente, ocorreu também o fortalecimento da burguesia, uma classe social basicamente urbana, formada principalmente pelos comerciantes e artesãos. No sistema feudal o comércio não se desenvolvia facilmente e não era uma atividade lucrativa, consequentemente a burguesia era uma classe social pequena e pouco influente. Mas o desenvolvimento do comércio e das cidades propiciou o aumento dos lucros, atraindo mais pessoas a investir nestas atividades e dando à burguesia uma maior influência.



Se por um lado os comerciantes e artesãos obtinham mais lucros, também pagavam mais impostos, o que despertou o interesse dos monarcas em fomentar o desenvolvimento da economia e fortalecer seu próprio poder. Assim, a aliança de interesses entre a burguesia e os reis levou a várias grandes transformações na sociedade europeia, modificando não apenas a economia (com o surgimento do **Mercantilismo**), mas também a cultura (o **Renascimento**), a religião (**Reformas Protestantes** e **Contrarreforma**), e as formas de organização política (os **Estados Nacionais Modernos** e o **Absolutismo**).

Para sustentar este desenvolvimento das atividades comerciais era necessário ampliar o mercado garantindo novas fontes de mercadorias e de metais preciosos (o ouro e a prata eram necessários para que as nações europeias pudessem aumentar a produção e a circulação de moedas sem que estas perdessem valor). A solução para esta necessidade era o investimento nas navegações (**Expansão Marítima**) e a conquista e exploração de colônias em outros continentes como a América e a África (o **Colonialismo**, ou **Sistema Colonial**). Desta maneira, as potências europeias puderam acumular uma grande quantidade de riqueza, ao mesmo tempo em que a burguesia enriquecia e se tornava a classe social detentora do poder econômico.

Durante a História Moderna, o capitalismo se desenvolveu na sua forma mercantilista, ou seja, o acúmulo de lucros se dava através do comércio. É a fase do capitalismo mercantil. Esta forma de capitalismo, porém, caracteriza uma fase de transição. **Apenas após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa é que temos o Modo de Produção Capitalista, na sua forma desenvolvida, com as características produtivas e ideológicas.**

Se por um lado a Revolução Industrial garantiu que a produção capitalista de desenvolvesse na sua forma mais eficiente e lucrativa, por outro lado a Revolução Francesa garantiu a vitória dos princípios políticos e filosóficos próprios desta nova sociedade.

2. O ILUMINISMO E O LIBERALISMO ECONÔMICO

O iluminismo

Textos adaptados a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura - História: Os caminhos do homem. Vol. 2 - Ed. Lê - Minas Gerais - 1995.

“O Iluminismo expressou a ascensão da burguesia e de sua ideologia, foi a culminância de um processo que começou no Renascimento, quando se usou a razão para descobrir o mundo, e que ganhou aspecto essencialmente crítico no século XVIII, quando os homens passaram a usar a razão para entenderem a si mesmos no contexto da sociedade.”

Os filósofos iluministas consideravam a razão indispensável ao estudo de fenômenos naturais e sociais. Até a crença deveria ser racionalizada. Os Iluministas eram deístas, isto é, acreditavam que uma força superior (que poderia ser Deus) foi responsável pela criação do universo e está presente na natureza, portanto no próprio homem, que pode descobri-lo através da razão, e não necessariamente através da prática de uma religião.

Os iluministas diziam que leis naturais regulavam as relações entre os homens, tal como regulavam os fenômenos da natureza. Consideravam que os homens nasciam bons e iguais, e as desigualdades seriam provocadas pela sociedade. Para corrigi-las, achavam necessário mudar a sociedade, permitindo para todos, liberdade de expressão e culto, proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras.

O princípio organizador da sociedade deveria ser à busca da felicidade; ao governo caberia garantir direitos naturais: a liberdade individual e a livre posse de bens; tolerância para a expressão de ideias; igualdade perante a lei; justiça com base na punição dos delitos, conforme defendia. A forma política ideal variava; seria a monarquia inglesa, segundo Montesquieu e Voltaire; ou uma república fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, segundo Rousseau. Os iluministas, portanto, posicionavam-se **contra** o absolutismo (o poder concentrado nas mãos dos reis), os privilégios de nascimento da nobreza, e a existência da servidão.



O despotismo esclarecido

Os governantes absolutistas de alguns países europeus adotaram certos princípios do Iluminismo. Uma aliança de princípios filosóficos e poder monárquico, promovendo em seus Estados uma série de reformas nos campos social e econômico. Esses governantes ficaram conhecidos como **déspotas esclarecidos**.

Na Educação, incentivaram à educação pública através da construção de escolas, do apoio de academias literárias e científicas e da divulgação de textos eruditos. Em relação aos Tributos aperfeiçoou o sistema de arrecadação tributária, procurando tornar menos opressiva a carga de tributos cobrados das classes populares.

Principais déspotas esclarecidos: Frederico II (Prússia), Catarina II (Rússia) e José II (Áustria).

O liberalismo econômico

O liberalismo econômico é uma teoria econômica que se desenvolveu paralelamente ao iluminismo. Se baseia em um pensamento individualista e propõe que a organização da economia deva ocorrer sem intervenção do Estado. As decisões econômicas devem ser tomadas livremente pelos indivíduos, ou pelas empresas, sem a imposição de diretrizes estatais. A função do Estado seria apenas garantir condições para que o mercado funcionasse livremente de acordo com sua lógica própria, as chamadas “leis de mercado”. O objetivo da economia seria possibilitar o acúmulo de capital nas mãos dos empresários. A eficiência da economia é medida pelo acúmulo de capital e ela produz, e não pela distribuição.

Os economistas neoclássicos do final do século XVIII foram defensores das ideias liberais, posicionando-se contra as características da economia mercantilista, que era caracterizada por uma alta intervenção do Estado na economia. Alguns dos economistas liberais mais conhecidos foram François Quesnay, Vincent de Gournay, e Adam Smith.

O britânico **Adam Smith** defendia a ideia de que as nações só iriam prosperar com uma economia sem regulação ou intervenção do Estado. Os indivíduos, vistos como “agentes econômicos”, são movidos por impulsos individualistas como ambição ou ganância, agem na busca de lucro, e a soma destes impulsos individuais promoveria o desenvolvimento econômico, trazendo benefícios para a sociedade.

3. A REVOLUÇÃO FRANCESA

Foi a **Revolução Francesa** que definiu o perfil ideológico das chamadas “**revoluções burguesas**”, que incluem desde a Independência dos Estados Unidos da América em 1776 até movimentos revolucionários ocorridos na Europa na primeira metade do século XIX. Estes movimentos tiveram em comum a forte inspiração dos ideais do **iluminismo** e do **liberalismo**. A Revolução Francesa representou um rompimento radical com as instituições feudais que ainda restavam na França moderna, bem como o fim da monarquia absolutista, e foi caracterizada por uma grande participação popular.

A França antes da revolução

“A França era ainda um país agrário em fins do século XVIII. De seus 23 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões viviam no campo. Embora o capitalismo já tivesse começado a provocar mudanças em sua estrutura, sua organização social ainda estava baseada em estamentos, à semelhança da Idade Média. Mas, como efeito da penetração do capitalismo, já se perceberia certa mobilidade social” (Arruda, p. 241).

As causas da Revolução Francesa são muitas. Em primeiro lugar, apesar do desenvolvimento da economia capitalista e da difusão das ideias iluministas e liberais, a França mantinha uma sociedade dividida em **estamentos**, semelhantes à ordem social medieval, os **três estados**, em que prevaleciam os privilégios baseados na origem e no nascimento, e que não correspondiam às



classes sociais do capitalismo. Estas ordens sociais eram:

- **Primeiro Estado:** o Clero (cerca de 130 mil pessoas). Havia o chamado “alto clero” (bispos e abades com nível de nobreza) e o “baixo clero” (padres e vigários de baixa condição).
- **Segundo Estado:** a Nobreza (cerca de 140 mil pessoas). Existia a nobreza palaciana vivia de pensões reais e usufruía cargos públicos, a nobreza provincial, que vivia no campo, e a nobreza de toga, constituída de pessoas oriundas da burguesia, que haviam comprado seus cargos e títulos de nobreza.
- **Terceiro Estado:** Incluía todo o restante da população, ou seja, a burguesia (250 mil), que incluía a alta burguesia (banqueiros, financistas e grandes empresários), a média burguesia (profissionais liberais, médicos, dentistas, professores, advogados) e a pequena burguesia; os artesãos (cerca de 2,5 milhões de pessoas, que incluía artesãos, aprendizes e proletários); e os camponeses (22 milhões).

Esta forma de organização social se mantinha desde a Idade Média, e não estava adequada à uma sociedade capitalista. Para fazer parte do 1º Estado o indivíduo precisava ter nascido nobre, e para fazer parte do 2º Estado era necessário fazer parte da Igreja (dentro da qual a nobreza era uma condição que favorecia chegar aos postos mais altos). Assim sendo, a posição do indivíduo era definida mais pelo nascimento do que pela riqueza que possuía.

Ao mesmo tempo, o 1º e o 2º Estados detinham os privilégios e o poder político. Ou seja, um grande comerciante, por mais rico que fosse, não detinha poder político nem qualquer privilégio, e ficava situado dentro da mesma ordem social que os camponeses mais pobres. Numa época em que a alta burguesia se encontrava em ascensão, acumulando riqueza, esta forma de organização social e política não correspondia aos seus anseios.

Outros fatores que explicam a revolução:

- As contradições decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e impulsionadas pela burguesia, e a permanência de relações sociais de produção ainda predominantemente feudais.
- A excessiva intervenção do Estado nas atividades econômicas, através das práticas mercantilistas, que entrava em choque com o desenvolvimento do Liberalismo Econômico.
- O déficit público, crescentemente agravado por guerras constantes e quase sempre desastrosas, como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), contra a Inglaterra, e a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1776-1783) na qual a França deu apoio aos americanos rebeldes. O aumento das despesas não era acompanhado por um crescimento das receitas, que ainda eram mal aplicadas.
- A excessiva carga tributária imposta ao terceiro estado.
- Crescente miséria das massas populares urbanas, afetadas pelo desemprego, por baixos salários e vivendo nos limites da simples sobrevivência.
- Privilégios exclusivos dos membros do Primeiro e Segundo Estados (Clero e Nobreza), que não pagavam impostos, recebiam pensões do Estado e monopolizavam o exercício de determinados cargos.

Fase Moderada (1789-1792)

Diante da revolta gerada pela crise econômica, a nobreza e clero convenceram o rei Luís XVI a convocar a **Assembleia dos Estados Gerais** em 1789. A Assembleia era formada por representantes dos três estados, e não era convocada desde 1614. Os deputados do Terceiro Estado, se revoltaram contra o sistema de votação, que era por grupo/ordem social e onde cada Estado teria apenas um voto, independentemente do número de representantes, o que beneficiava o primeiro e segundo estado. Os deputados do Terceiro Estado exigiam que a votação fosse realizada por voto individual (cada deputado tendo direito a um voto), pois assim, teria condições de fazer vencer e fazer valer suas decisões.



Os trabalhos da Assembleia dos Estados Gerais foram paralisados e os deputados do Terceiro Estado abandonam a reunião, formando uma “**Assembleia Nacional Constituinte**”, com o objetivo de elaborar uma **Constituição** para a França. A revolta burguesa espalhou-se pelas ruas. Em 14 de julho de 1789, o povo invadiu e tomou a velha prisão da Bastilha, símbolo do poder absoluto do rei, onde eram aprisionados os inimigos da monarquia francesa. A burguesia pretendia fazer reformas superficiais, que lhe garantissem participar do poder, liberdade econômica e igualdade jurídica. O lema dos revolucionários era “**Liberdade, Igualdade e Fraternidade**”.

A Constituição foi aprovada em 1791, quando teve início a fase da **Monarquia Constitucional**. A Constituição garantia o **fim dos privilégios** dos nobres e do clero. Os bens da Igreja Católica foram confiscados e o clero passou a ter uma Constituição civil pela qual os padres se tornavam funcionários públicos e não deviam mais obediência ao Papa. Nas eleições de outubro de 1791 a grande maioria dos deputados eleitos era da burguesia, que predominava na Assembleia.

Por outro lado, a Constituição **desagradou aos setores populares**, pois estabelecia o sufrágio censitário, onde o direito ao voto dependia da renda do cidadão, o que impedia a grande maioria da população de votar. Desta maneira, o cenário da revolução caminhou rapidamente para a **radicalização**. Em junho de 1791, foi aprovada a Lei de Le Chapelier que proibia os sindicatos de trabalhadores e as greves, com castigos graves que incluíam a pena de morte.

Ao mesmo tempo, muitos nobres franceses que haviam fugido do país conquistaram apoio dos governos de outros países que tinham monarquias absolutistas para invadirem a França e restaurarem o Antigo Regime e o poder absoluto do rei. O rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta conspiraram para apoiar a invasão da França por exércitos estrangeiros, foram acusados de traição e presos após tentarem fugir do país.

Fase Radical (1792-1794)

Com a França invadida pelo exército prussiano, o povo foi chamado para defender o país e a continuidade da revolução e saiu às ruas, as armas foram distribuídas aos cidadãos, e sob a liderança de Danton, Robespierre e Marat foram massacrados muitos defensores do Antigo Regime.

Em 1792 ocorreu a Proclamação da República. A antiga Assembleia foi substituída pela **Convenção Nacional**, que tinha como principal missão elaborar uma **nova Constituição** para França. O rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta foram condenados à morte e executados em 1793.

Nesse período, os revolucionários franceses encontravam-se divididos em diferentes grupos políticos:

- **Girondinos.** Representavam a alta burguesia. Eles não queriam o aprofundamento da revolução e tinham medo da radicalização das classes populares. Aliavam-se aos nobres liberais e aos padres do baixo clero. Eram chamados assim por seus principais líderes serem originários do departamento da Gironda (região da França). Eles ocupavam os bancos inferiores do salão onde ocorriam as sessões.
- **Jacobinos.** Representavam a pequena burguesia e tinham apoio dos sans-culottes (massas populares de Paris) e média burguesia e o proletariado de Paris. Eles tinham posições mais radicais, desejavam aprofundar a revolução aumentando os direitos do povo e reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Ocupavam os bancos mais altos, e por isso também eram chamados de “**montanha**”. Seus principais líderes eram Danton, Robespierre e Marat. Eram chamados de jacobinos porque seu local de reunião era o convento de Saint-Jacques. Os jacobinos mais radicais eram liderados por Jacques Hébert e queriam o povo no poder.
- **A planície.** Eram deputados que não tinham posição firme, mudavam de opinião constantemente votando nas propostas que tinham mais chance de vencer. Também eram chamados de “o



pântano”.

- **Outros grupos**, menores, eram os **cordeliers** (representando as camadas mais baixas), e os **feuillants** (representando a burguesia financeira).

Os termos “**direita**” e “**esquerda**”, utilizados para designar posições políticas, se originaram da divisão que havia na Convenção Nacional francesa e se aplicam até os dias de hoje, embora possam ser usados com sentidos diferentes dependendo do contexto. Estes termos se referiam à posição que cada grupo de deputados ocupava, situados com relação à mesa que presidia as sessões:

- **À direita** da mesa da presidência estavam os **girondinos**, que desejavam consolidar as conquistas da burguesia, mas impedir o avanço das conquistas das classes populares e a radicalização.
- **Ao centro** se situava a **planície**, que não tinha posições definidas e votava conforme as conveniências.
- **À esquerda** da mesa situavam-se os **jacobinos**, que defendiam o aprofundamento da revolução e maiores conquistas para as classes populares e a pequena burguesia.

Inicialmente a Convenção era liderada pelos girondinos. Porém, após a invasão da França por países estrangeiros apoiados pela nobreza e pelo rei, onde os líderes jacobinos é que mobilizaram o povo e garantiram a defesa do país, e diante da incapacidade de combater os problemas econômicos, os girondinos não conseguiram manter-se no poder, perdendo a liderança para os jacobinos, que contavam com forte apoio popular.

A execução do rei provocou comoção nos contrarrevolucionários, mais invasões de tropas estrangeiras e revoltas internas. Para enfrentar a ameaça, os jacobinos criaram uma série de órgãos encarregados da defesa da revolução. Teve início o período conhecido como “**fase do Terror**”, onde o governo liderado por Robespierre, executou na guilhotina milhares de pessoas consideradas “inimigas da revolução” (os números variam, mas alguns autores falam em até 40 mil execuções).

As medidas adotadas pelos jacobinos favoreceram muito as classes mais populares. Foram tomadas medidas como a reforma agrária, a abolição da escravidão nas colônias francesas, o tabelamento dos preços, o confisco dos bens dos nobres que abandonaram a França, o ensino público gratuito etc.

No entanto, a burguesia aproveitou-se das disputas internas entre os vários grupos jacobinos. Após terminarem as ameaças de invasões estrangeiras, os girondinos e o grupo da planície uniram-se contra os jacobinos. A alta burguesia retomou o poder em julho de 1794, aproveitando-se da perda de apoio popular do líder Robespierre.

Fase Conservadora (1794-1799)

Retornando ao poder, a alta burguesia organizou uma nova Constituição que estabeleceu a continuidade do regime republicano, que seria controlado, pelo **Diretório**, um órgão composto por cinco membros eleitos pelo legislativo. O diretório teve um período conturbado pelas oposições tanto dos grupos monarquistas, que planejavam retomar ao poder, quanto dos grupos populares jacobinos, que também conspiravam contra o Diretório. Ao mesmo tempo procurou-se **eliminar as realizações da fase radical**.

No entanto, a crise econômica continuava aguda, agravada com novas ameaças externas. O Diretório passou a depender profundamente do Exército, para vencer as guerras externas e reprimir as oposições internas. Nesse período, um jovem general, Napoleão Bonaparte, adquiria prestígio político-militar reprimindo as rebeliões contra o governo e obtendo vitórias em campanhas externas. Napoleão contando com o apoio de influentes políticos e certo prestígio popular, dissolveu o Diretório e estabelece um novo governo, o **Consulado**.

O papel de Napoleão foi o de evitar uma possível ascensão ao poder das camadas populares



(jacobinos) ou dos antigos monarquistas. Com isso, Napoleão consolidou as conquistas da burguesia e abriu caminho para o desenvolvimento capitalista francês, encerrando ciclo revolucionário.

4. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Textos adaptados a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura - História: Os caminhos do homem. Vol.3 - Ed. Lê - Minas Gerais -1995.

Na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, teve início um processo de transformação na produção, possibilitada por uma série de inovações tecnológicas que geraram máquinas movidas à vapor cada vez mais eficientes. Estas máquinas cada vez mais modernas permitiam o aumento da produção, tanto agrícola quanto industrial, gerando um acúmulo cada vez maior de lucros e afetando profundamente toda a sociedade.

4.1. O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Causas do pioneirismo inglês

O primeiro país a ter essa transformação foi a **Inglaterra**, e isso se deve a vários fatores:

- **Grande acumulação de capital.** Antes mesmo do surgimento das máquinas movidas a vapor, a burguesia da Inglaterra conseguiu obter um acúmulo de capital que lhe permitiria, mais tarde, fazer investimentos em máquinas e em indústrias. Este capital se acumulou de diferentes formas, como o tráfico de escravos da África para a América, o comércio de produtos obtidos no oriente, o controle sobre mercados consumidores em outros continentes (incluindo as colônias de outras potências, como Portugal), e até mesmo a pirataria. Mudanças na produção inglesa, como o investimento em manufaturas e o cercamento das terras, também contribuíram para que o capital se acumulasse.
- **Cercamentos dos campos** foi outro aspecto significativo do pioneirismo inglês. Possibilitaram não apenas a liberação de mão-de-obra do campo para as cidades, como também contribuiu para o processo de acumulação primitiva. A formação de um “exército” de reserva de mão-de-obra disponível, completamente expropriado, constitui-se em fator determinante do pioneirismo inglês.
- **Crescimento populacional.** O aumento da produção de alimentos e os progressos da medicina no combate às epidemias contribuíram para o crescimento populacional. Esse aumento populacional, associado ao êxodo rural, ampliou a oferta de mão-de-obra nas cidades. Eram trabalhadores sem outro meio de sobrevivência a não ser o trabalho na indústria em troca de um salário miserável.
- **Revolução Inglesa do século XVII.** Eliminou as últimas barreiras feudais, favorecendo os cercamentos das terras, liquidando com as relações de produção feudais ainda existentes, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e determinando a ascensão política da gentry (nova nobreza rural que explora suas terras adotando práticas capitalistas) e da burguesia.
- **Progresso da técnica aplicada à produção.** Revolução das fontes de energia, com a utilização da máquina a vapor de James Watt (1736-1819) produzia mais trabalho num mesmo espaço de tempo, ou seja, aumentava a produtividade do trabalho humano. Este e outros avanços, como a máquina de fiar, de 1765 (James Hargreaves), o fiador e o tear mecânico realmente revolucionaram o processo de produção.
- **Expansão dos mercados.** O fato de que a Inglaterra dominava grande parte dos mercados consumidores no mundo garantia que haveria demanda para a sua produção, e servia de estímulo para o investimento em indústrias.



As fases da Revolução Industrial

Primeira Fase (1760/1860). Nesse período, a Revolução Industrial ficou limitada, basicamente à Inglaterra. O grande destaque foi o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão, com a utilização do tear mecânico. Além disso, o aperfeiçoamento das máquinas a vapor teve extrema importância para o progresso das fábricas.

Segunda Fase (1860/1900). A Revolução Industrial espalhou-se pela Europa central e oriental, atingindo países como Bélgica, França, Alemanha, Itália, Rússia e fora da América os Estados Unidos e o Japão. Nesse período, as principais inovações técnicas foram a utilização do aço, superando o ferro. O aproveitamento da energia elétrica e dos combustíveis petrolíferos, a invenção do motor de explosão, da locomotiva, do barco a vapor e o desenvolvimento dos produtos químicos.

A Revolução Industrial e a consequente consolidação do capitalismo implicaram no surgimento de novas condições de trabalho, com as seguintes características:

- Maior hierarquização e uma nova disciplina no processo do trabalho. Reunidos em fábricas, muitas vezes apresentando precárias condições de salubridade, os trabalhadores deviam-se submeter-se a toda uma série de normas, regulamentos e longas jornadas (até 16/18 horas por dia).
- Submissão dos trabalhadores a uma intensa divisão do trabalho, o que acabou determinando uma alienação do trabalhador em relação ao objeto produzido e ao próprio processo de produção em si.
- A exploração absurda do trabalho feminino e infantil, pois isto permitia reduzir muito os gastos em salários e aumentar ainda mais os lucros.
- Em nome da nova ideologia que procurava santificar o trabalho, suprimiu-se, inclusive, o domingo como dia de descanso semanal. Ao mesmo tempo, os feriados e dias santos existentes antes da Revolução Industrial, à época do Antigo Regime, também foram suprimidos.
- As novas condições de trabalho foram também prejudicadas pelo desenvolvimento do Liberalismo ao longo do século XIX. Em nome deste, mais precisamente em nome da liberdade de oferta de mão-de-obra, tanto as crianças como as pessoas mais velhas deviam ter garantida a sua liberdade de vender sua mão-de-obra.

São múltiplas as **consequências da Revolução Industrial**, podendo destacar-se como as mais significativas:

- A grande concentração urbana.
- O enorme crescimento demográfico, decorrente da queda de mortalidade infantil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, e do aumento da expectativa média de vida. Em 1800, a população europeia era de aproximadamente 190 milhões de habitantes, chegando, em 1890, a cerca de 500 milhões.
- Alteração radical dos meios de transporte e comunicação (estradas de ferro, navios a vapor, automóveis, telefone, telégrafo, rádio, etc).
- Significativa melhoria nas condições materiais de vida, sobretudo dos grupos ligados à burguesia e à classe média.
- O desenvolvimento, a partir de aproximadamente 1875, do imperialismo ou neocolonialismo, responsável pela incorporação de extensas regiões do planeta ao domínio europeu.
- Contradições sociais decorrentes do antagonismo (diferença) entre capital e trabalho, ou entre burguesia e proletariado.



4.2. OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS

As transformações decorrentes do rápido processo de industrialização logo repercutiram por toda a sociedade. Crescia o número de operários pobres que reivindicavam, através de protestos, da fundação de associações de operários e posteriormente com a fundação de sindicatos, condições dignas de trabalho. Entre os movimentos e protestos de trabalhadores contra a exploração capitalista destacaram-se o ludismo, o cartismo, o sindicalismo, e mais tarde os movimentos socialistas e anarquistas.

Ludismo

O ludismo foi a primeira forma de protesto da nascente classe operária. O termo se originou da figura folclórica de Ned Ludd, de quem eles seriam seguidores. Os luditas acreditavam que a causa de seu empobrecimento era o desenvolvimento tecnológico e, portanto, sua forma de luta era invadir as fábricas e destruir as máquinas.

O movimento Ludita atingiu o auge por volta de 1810-1812, em Nottingham, Inglaterra. Tratava-se, inicialmente, de uma reação do operariado ao fato de os industriais do setor de tecelagem de meias diminuírem os salários, para melhor competir entre si.

Os luditas agiam, geralmente, em grupos de cinquenta operários e, evidentemente, levaram as autoridades a agir contra eles. Em 1813, apenas em lorde, 17 luditas foram enforcados. O ludismo marcou o início das lutas operárias. Apesar da intensa repressão, pode-se dizer que o ludismo foi eficaz na medida em que forçou as autoridades e industriais a reconhecerem as reivindicações da classe operária.

Cartismo

A partir dos fins da década de 1830, o movimento operário ganha nova força com o Cartismo. O termo origina-se da “**Carta do Povo**”, publicada em 1837 pela **Associação dos Operários**, que havia sido criada um ano antes, quando uma grave crise industrial e comercial gerou uma grande onda de desemprego.

Pressionados pela crise e pelo desemprego, os operários formaram a Associação, dispostos a ultrapassar as reivindicações exclusivamente econômicas que até então haviam orientado o movimento dos trabalhadores. A “Carta do Povo” foi bastante reveladora do avanço da luta do operariado, pois, nela estavam presentes reivindicações de caráter político. Os trabalhadores começavam a compreender que sua luta não era apenas econômica, mas também política.

O movimento cartista atingiu seu ponto culminante em 1842, quando a “Carta” foi apresentada ao Parlamento. Este, no entanto, recusou qualquer tipo de reforma, apesar de uma greve deflagrada pelos trabalhadores que, no entanto, não chegou a ser geral.

Os principais pontos da Carta do Povo eram: representação proporcional da população no parlamento, renovação anual da Câmara dos Comuns, sufrágio universal como direito reconhecido a todos os homens maiores de 21 anos, extinção do sistema censitário que reserva o direito de voto àqueles que possuíssem determinada renda, voto secreto, remuneração dos parlamentares, o que permitia que indivíduos que não tivessem renda própria fossem eleitos.

Sindicalismo

Reconhecendo que o simples apelo ao Parlamento não era o suficiente para melhorar suas condições de vida, os trabalhadores fortaleceram a ação sindical a partir da década de 1850. Os trabalhadores também compreenderam, bastante cedo, que seu poder de negociação aumentaria na proporção em que se organizassem. Assim começaram a organizar e fortalecer os **sindicatos**.

Inicialmente os sindicatos apresentaram um caráter essencialmente assistencial, ou de ajuda mútua. Porém, os sindicatos progressivamente deixaram de ter um caráter meramente assistencial e passaram a ser entendidos como um instrumento de ação política e luta da nova classe trabalhadora.



É certo também que, tanto os capitalistas, como o Estado, não viam com bons olhos estas novidades. No entanto, tiveram que fazer concessões, sempre de maneira lenta. Admitiram os sindicatos, mas procuravam por todos os meios dificultar-lhes a ação, sobretudo em caso de greve.

A falta de organização e coordenação sindical em escala nacional e internacional dificultou o avanço e o fortalecimento do movimento sindical. Somente em fins do século XIX e início do século XX é que houve o fortalecimento do movimento sindical e verificou-se a aproximação deste com o movimento socialista. Sem que os sindicatos perdessem seu objetivo inicial, que era a luta pela melhoria das condições materiais de vida e de trabalho, eles, agora somavam a estas pretensões um objetivo mais amplos e de longo prazo: a luta pela transformação da própria sociedade.

4.3. AS IDEOLOGIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

À medida que o movimento operário e sindical se organizava, avançava na formação de uma consciência da classe, e percebia que era preciso uma alternativa de sociedade que não fosse a da exploração e desigualdade social gerada pelo sistema capitalista. Esta preocupação dos movimentos operários provocou o surgimento de várias ideologias ou teorias sociais. Ao contrário das ideias do liberalismo, que tinham o objetivo de justificar a organização da economia nos moldes da sociedade industrial capitalista, as novas ideologias eram identificadas com os interesses dos trabalhadores, denunciavam a exploração do trabalhador pela burguesia e pregavam uma sociedade mais livre e justa.

Socialismo utópico

Os primeiros pensadores socialistas foram **Saint-Simon** (1760-1825), **Robert Owen** (1771-1858) e **Charles Fourier** (1772-1837).

Eles acreditavam que, após um certo nível de desenvolvimento do capitalismo industrial, viria o socialismo, que na visão deles seria uma organização social caracterizada pela distribuição da riqueza. Eles acreditavam que o socialismo seria alcançado através do aumento do “sentimento de fraternidade”, que tomaria o lugar do individualismo e da ganância, e levaria a sociedade a realizar reformas sociais dentro do próprio sistema capitalista.

Por não serem capazes de apontar formas concretas de viabilizar a passagem do capitalismo para o socialismo, estes pensadores foram mais tarde chamados de “**utópicos**”.

Socialismo científico ou marxismo

Os pensadores mais importantes foram **Karl Marx** (1818-1883) e **Friedrich Engels** (1820-1895).

Suas obras mais conhecidas são o **Manifesto Comunista** (publicado em 1848 para dar fundamentação política e teórica aos partidos socialistas que se organizavam na época), e **O Capital** (um estudo profundo que analisa a origem e o funcionamento do sistema capitalista).

Ao contrário das ideias dos socialistas utópicos, que se baseavam no senso de justiça social e numa crença otimista, o pensamento marxista se baseava numa análise histórico-filosófica da sociedade, isto é, uma análise da realidade concreta como elemento para interpretar e intervir na sociedade. O método desenvolvido por Marx e Engels é o chamado **materialismo histórico**.

Marx e Engels demonstravam que o sistema capitalista sempre geraria desigualdade, fazendo com que o capital se concentre cada vez mais nas mãos dos capitalistas, que formam a classe dominante (burguesia).



Alguns dos conceitos utilizados por Marx e Engels para analisar o sistema capitalista são:

Luta de classes. Em todas as civilizações da história existiram classes dominantes que detinham os meios de produção, e classes trabalhadoras sendo exploradas. As grandes transformações ocorridas ao longo da história foram resultado dos conflitos entre as diferentes classes sociais. Essa luta só terminaria com o aparecimento da sociedade comunista.

Modo de produção. A maneira como os homens se organizavam para produzir os bens necessários à sua sobrevivência (relações sociais de produção), determinam, em última instância, como a sociedade se organiza em seus vários níveis (político, jurídico, institucional, ideológico). Em outras palavras, a infraestrutura determina a superestrutura.

Materialismo dialético. A vida dos homens e das sociedades é determinada pelas condições materiais de vida. A natureza e a sociedade passam por um processo de permanente evolução. Esse processo é dialético, isto é, move-se pela luta de forças contrárias (explorado e explorador). Essa luta promove mudanças quantitativas e qualitativas da sociedade. A partir da análise científica do funcionamento do sistema capitalista, Marx observa que este sistema seria destruído por elementos gerados à medida que ele se desenvolveu, assim como ocorreu nos sistemas econômicos e sociais anteriores.

Mais-valia. O capitalista (dono dos meios de produção), ao explorar o trabalho assalariado (de forma mascarada/disfarçada, pois pressupõe que o trabalhador seja livre para vender sua força de trabalho a quem bem entender e que, em troca, recebe um salário previamente combinado por uma determinada jornada de trabalho), recebe lucros gerados pela mais-valia.

O valor de cada mercadoria é definido pela quantidade de horas em sua produção, desgaste do equipamento, e matéria-prima utilizada. Mas para que a mercadoria seja produzida, é necessário também que haja a *força de trabalho*, que é garantida pela existência de indivíduos que não possuem seus próprios *meios de produção*, ou seja, os trabalhadores.

Na sua jornada de trabalho, o trabalhador se ocupa, por um determinado tempo, na produção de mercadorias, em troca de um salário. O salário pago ao trabalhador é, de modo geral, o mínimo necessário para garantir a sua sobrevivência e à de sua família. Entretanto, este salário não corresponde ao total de capital que ele produziu com o seu trabalho. Esta diferença entre a riqueza que o trabalhador produz e o que ele recebe é o que se chama de **mais-valia**. Esta diferença é que faz com que a riqueza gerada no trabalho acabe se concentrando nas mãos do capitalista, ao mesmo tempo em que o trabalhador recebe apenas o suficiente para se manter e se reproduzir.

Por exemplo, se o trabalhador, em 8 horas de trabalho, recebe um determinado valor (digamos 100 reais), mas em apenas 4 horas de trabalho produz o equivalente a 100 reais em mercadorias, isso significa que nas demais 4 horas ele não está trabalhando para si, mas está produzindo mais-valia para o capitalista.

A mais-valia fica com o proprietário dos meios de produção e constitui-se de fato, na fonte de lucro, de acumulação e de reprodução do próprio capital. A mais-valia é, portanto, a medida exata da exploração dos trabalhadores no sistema capitalista.

Para Marx e Engels, o fim das desigualdades e da exploração de uma classe social pela outra, só seria possível com o fim do próprio sistema capitalista, e isto só poderia ocorrer a partir da tomada do poder pela classe trabalhadora (o proletariado), através de uma **revolução socialista**. No **socialismo** haveria a chamada “ditadura do proletariado”, os trabalhadores controlariam o estado e os meios de produção deixariam de ser propriedade privada e seriam socializados. Após o socialismo, viria a etapa do **comunismo**, um sistema econômico e social onde os meios de produção não seriam propriedade privada, e não existiriam o Estado e a exploração de uma classe pela outra, o que levaria ao fim de todas as desigualdades.

No Manifesto Comunista eles defendiam que a classe trabalhadora não tinha nada a perder com a revolução, uma vez que não possuem propriedade dos meios de produção. Por isso, uma das frases mais conhecidas do livro é “*Trabalhadores de todos os países, uni-vos, vós não tendes*



nada a perder a não ser vossos grilhões”.

Anarquismo

Além dos socialistas, surgiram também os pensadores anarquistas, dos quais os mais conhecidos são **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865) e **Mikhail Bakunin** (1814-1876).

Os anarquistas concordam com os marxistas no que se refere ao seu objetivo de implementar o comunismo, alcançando uma sociedade onde o Estado fosse extinto, assim como as divisões de classe social e a exploração dos trabalhadores. Entretanto, enquanto os marxistas defendiam que antes do comunismo deveria haver uma etapa intermediária (o socialismo), os anarquistas defendiam uma mudança revolucionária direta para a etapa final, com a supressão de qualquer forma de Estado.

Proudhon escreveu **O que é a propriedade?**, obra em que critica a exploração capitalista e propõe uma sociedade sem classes e sem exploração, além do fim do Estado e das grandes propriedades. Ao mesmo tempo ele defende a pequena propriedade e a criação de cooperativas de trabalhadores e de bancos que servissem para dar empréstimos sem juros para empreendimentos produtivos e para trabalhadores. Bakunin defendia que o uso da violência e do terrorismo era necessário para alcançar uma sociedade sem Estado e livre de desigualdades.

4.4. AS ETAPAS DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Capitalismo livre-concorrencial

A primeira etapa da evolução histórica do capitalismo, após sua implantação em definitivo com a Revolução Industrial, se estende aproximadamente de 1780 a 1870/80, e é denominada “capitalismo liberal ou industrial”, podendo-se utilizar, ainda, a denominação de capitalismo competitivo ou livre-concorrencial.

Ao mesmo tempo em que ocorriam transformações vinculadas ao funcionamento e organização do sistema capitalista no plano econômico, verificaram-se transformações também nos níveis político, jurídico, ideológico e social, que dão ao século XIX uma feição bem diferenciada da época de transição.

Nesta primeira etapa, os economistas liberais desenvolveram a ideia de que o Estado não devia intervir nas atividades econômicas, prevalecendo, o princípio do *laissez-faire* (livre fazer - a ideia de liberdade econômica). Partia-se do princípio de que a economia era regulada por leis naturais, como a da “oferta e procura” e, portanto, toda intervenção era antinatural, desnecessária e mesmo nociva.

Também se defendia a organização de uma nova ordem internacional baseada na livre circulação de mercadorias e sem qualquer tipo de protecionismo. Esta nova ordem internacional devia corresponder à divisão Internacional do trabalho, segundo a qual as nações se especializariam na produção de determinados produtos (matérias-primas, gêneros alimentícios, ou artigos industrializados). O mercado mundial devia, portanto, estar totalmente integrado.

Eram estas as afirmativas dos economistas liberais que procuravam fundamentar, legitimar e justificar a livre iniciativa, o fim dos monopólios, a força de trabalho livre, a livre circulação, a não intervenção do Estado, enfim, o individualismo econômico.

No entanto, a evolução histórica do sistema, ao longo do século XIX, determinou profundas alterações quanto ao funcionamento e organização do capitalismo. Já em fins do século XIX, os princípios do “*laissez-faire*” estavam superados.

Capitalismo monopolista

Com a produção capitalista tornando-se dominante (hegemônica) em vários países europeus e se desenvolvendo também nos Estados Unidos e no Japão, o sistema capitalista começou a conhecer suas primeiras crises, geradas por ele próprio, à medida que o mesmo se desenvolvia.



Estas crises eram resultado do seguinte mecanismo:

- O desenvolvimento do capitalismo implicava uma crescente concentração da renda nas mãos dos capitalistas resultante da exploração dos trabalhadores.
- A produção industrial tendia a sofisticar-se em função da necessidade de novas pesquisas, de investimentos na mecanização, da aplicação técnica de novas invenções.
- Os capitalistas que não dispunham de capital necessários para acompanhar a sofisticação industrial, acabavam saindo do mercado, faliam, ou viam suas empresas sendo absorvidas pelas empresas maiores.
- O aumento da produção não acompanhava o aumento dos salários, portando ocorriam crises de superprodução e subconsumo.
- Os recursos necessários à expansão dos negócios industriais eram, também, cada vez maiores, o que contribuía para a eliminação de concorrentes que não tinham o apoio de instituições financeiras.

É dentro deste contexto que, aproximadamente a partir de 1870/80, o capitalismo acelera determinadas transformações e entra na *fase monopolista ou financeira*. O liberalismo criou condições para que as grandes empresas eliminassem ou absorvessem as pequenas empresas, e assim a livre concorrência foi cedendo lugar a um sistema monopolista.

Dentre as características do capitalismo monopolista destacam-se:

- Um número cada vez menor de empresas, porém, trata-se agora de empresas gigantescas como os trustes, os cartéis e os holdings.
- **Trustes.** Fusão de várias empresas com o objetivo de monopolizar a produção.
- **Holding.** Surgem quando uma grande companhia assume o controle de inúmeras outras empresas que atuam em ramos diferentes da produção, através da compra da maior parte de suas ações, isto é, do controle acionário.
- **Cartéis.** Se formam a partir de um acordo entre grandes empresas que, para evitar desgastes de concorrência, convencionam entre si formas de manutenção dos preços estáveis e de divisão dos mercados.
 - Modificação quanto à constituição do capital, da empresa de capital individual ou familiar para as sociedades anônimas (S/A).
 - Disputa cada vez mais acirrada pelos mercados internos e externos, eliminando-se os menos aptos a concorrer.
 - As mercadorias passaram a ter seus preços definidos pelas grandes empresas que monopolizavam a produção.
 - As grandes potências capitalistas, devido aos interesses e pressões das grandes empresas, colocarão em prática uma política de expansão, formando grandes impérios coloniais.
 - O imperialismo, resultante do avanço do capitalismo monopolista, se dirigiu sobretudo para regiões da África e da Ásia, que rapidamente vão sendo incorporadas à dominação europeia. Buscavam-se matérias-primas essenciais à produção industrial, ampliação dos mercados consumidores e, principalmente, áreas para aplicação de excedentes de capitais.

Em fins do século XIX e início do século XX o capitalismo monopolista aprofundou as rivalidades entre as grandes potências industriais na sua disputa pelo mercado mundial, gerando diversos conflitos, inclusive a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).



5. AS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA

Textos adaptados a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & Faria, Ricardo de Moura – História: Os caminhos do homem. Vol. 3, Ed. Lê. Minas Gerais. 1995.

“As séries de transformações que estavam ocorrendo na Europa – as revoluções burguesas (Inglês e Francesa) e a Revolução Industrial – e que assinalaram o início da consolidação do capitalismo, tiveram profundas repercussões sobre as áreas das colônias.”

5.1. INDEPENDÊNCIA E EXPANSÃO DOS EUA

O pioneirismo da América Inglesa na ruptura do sistema colonial está ligado à afirmação crescente de identidade própria, primeiro local e depois norte-americana, na medida em que os habitantes da colônia aumentaram suas forças econômicas e desenvolveram sua capacidade de se valer do direito para se defender, isto é, de cuidar de seus próprios destinos, sem obedecer rigidamente a autoridades distantes. Tendo como marco a independência dos Estados Unidos, movimentos semelhantes viriam a acontecer nas Américas Espanhola e Portuguesa.

Até meados do século XVIII, as colônias inglesas da América do Norte beneficiaram da relativa liberdade que desfrutavam e, por isso, prosperaram. Entretanto, essa situação mudou depois da guerra da Guerra dos Sete Anos, entre Inglaterra e França (1756 a 1763). Nesta guerra, as duas potências disputavam territórios coloniais da América do Norte. A França dominava o Canadá e a Luisiana, ao norte e a oeste das colônias inglesas. No decorrer da guerra, os colonos americanos aliaram-se ao exército inglês nas batalhas travadas contra os franceses. Esse apoio muito contribuiu para que a França saísse derrotada da guerra e perdesse grande parte de seus territórios coloniais americanos. A Inglaterra, por sua vez, passou a dominar um extenso território, mas ficou em difícil situação financeira, devido aos gastos com a guerra. Por isso, decidiu que a defesa das regiões conquistadas na América ficaria sob responsabilidade das treze colônias. E determinou também a cobrança de novos impostos sobre os produtos que as colônias importavam da Inglaterra. Os colonos americanos, acostumados a votar suas próprias leis e impostos, protestaram contra as medidas da metrópole. Um dos pontos que provocou grande insatisfação foi a proibição de que os colonos ocupassem as terras a oeste, que haviam ajudado a conquistar dos franceses.

Em 1776, a Inglaterra decretou novos impostos sobre as importações da metrópole (chá, vidro, azeite e papel), e ainda a Lei do Selo, uma taxa cobrada sobre todos os jornais impressos nas colônias e sobre todos os documentos referentes a transações comerciais. Desta vez a reação foi grande e os colonos iniciaram o boicote às mercadorias taxadas. O Parlamento inglês, pressionado, retirou os impostos, com exceção do que incidia sobre o chá. Ao mesmo tempo, determinou-se que apenas a Companhia das Índias Orientais poderia comercializar o chá.

Quando os navios ingleses chegaram ao porto de Boston, os colonos os assaltaram, jogando toda a carga ao mar, num episódio que ficou conhecido como a “Festa do Chá de Boston”. A reação inglesa foi violenta, consubstanciando-se nas “Leis Intoleráveis”:

- O porto de Boston ficaria fechado até que pagasse o prejuízo.
- Proibiram-se os comícios.
- Obrigou-se a hospedagem de soldados ingleses em casas americanas.
- Determinou-se o envio dos responsáveis à Inglaterra para julgamento.

Estas leis provocaram a união das treze colônias, num resultado inverso ao que a Inglaterra pretendia. Os interesses dos comerciantes americanos, prejudicados pelas recentes leis inglesas, somaram-se aos dos grandes latifundiários, que viam sua expansão para o interior ser bloqueada pelo governo inglês.



Reuniu-se um Congresso de representantes das colônias, na Filadélfia, onde foi deliberado enviar uma **Declaração de Direitos** à Inglaterra. Neste documento, procuravam equiparar-se aos governantes ingleses. Em 1775 tropas inglesas atacaram milícias americanas rebeldes, dando início aos conflitos armados.

O governo rebelde organizado em Massachussets levou os representantes das colônias a se reunirem num Segundo Congresso na Filadélfia. Neste, decidiu-se pela independência. Thomas Jefferson redigiu a **Declaração de Independência**, aprovada em 4 de julho de 1776.

A guerra e o reconhecimento

A Declaração de Independência não foi reconhecida de imediato pelos ingleses, que procuraram retomar as colônias através do uso da força militar. Teve início, então, a **Guerra da Independência**. Em 1776 as vitórias foram praticamente todas dos ingleses, pela sua experiência em relação aos americanos. Já em 1777, na batalha de Saratoga, o exército americano saiu vitorioso, recebendo o apoio de potências europeias (Espanha, França, Holanda). O que confirmaria posteriormente a vitória americana no conflito, através da rendição final dos ingleses, em Yorktown.

Derrotada na guerra, a Inglaterra foi obrigada a aceitar a perda de suas colônias, que passaram a constituir os **Estados Unidos da América**. O tratado de reconhecimento foi assinado em Paris, no ano de 1783. Por meio deste tratado, a Inglaterra reconhecia a independência das treze colônias e entregava-lhes o território a oeste, até o rio Mississipi. Praticamente duplicava-se a área do novo país. Os demais artigos do tratado estabeleciam o direito dos norte-americanos à pesca no litoral da Terra Nova, à devolução de prisioneiros, e à restituição de propriedades confiscadas pelos ingleses durante o conflito.

A Independência dos Estados Unidos, por ser a primeira emancipação de uma área colonial, abriu caminho para que as demais colônias americanas também pudessem iniciar suas lutas.

A expansão territorial dos Estados Unidos

“Após a promulgação da Constituição americana (1787), os Estados Unidos tiveram como primeiro presidente George Washington (1789-1797), que lançou um programa econômico para desenvolver a indústria, o comércio e as finanças. O objetivo era fortalecer as estruturas capitalistas do jovem país que, no final do século XVIII, contava com uma população de 3,5 milhões de habitantes e ocupava apenas a costa atlântica (leste) da América do Norte.”

Mas para se tornar um grande país, os Estados Unidos precisavam ser um país grande. Isso significava expandir o território. Uma expansão que custaria milhões de vidas humanas, principalmente as vidas de nativos americanos e de mexicanos. Em menos de um século, através da política de expansão territorial, o país passou a abranger desde a costa leste (do Oceano Atlântico) até a costa oeste (do Oceano Pacífico). No final do século XIX os EUA haviam se tornado uma potência capitalista e passavam a exercer seu imperialismo sobre o restante do continente americano.

Na primeira metade do século XIX, já com uma população de 7 milhões de habitantes, o governo americano concentrou esforços da nação na **conquista do Oeste**, incentivando a expansão territorial em direção ao Oceano Pacífico. Os colonos pioneiros que se estabeleceram naquelas regiões receberiam do governo terras a preços muito reduzidos.

A expansão para o oeste, entretanto, foi marcada pelo sangrento conflito entre os conquistadores brancos e os indígenas que habitavam a região. Calcula-se que, antes da chegada dos conquistadores, havia mais de 1 milhão de índios nesses territórios. Em 1860, restavam menos de 300 mil. Aqueles que sobreviveram ao massacre foram confinados em reservas federais para índios.



Além de se expandir em direção ao oeste, ocupando territórios que até aquele momento ainda eram ocupados por indígenas, os Estados Unidos também se utilizaram da compra, da diplomacia e da guerra para ampliar seu território nacional.

Através da compra de territórios foram adquiridos a Louisiana, que pertencia a França (1803), a Flórida, que pertencia à Espanha (1819), e o Alasca, que pertencia à Rússia (1867).

Através da diplomacia foi incorporado o Oregon, que pertencia à Inglaterra, em 1846.

Por fim, **através da guerra contra o México**, os EUA anexaram Texas, Novo México, Arizona, Colorado, Utah, Nevada e Califórnia.

Ao final dessa expansão, os Estados Unidos possuíam 33 estados e um imenso território, que ia do Atlântico ao Pacífico, com uma área de 7,8 milhões de Km². Entre 1820 e 1860, a população norte-americana cresceu 226%, pulando de 9,6 milhões para 31,3 milhões de habitantes. Contribuiu para esse crescimento populacional o grande afluxo de imigrantes europeus (4,6 milhões), principalmente alemães, ingleses e irlandeses.

A descoberta do ouro na Califórnia foi outro fator que acelerou o povoamento do Oeste norte-americano, levando à construção das primeiras estradas de ferro que interligavam o Leste ao Oeste.

A Guerra de Secessão (1861-1865)

A expansão territorial e econômica fortalecia o desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, acirrava as rivalidades econômica, social e política entre os estados do Norte e do Sul. As diferenças entre as duas regiões remontavam à época colonial, pois existiram **dois diferentes tipos de colonização**:

O **norte** dos EUA havia sido colonizado no sistema das **colônias de povoamento**. Nestas colônias a produção se baseava em pequenas propriedades agrícolas, trabalho livre, agricultura diversificada, comércio dinâmico e uma economia que propiciava intensa capitalização, culminando na industrialização do início do século XIX.

Já o **sul** dos EUA havia sido colonizado dentro do sistema das **colônias de exploração**. Lá a economia era baseada na monocultura voltada para exportação e no latifúndio escravista, com a formação de uma poderosa aristocracia rural.

As **divergências entre o Norte e o Sul** provocaram a **Guerra de Secessão**, também chamada de a **Guerra Civil** americana. Tradicionalmente se diz que esta guerra foi provocada pela questão da abolição da escravidão, mas esta foi apenas uma das questões. Abolir a escravidão nos EUA seriam uma das formas de impulsionar o desenvolvimento industrial do país como um todo, mas este não era o interesse da elite sulista. Houve um conjunto de fatores que levou os estados do sul a proclamarem a “secessão” (rompimento, separação), tentando constituir um outro país.

Em 1860, o nortista **Abraham Lincoln**, líder do Partido Republicano, venceu as eleições para presidente com base na plataforma política que defendia tarifas protecionistas e união a todo custo, e não admitiu a decisão dos sulistas de constituírem outro país, os **Estados Confederados da América**, presidido por Jefferson Davis. Assim a guerra tomou-se inevitável.

Desde o início, era bem visível a superioridade das forças do Norte industrializado sobre o Sul agrário e escravista.



PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O SUL E O NORTE

	NORTE	SUL
Habitantes	Aproximadamente 20 milhões.	Aproximadamente 10 milhões (3.5 milhões eram escravos).
Principal setor produtivo	Indústria.	Agricultura exportadora (principalmente algodão).
Classe dominante	Burguesia industrial.	Fazendeiros latifundiários.
Sistema de trabalho	Trabalho assalariado. Favoráveis ao fim da escravidão.	Trabalho escravo. Favoráveis à manutenção da escravidão.
Política econômica	Os industriais defendiam tarifas protecionistas para limitar as importações de manufaturados. Queriam se proteger da concorrência europeia e garantir a venda de seus artigos no mercado interno.	Os latifundiários eram contra as tarifas protecionistas. Queriam vender seus produtos agrícolas no exterior e importar todos os manufaturados de que necessitassem (interesse maior no mercado externo).
Armamentos	Poderoso parque industrial capaz de produzir milhões de armas.	Poucas fábricas de armamentos pesados.

No princípio da guerra, os estados do Sul obtiveram vitórias. Mas ao longo do conflito o Norte foi impondo sua superioridade militar. Apesar disso, as tropas sulistas ofereceram uma grande resistência, o que fez o conflito prolongar-se.

Em 1863 o presidente Lincoln proclamou a **abolição da escravidão**, estimulando os escravos a lutarem contra os exércitos do Sul. Nesse ano ocorreu também a decisiva Batalha de Gettysburg com a derrota das tropas confederadas do Sul.

A guerra só terminou em 1865 com a rendição do exército sulista. No mesmo ano, Lincoln foi assassinado num teatro de Washington pelo sulista John Booth.

Os ressentimentos entre o Norte e o Sul permaneceram por longo tempo. Os sulistas continuaram resistindo à abolição dos escravos. Os mais radicais fundaram associações de terrorismo racista, como a **KuKluxKlan**, que matou e torturou inúmeros negros.

Terminada a Guerra Civil, os Estados Unidos empenharam-se na luta pela reconstrução do país. Rapidamente venceram as dificuldades e os prejuízos.

A concorrência internacional no mercado do algodão diminuiu a importância dos estados do Sul, cuja base econômica era a exportação algodoeira.

Já os estados do Norte aceleraram o ritmo de seu desenvolvimento industrial. Leis protecionistas foram aprovadas em benefício da indústria. Diversas estradas de ferro foram construídas para interligar o país e permitir a integração do mercado consumidor. Em 1880, a malha ferroviária já atingia 150 mil quilômetros. As cidades industriais progrediram rapidamente, abrigoando uma grande massa de operários.

A consolidação do capitalismo norte-americano após a guerra, com a aceleração do progresso industrial, favoreceu o expansionismo imperialista norte-americano para a América Latina e a Ásia.

Visando preservar seus interesses econômicos e políticos, os Estados Unidos garantiram para si o direito de usar a força para intervir nos países do continente, na posição de "líderes da América".



5.2. AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA ESPANHOLA

As áreas coloniais organizadas a partir do Pacto Colonial haviam contribuído para a acumulação de capitais na Europa, permitindo à burguesia europeia eliminar o feudalismo e implantar o capitalismo. Neste contexto, a situação das colônias apresentava-se de forma contraditória, pois os países que não haviam atingido o capitalismo industrial, Portugal e Espanha, ainda praticavam o monopólio comercial, enquanto os interesses da Inglaterra orientavam-se para o livre comércio, o que esbarrava no monopólio comercial. Também a escravidão nas colônias era um obstáculo para a entrada de mercadorias inglesas, pois escravos não tinham poder de compra e, portanto, não eram os consumidores de que tanto a Inglaterra necessitava.

Diante deste quadro, no início do século XIX, a Inglaterra investiu sobre as colônias da Espanha e de Portugal, incentivando e auxiliando os movimentos de independência, para conseguir novos mercados consumidores.

Houve não apenas a influência da Inglaterra, mas também fatores internos. As colônias conheceram um desenvolvimento que se traduzia no crescimento das cidades e da população, e na formação de classes sociais que tinham seus próprios interesses e tornaram isto um dos elementos de contestação do Sistema Colonial.

As razões da independência

Razões Externas

O sucesso da independência dos Estados Unidos (as antigas treze colônias inglesas) repercutiu nas colônias espanholas da América Latina, servindo de exemplo e dando esperanças à elite dessas colônias de que também poderiam se libertar da metrópole.

Na Europa, com as guerras napoleônicas, o exército francês ocupou a Espanha e Portugal. Dessa forma, as colônias espanholas ficaram também sob domínio francês. Com a elite espanhola se colocando contra o domínio francês, também as colônias proclamaram seu direito de se insubordinar contra a dominação externa, tanto da França quanto da Espanha.

Razões Internas

Os conflitos que colocavam em situação de oposição os “criollos” e os “chapetones”. **Criollos** eram os brancos nascidos nas colônias e que, mesmo tendo uma situação econômica boa, pelo simples fato de não serem naturais da Europa não possuíam direitos políticos ou prestígio social. Eram comerciantes, fazendeiros, proprietários de minas, etc. **Chapetones** eram os brancos nascidos na Espanha que vinham para as colônias, estes tinham acesso aos cargos importantes da administração. As elites criollas, influenciadas pelas ideias iluministas, estavam profundamente interessadas na independência, única maneira de atingirem o controle político da região.

As lutas pela independência

Entre 1810 e 1815 com a Espanha ocupada pelos franceses, começaram as lutas pela independência na Argentina, Paraguai, Venezuela, Equador e Chile.

Num segundo momento, entre 1816 e 1826, já tendo a Espanha retornado ao seu governo, esta obteve a reconquista da Venezuela e do Equador.

Mais tarde vieram a independência de Bolívia, México e Peru. O Uruguai, que havia sido incorporado pelo Brasil, iniciou a luta pela sua independência em 1825, conseguindo vitória em 1828. Algumas colônias da América Central tiveram sua independência nessa etapa, contando com o apoio da Inglaterra, que estava preocupada em aumentar os seus mercados consumidores.



Significado e limites do liberalismo na América

Os movimentos de independência das colônias americanas basearam-se nos ideais do iluminismo e do liberalismo (liberdade econômica, fim do absolutismo e a igualdade jurídica dos cidadãos), ideias que estavam de acordo com as aspirações da burguesia europeia dos séculos XVIII e XIX. Mas estas ideias foram adotadas de forma distorcida, pois a elite latifundiária e aristocrata (não burguesa) não compartilhava da ideia de igualdade social, isto é, a igualdade jurídica (igualdade de todos perante a lei). Exemplo disso era a manutenção das estruturas econômicas (latifúndio e escravidão) e políticas (concentração de poder), que excluíam a maior parte da população do acesso à terra e até mesmo do direito de voto.

6. IMPERIALISMO E NEOCOLONIALISMO

Textos adaptados a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura – História: Os caminhos do homem. vol.3, Ed. Lê. Minas Gerais, 1995.

A principal ação do desenvolvimento do capitalismo, no estágio do **imperialismo**, era no sentido da divisão territorial do mundo entre os países capitalistas dominantes. Este processo garantia o **fluxo de capital** de economias extremamente capitalizadas para países menos desenvolvidos, encontrando uma saída externa para o capital excedente, e assegurava, além disso, o **fornecimento de matéria-prima** que os países industrializados requeriam.

Na fase monopolista, o capitalismo começou a enfrentar um problema. A expansão da produção industrial e os novos investimentos financeiros estavam condicionados aos limites do mercado interno das grandes potências capitalistas. É que as grandes nações tomavam medidas protecionistas para impedir a invasão de seus mercados pelos países concorrentes.

A solução do capitalismo para expandir a produção industrial e investir os capitais acumulados foi conquistar novos mercados. O alvo dessa expansão foram nações pobres que ainda não tinham atingido o desenvolvimento industrial: regiões da África, da Ásia e da Oceania. Assim, para expandir-se, as grandes potências adotaram uma política imperialista, responsável pelo **neocolonialismo** dos séculos XIX e XX.

A expansão imperialista

Na última metade do século XIX ocorreu um significativo aumento da produção industrial, gerando excedentes de mercadorias, que precisavam ser consumidos, e de capitais, que precisavam ser investidos em novos projetos. A venda dessas mercadorias excedentes e a aplicação desses capitais não poderiam ser feitas dentro do próprio continente europeu. Isso porque todas as nações industrializadas tomavam medidas protecionistas, impedindo a penetração dos investimentos de outros países concorrentes em seus mercados.

O capitalismo do século XIX necessitava de fontes de matérias-primas para as indústrias das potências capitalistas, e de mercados consumidores para seus produtos industrializados. Esta expansão ocorreu principalmente na África e na Ásia, motivada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro, sendo a burguesia seu principal agente e beneficiário. Os banqueiros e industriais uniram-se, dando origem a grandes monopólios.

O imperialismo trouxe o surgimento de novas potências, ao lado das tradicionais (como França e Inglaterra), e a enorme extensão de áreas dominadas na África, Ásia e Oceania entre 1870 e 1914. Inglaterra e França eram as nações europeias industrializadas que possuíam colônias mesmo antes de 1870. A partir daí continuaram a conquistar e colonizar novos territórios, mas passaram a sofrer a concorrência de outras nações como Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália e até mesmo de nações não europeias, como o Japão e os Estados Unidos.

Até a metade do século XIX haviam sido anexadas pelas potências capitalistas uma média de 210 mil km² por ano. A partir de 1870 passaram a ser anexadas como colônias uma média de 600 mil km² por ano. O resultado desse processo de dominação foi que, às vésperas da Primeira



Guerra Mundial (1914), praticamente toda a África e grande parte da Ásia eram constituídas de colônias.

Para justificar a expansão europeia sobre estes continentes, também foi usado como argumento o **mito da superioridade racial e cultural europeia**, pois a Europa era considerada como o grande centro irradiador do progresso da civilização mundial. Embasados em teses racistas e de “superioridade cultural”, elaborou-se um conjunto de argumentos para justificar a exploração desumana e brutal dos diferentes povos africanos e asiáticos. Os grandes impérios coloniais foram construídos principalmente pela França e pela Inglaterra.

O imperialismo francês

Na África, a moderna conquista colonial francesa iniciou em 1830, com a conquista da Argélia, nação situada no norte da África. Com o decorrer do tempo, a França ampliou sua expansão colonial conquistando o Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Marrocos. Criou assim uma vasta região de domínio conhecida como África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa. **Na Ásia**, a França conquistou a região da Indochina, que atualmente corresponde à região do Vietnã, Camboja e Laos.

O imperialismo inglês

Na África, os ingleses conquistaram uma vasta região, que incluía África do Sul, Orange, Rodésia, Tanganica, Quênia, Uganda e Sudão, além de manterem influência sobre o Egito. Na região de Orange, a extração de diamantes e ouro levou a intensos conflitos entre ingleses e os habitantes de origem holandesa que habitavam a região, os Bôeres. Este fenômeno da dominação imperialista europeia no continente Africano é conhecido como “Partilha da África”. **Na Ásia**, a maior colônia inglesa era a Índia, além de várias regiões vizinhas como a Birmânia, o Tibete, o Afeganistão, a Palestina, além de regiões do território chinês, dominando do Mar Vermelho ao Oceano Índico.

A China representava um atraente mercado consumidor para as potências europeias, pois possuía uma enorme população. Com uma economia essencialmente agrícola, com um governo imperial em crise e uma cultura milenar, acabou subjugada pelas potências imperialistas. A penetração dominante da Europa, dos Estados Unidos e do Japão na economia chinesa realizou-se de maneira violenta, depois de conflitos como a **Guerra do Ópio** (1840-1842), entre Inglaterra e China, e a **Rebelião dos Boxers** (1899-1902), uma rebelião chinesa contra a invasão por estrangeiros.

O imperialismo norte-americano

Enquanto as potências europeias centraram seu imperialismo na África e na Ásia, os Estados Unidos se concentraram em dominar a América Latina.

A política de intervenção externa dos EUA foi batizada de **Doutrina Monroe**, e era definida pelo slogan “**a América para os americanos**” (entendendo-se que o termo “americanos” do lema se referia aos norte-americanos). Este lema ilustrava uma advertência às potências europeias para que não procurassem disputar mercados ou estabelecer novas colônias dentro do continente americano.

Mais tarde, no governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), foi adotado o termo **Big Stick** (porrete grande) para denominar a política intervencionista dos EUA. O governo norte-americano se colocava no direito de intervir militarmente nos países da América Latina sempre que seus interesses estivessem em jogo.

A primeira intervenção exterior norte-americana ocorreu em 1898, quando os EUA auxiliaram **Cuba e Porto Rico** a se libertarem do domínio colonial espanhol. Pouco depois, porém, Porto Rico foi anexado aos Estados Unidos, e Cuba foi obrigada a incluir uma emenda em sua Constituição (a emenda Platt), aceitando a intervenção militar dos EUA em seu país, sempre que



o governo americano julgasse necessário.

Outro exemplo é o caso do **Panamá**. Anteriormente uma região pertencente à Colômbia, o Panamá teve sua independência defendida e financiada pelos EUA, que depois construíram ali o **Canal do Panamá**, que atravessa a América Central ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. Esse canal representava um grande negócio para a economia norte-americana, pois reduziu muito a distância percorrida pelos navios para viajar entre a costa leste e a costa oeste dos EUA.

No governo de William Taft (1909-1913) não era permitido que nações do continente cedessem portos ou bases navais para países que não fossem americanos. Fuzileiros americanos invadiram a **Nicarágua**, e os Estados Unidos fizeram pressão sobre vários países centro-americanos a fim de obter facilidades financeiras, comerciais e concessionárias para empresários norte-americanos nas repúblicas do Caribe e da América Central.

7. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

O século XX começou marcado pelo signo da guerra. Em 1914, a Primeira Guerra Mundial iniciou como resultado da expansão econômica e territorial das nações industrializadas. Nesse sentido, **a guerra foi uma consequência direta do imperialismo**. Com a intensificação dos conflitos entre as nações mais poderosas, o desenvolvimento tecnológico resultou no desenvolvimento de armas capazes de exterminar milhões de pessoas. A Primeira Guerra Mundial interrompeu um período de relativa paz na Europa, conhecida como Paz Armada.

Prevendo o início de um conflito, algumas nações europeias articularam alianças militares em que os países se comprometiam a um ajuda mútua em caso de guerra. Estas alianças foram definidas de acordo com as afinidades entre os países, por seus projetos econômicos ou pelas relações diplomáticas. Em comum, todas elas formavam impérios coloniais ou tinham a pretensão de expansão territorial como forma de garantir seu desenvolvimento industrial. Estas alianças eram:

Tríplice Aliança: Alemanha, Itália, e Império Austro-húngaro.

Tríplice Entente: Reino Unido, França e Rússia.

As causas da guerra

Entre as causas da Primeira Guerra Mundial existiram tanto causas econômicas quanto ideológicas ou políticas. Entre as **causas econômicas** estão os interesses conflitantes entre as políticas imperialistas das nações envolvidas (principalmente Inglaterra, França, Alemanha e Rússia). Já entre as **causas políticas ou ideológicas** estão movimentos de caráter nacionalista como o pan-eslavismo russo, o revanchismo francês, e o nacionalismo sérvio.

O imperialismo alemão. A Alemanha havia se unificado como nação tardiamente, em 1870, mas iniciou um processo de desenvolvimento industrial acelerado, passando a competir com nações mais desenvolvidas como França e Inglaterra. Logo a indústria alemã teve necessidade de se expandir e dominar colônias para garantir fontes de matéria-prima e mercados consumidores. Porém, quando os alemães iniciaram a conquista de colônias na África e na Ásia, estes continentes já haviam sido quase totalmente dominados pela Inglaterra, França, e outras potências europeias, o que fez com que lhe restassem poucos territórios. A Alemanha passou a exigir uma nova divisão das colônias. Seus objetivos eram também a Europa Central e, após, o Oriente. A construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá permitiria aos produtos alemães e austríacos penetrarem facilmente nos territórios dominados pelos turcos otomanos e no oriente médio, chegando até o Golfo Pérsico e dali talvez para a Índia (que era uma importante colônia inglesa).

O imperialismo inglês. A Inglaterra combateria a Alemanha não só para conservar seu império colonial, mas para destruir a frota alemã e eliminar a concorrência industrial, comercial e financeira alemã. Aos ingleses interessava também tomar as colônias alemãs.



O imperialismo francês. Assim como a Inglaterra, a França lutava para manter seu império colonial na África e na Ásia. Também esperava recuperar as regiões da Alsácia e Lorena, que haviam perdido para a Alemanha na Guerra Franco-prussiana de 1870.

O imperialismo russo. A Rússia defendia a ideia do **pan-eslavismo** (união dos povos eslavos). Para isso ela pretendia criar uma área de influência na região dos Bálcãs. Entretanto esta região era dominada, em parte pelo Império Austro-húngaro, em parte pelo Império Turco-otomano, o que levava a Rússia a incentivar rebeliões dos povos balcânicos contra estes impérios. O único país independente nos Bálcãs era a Sérvia, que a Rússia colocaria sob sua proteção.

O imperialismo japonês. O Japão, que se tornara, pelo fim do século XIX, uma grande potência, ambicionava as colônias alemãs da Ásia e, em especial, na China e no Pacífico em geral.

Rivalidade da Alemanha com a Inglaterra e a França. A Alemanha, após sua formação, experimentara um crescimento industrial acelerado, concorrendo com a economia inglesa. Os produtos industriais alemães começaram a conquistar os mercados que antes eram quase exclusivamente ingleses. Além disso, e em decorrência disso, a frota mercante da Alemanha crescia acentuadamente, o que preocupava os ingleses que possuíam o controle comercial marítimo.

Além disso a Alemanha era rival também da França. A França havia perdido para a Alemanha suas reservas de ferro em Lorena, em decorrência da Guerra de 1870, o que dificultava o desenvolvimento econômico em termos de competição das grandes potências. Havia também a crise marroquina entre alemães e franceses (1905), que dificultava ainda mais as relações entre Alemanha e França. A França desejava ter o Marrocos como uma reserva e baluarte para a defesa da Argélia. Por força de um tratado assinado em 1880, todas as nações europeias poderiam ter privilégios econômicos no Marrocos, e os alemães também participavam de posse de ricas jazidas minerais ali existentes. Como a França pretendia o monopólio, e para isso, acertaram com a Inglaterra e a Espanha, uma repartição do território, a Alemanha protestou e quase estourou uma guerra, o que só foi evitado quando a França concordou em ceder uma parte do Congo francês, com o que os alemães abandonaram suas pretensões marroquinas.

Rivalidades da Rússia com a Alemanha e o Império Austro-húngaro. A Áustria pretendia monopólio comercial nos Bálcãs, região sobre a qual a Rússia pretendia estabelecer sua liderança. Ocorre que grande parte da região balcânica pertencia ao Império Austro-húngaro. Além disso, a Rússia também pretendia controlar Constantinopla, maior cidade do Império Otomano, que os alemães pretendiam transformar em um mercado consumidor para seus produtos industrializados.

O nacionalismo sérvio. A Sérvia tinha o objetivo de estender sua soberania sobre todos os povos que tivessem a mesma origem étnica, o que incluía o território da Bósnia e da Herzegovina, que pertenciam ao Império Austro-húngaro. Para alcançar seu objetivo, os sérvios incentivavam os movimentos de independência da Bósnia.

O revanchismo francês. Depois da derrota contra a Prússia em 1870, onde a França perdeu para a Alemanha o território da Alsácia-Lorena, os franceses alimentavam um sentimento revanchista para vingar a derrota sofrida.

O sistema de alianças. Após a guerra franco-prussiana de 1870, a Alemanha procurou formar alianças com as principais potências europeias, para evitar uma reação francesa. Porém, as diferenças de interesses econômicos levaram os acontecimentos a uma posição inversa. A partir de 1890 e até 1907, foram-se transformando as relações diplomáticas da Europa, e acabaram sendo firmadas as duas alianças: a Tríplice Entente, que reunia a Inglaterra, França e Rússia; e a Tríplice Aliança, que reunia a Alemanha e a Áustria-Hungria. Posteriormente, a Itália passou a integrar a Tríplice Aliança, levada pelo receio de que o governo clerical na França pudesse intervir nos antigos territórios pontifícios. Quando desapareceu essa possibilidade, começaram a acentuar as diferenças entre italianos e austríacos, enfraquecendo-se, em parte, a Aliança.



O Militarismo. Devido às crescentes tensões, a Europa foi tomada por um surto armamentista, com exaltação de valores militares. Os pequenos países, diante dos conflitos entre si e da ameaça dos maiores, desenvolviam uma política de aumento de seus efetivos militares. Passou-se a exaltar a guerra como revigorante da paz.

Considerando todas essas causas, já podemos constatar que o incidente em Sarajevo (o assassinato do príncipe austríaco Francisco Ferdinando) poderia ser o estopim deflagrador da guerra, porém, vários outros fatores contribuíram criando condições para um conflito envolvendo várias nações. A guerra, que todos esperavam que durasse pouco, se estendeu por 4 anos e envolveu direta ou indiretamente todo o mundo.

O desenvolvimento da guerra

Em junho de 1914 ocorria uma série de agitações na Bósnia, organizadas por grupos que lutavam pela independência do país, que era dominado pelo Império Austro-húngaro. Para tentar acalmar a situação, o príncipe austríaco Francisco Ferdinando viajou para Sarajevo, a capital bósnia. No dia 28 de junho um grupo de sérvios promove o **assassinato do príncipe Francisco Ferdinando** e de sua esposa. Os assassinos são presos e ficam sob custódia da polícia Sérvia, e o governo austríaco dá um ultimato exigindo que sejam enviados à Áustria para serem julgados. O governo sérvio não obedece ao ultimato austríaco e **no dia 28 de julho o Império Austro-húngaro declara guerra à Sérvia**. A Rússia então anuncia que vai proteger a Sérvia e declara guerra contra o Império Austro-húngaro.

Em 1º de agosto a Alemanha declara guerra contra a Rússia. A França se coloca ao lado da Rússia e no dia 3 de agosto a Alemanha declara guerra contra a França. Para atacar a França, a Alemanha invade a Bélgica, e a Inglaterra declara guerra contra a Alemanha e o Império Austro-húngaro.

Entre os países que formavam as duas alianças, apenas a Itália não havia declarado guerra, ficando fora do conflito. No ano seguinte, porém, após negociações com a França e a Inglaterra, a Itália abandonou a Tríplice Aliança, e entrou na guerra ao lado da Tríplice Entente.

A primeira fase da guerra foi a chamada **guerra de movimentos**, em que ocorreram as movimentações de tropas. Depois de alguns meses, porém, a guerra entrou em uma nova fase, que caracterizou a maior parte do conflito. A **guerra de trincheiras** é um tipo de guerra de pouca mobilidade, onde os exércitos encontram muita dificuldade de avançar sobre as tropas inimigas, ficando muito tempo (meses ou anos) imobilizados nas trincheiras escavadas no solo para não serem atingidos. **Este novo tipo de guerra surgiu como consequência dos avanços tecnológicos que levaram à criação de armas muito mais destrutivas**, como canhões de longo alcance, metralhadoras, armas químicas (como o gás mostarda), além do uso de aviões e submarinos como armas militares. Como resultado da guerra de trincheiras, o tempo de duração dos combates se tornava muito maior, durando até meses, e os novos armamentos faziam com que o número de mortes fosse proporcionalmente muito maior do que nas guerras tradicionais.

Entre os anos de 1915 e 1917 a guerra permaneceu quase estagnada, sem que ocorressem grandes mudanças ou que se pudesse visualizar um fim. Os países europeus envolvidos foram ficando economicamente arruinados e se tornaram cada vez mais dependentes de alimentos e produtos industrializados importados. Enquanto a Europa se destruía no conflito, os Estados Unidos passaram a fornecer alimento e produtos diversos aos países da Entente. Dessa maneira a economia americana entrou em um período de crescimento.

Em 1917 a Alemanha adotou uma estratégia de tentar isolar seus inimigos para que não recebesse produtos por mar, e afundou navios norte-americanos que se dirigiam para a Inglaterra. Isso provocou a reação dos Estados Unidos, que entraram no conflito declarando guerra à Alemanha em 6 de abril de 1917. A entrada dos EUA, que estavam economicamente fortalecidos, desequilibrou a situação da guerra, permitindo à Tríplice Entente a vitória.



Também em 1917, na Rússia, ocorreu a revolução socialista, que determinou a sua saída do conflito.

Em 1918 a guerra terminou, com a Alemanha (último país da Aliança que ainda lutava) se rendendo e assinando o armistício em 11 de novembro de 1918. No ano seguinte seria assinado o **Tratado de Versalhes**.

Consequências da guerra

A Primeira Guerra Mundial acarretou consequências em todas as áreas políticas, sociais e econômicas.

O Tratado de Versalhes

A Alemanha sofreu uma série de sanções através de um acordo de paz, denominado **Tratado de Versalhes** (28/07/1919). As punições impostas à Alemanha foram:

- Perdeu suas colônias na África e na Ásia.
- Foi obrigada a ceder parte de seu próprio território para outros países. Entregaria a Alsácia e a Lorena para a França; Eupen e Malmedy à Bélgica; o Nordeste de Schleswig à Dinamarca e a maior parte de Posen e da Prússia Ocidental à Polônia. Além disso cederia à França, por 14 anos, a rica região carbonífera do Sarre. Por conta do território entregue à Polônia, a região da Prússia Ocidental que ainda pertencia à Alemanha ficava separada do restante do país por uma faixa de terra que ficou sendo chamada de “**corredor polonês**”, que servia para que a Polônia tivesse acesso ao mar e um porto.
- Teve confiscadas as suas reservas de ouro, suas locomotivas, navios, aviões e armamentos pesados.
- Entregaria 1/8 de sua criação de gado e enormes quantidades de carvão e materiais para a construção de máquinas.
- Ficou obrigada a pagar anualmente parcelas de uma grande indenização aos países contra quem lutou.
- Por fim, o exército alemão ficou limitado ao número máximo de cem mil soldados, o governo ficava proibido de fazer recrutamentos, as tropas não podiam se concentrar próximo às fronteiras, e o país ficava proibido de possuir marinha de guerra, aviação de guerra e artilharia pesada.

Enfim, o Tratado de Versalhes deixaria a Alemanha economicamente arruinada e sem chance de se recuperar a curto prazo, além de ficar militarmente enfraquecida, inofensiva contra qualquer possível inimigo. O tratado atingia não apenas a economia, mas também o orgulho alemão.

Outras consequências da guerra

Fim do Império Austro-húngaro. Pelo Tratado de Saint-Germain a Áustria era obrigada a reconhecer a independência da Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Polônia, bem como cedia a elas grandes porções de seu território. Além disso, cedia à Itália, as regiões do Trieste, sul do Tirol, Trentino e a Península da Istria.

Criação da Liga das Nações, em que os países, tanto grandes como pequenos, deveriam resolver suas disputas sem recorrer à guerra. A ideia foi do presidente dos Estados Unidos. A liga, entretanto, não atingiu seus objetivos. Os Estados Unidos dela não fizeram parte e durante muito tempo ela nada mais fez do que defender os interesses de grandes potências.

Rompimento do equilíbrio econômico europeu. Levou à falência o liberalismo econômico e reforçou o sistema do protecionismo.

Crise econômica da Europa. As nações europeias entraram em um período de crise econômica que levaria vários anos para superar, uma vez que sua produção estava arruinada pela guerra. Seria um período de escassez, desemprego e inflação. A Alemanha, por sua vez, teria uma crise ainda maior do que os demais países, pois além da destruição provocada pela guerra sofreria os efeitos do Tratado de Versalhes.



Crescimento da economia dos EUA. Os Estados Unidos, que antes eram devedores, se tornaram credores dos países europeus. Após a guerra tornou-se a maior potência capitalista, dominando a maior parte do mercado mundial.

Fim da monarquia como forma dominante de governo na Europa, a partir do fim dos impérios que levou à independência de novas nações que adotaram a república.

Surgimento dos movimentos fascistas e do nazismo, que ganharam força a partir dos problemas econômicos, sociais e políticos criados após a guerra.

Revolução russa. Embora já houvesse um movimento socialista na Rússia, a crise econômica, a insatisfação e o caos gerados pela guerra aceleraram o processo revolucionário, fazendo com que a revolta se ampliasse e o governo se enfraquecesse, o que permitiu a revolução em 1917.

8. A REVOLUÇÃO RUSSA

A Rússia antes da revolução

O império russo era o país mais extenso da Europa, reunindo, em 1914, aproximadamente 175 milhões de pessoas, uma população heterogênea formada por povos de diversas etnias, com línguas e tradições diferentes. Cerca de 80% da população era de camponeses que viviam explorados num regime de servidão feudal. Até as últimas décadas do século XIX a Rússia não havia passado por um processo de desenvolvimento industrial. A economia ainda era basicamente agrícola e com características feudais, e as terras pertenciam à nobreza. Apenas em 1861 a servidão foi oficialmente abolida, mas na prática a exploração dos camponeses (grande maioria da população) se mantinha praticamente inalterada. A agricultura era arcaica e a produção de alimentos era insuficiente.

O regime político russo era uma forma de monarquia absolutista sob o comando do **Czar** (título do imperador russo). Para muitos políticos da época, o império russo somente se mantinha unificado devido ao governo forte e centralizado dos czares. O poder do Czar não era limitado por instituições políticas ou legais: ele comandava o império com uso do exército para reprimir a população, e uma eficiente polícia secreta, a Okhrana, que controlava qualquer tentativa de movimento político. A Igreja Ortodoxa (ligada ao Estado russo) defendia a autoridade do Czar com base no argumento da “vontade divina”.

Para governar, os czares contavam geralmente com o apoio dos grupos privilegiados da sociedade. Entre eles, estava a nobreza rural, proprietária da maior parte das terras cultiváveis do país. Das famílias da nobreza rural, provinham os exércitos e os principais dirigentes da Igreja Ortodoxa. Um setor de camponeses proprietários (os Kulaks), os altos funcionários da administração pública, os oficiais militares e um pequeno grupo de industriais também formavam a base de apoio política absolutista russa.

A **industrialização** do império russo ocorreu posteriormente à da maioria dos países da Europa Ocidental. Foi impulsionada por **capitalistas estrangeiros** provenientes da França e outras nações ocidentais, que receberam estímulos para entrar no país durante o governo do czar Nicolau II. Os investimentos industriais foram concentrados em centros urbanos populosos, como Moscou, São Petersburgo, Odessa e Kiev. Nessas cidades, formou-se uma **classe operária** de aproximadamente três milhões de pessoas, que recebiam salários miseráveis e eram submetidas a jornadas de 12 horas diárias de trabalho. Leia a descrição que um trabalhador russo fez sobre as difíceis condições de vida do operariado no início do século XX:

“Não nos é possível ser instruídos porque não há escolas, e desde a infância devemos trabalhar além de nossas forças por um salário ínfimo. Quando desde os nove anos somos obrigados a ir para a usina, o que nos espera? Nós nos vendemos aí capitalista por um pedaço de pão preto; guardas nos agridem a socos e cacetadas para nos habituar à dureza do trabalho; nós nos alimentamos mal, nos sufocamos com a poeira e o ar viciado, até dormimos no chão,



aterrorizados pelos vermes...”

Diante dessas e muitas outras injustiças sociais, os trabalhadores foram reagindo e construindo projetos políticos. Entre as novas correntes políticas que surgiam no final do século XIX, destacou-se o **Partido Operário Social Democrata da Rússia (POSDR)**, inspirado nas ideias **marxistas** e na defesa do **socialismo**. O partido foi violentamente perseguido pela polícia política e vários de seus líderes foram obrigados a se exilar. Em 1903, divergências quanto à forma de ação, levaram os membros do partido a se dividir em dois grupos: os **mencheviques** e os **bolcheviques**.

- **Mencheviques** (“minoria”): defendiam que os trabalhadores deveriam estabelecer alianças políticas com a burguesia liberal. Acreditavam que era necessário esperar o pleno desenvolvimento do capitalismo para só então dar início à revolução socialista liderada pelos trabalhadores. Seus principais líderes eram Martov e Plekanov.
- **Bolcheviques** (“maioria”): acreditavam que os trabalhadores deveriam conquistar o poder de forma imediata, pela luta revolucionária que derrubaria a monarquia absolutista e transformaria a Rússia em uma nação socialista, com um governo em que o poder político, social e econômico, estaria nas mãos da classe operária. Seu principal líder era Vladimir Ulianov, conhecido como **Lênin**.

As revoltas de 1905

Em 1904 o governo russo entrou em guerra contra o Japão. As derrotas sofridas agravaram a insatisfação popular e as dificuldades econômicas do império. O regime czarista foi abalado por uma série de revoltas sociais. Greves e protestos ocorreram em diversas regiões do país em 1905.

O Domingo Sangrento: No dia 22 de janeiro, em São Petersburgo (capital do Império Russo), uma passeata se dirigiu ao Palácio de Inverno, com o objetivo de entregar uma petição ao czar, reivindicando melhores condições de trabalho, salários justos, redução da jornada de trabalho para oito horas, o fim da Guerra Russo-japonesa e a introdução do sufrágio universal. As tropas encarregadas de proteger o Palácio abriram fogo contra a multidão. O massacre teve repercussão mundial e causou uma onda de indignação, estimulando ainda mais protestos e greves.

O encouraçado Potemkim: Em 14 de junho ocorreu a revolta dos marinheiros do encouraçado Potemkim, que se rebelaram contra os maus tratos a que eram submetidos e deram apoio aos trabalhadores que sofriam com a repressão cada vez mais violenta.

Sovietes: Nessa época surgiram os primeiros **sovietes**, ou *conselhos operários*. Nas cidades onde havia grandes indústrias, no campo, ou mesmo entre soldados e marinheiros, os trabalhadores organizavam seus conselhos, onde eram realizados os debates políticos. Nestes soviets, ao longo dos anos seguintes, as ideias socialistas ganharam força.

A Duma: Diante da revolta crescente, o czar Nicolau II prometeu realizar importantes reformas, como a convocação de eleições gerais para a **Duma** (parlamento), que formularia uma nova Constituição que daria fim ao regime absolutista. Os grupos políticos reformistas ficaram satisfeitos com essas promessas. A Duma ficaria sendo dominada pelos grupos industriais e pelos grandes proprietários de terra russos, que temiam o caráter radical da revolta dos trabalhadores.

A revolta de 1905 terminou, e após controlar a revolta social, o czar abandonou as promessas liberais que havia feito. Entretanto, de acordo com Lênin, a derrota serviu para que os revolucionários avaliassem seus erros e suas fraquezas, preparando-se para superá-los. Por essa razão, a revolta de 1905 foi chamada de “**Ensaio Geral**” da Revolução Russa.

Após o fim da guerra contra o Japão, o exército passou a reprimir os movimentos operários e os soviets, os principais líderes da oposição foram perseguidos e exilados, e a Duma perdeu seus poderes efetivos. A tensão social agravou-se, pois nenhuma das promessas do Czar foi cumprida.



A Rússia na Primeira Guerra Mundial

Em 1914, a Rússia envolveu-se na Primeira Guerra Mundial e, para isso, o governo czarista mobilizou 13 milhões de soldados. As forças do país, entretanto, não estavam preparadas para enfrentar uma guerra tão longa e desgastante. Depois de dois anos de combates, a economia russa entrou em colapso. Os preços dos alimentos subiram, e a maioria da população começou a passar fome. Ocorriam protestos e passeatas. Greves de trabalhadores pararam as cidades de Petrogrado (antiga São Petersburgo) e Moscou, recebendo o apoio de uma parcela do exército que se recusava a cumprir as ordens do governo e reprimir os grevistas.

A Revolução de 1917 e a URSS

A Revolução de Fevereiro

A Revolução começou com uma greve de mulheres operárias no dia 8 de março (23 de fevereiro na Rússia), que ganhou força e se tornou uma greve geral acompanhada de muitos protestos. As tropas militares, em vez de reprimir, aderiram ao povo. Sem condições de governar, em 27 de fevereiro de 1917, o czar renunciou. Formou-se um **governo provisório**, formado pela *Duma*, que era dominada pelo partido burguês Kadet, e pelos mencheviques. Os bolcheviques não estavam representados, pois suas lideranças estavam presas ou exiladas. O principal líder deste governo provisório foi o príncipe Lvov.

O governo provisório proclamou as liberdades fundamentais, anistiou os presos, mas não resolveu as principais reivindicações dos trabalhadores: retirar a Rússia da guerra, resolver o problema da fome e distribuir terras para os camponeses. Os distúrbios sociais no campo e na cidade aumentaram. Os camponeses começaram a tomar conta das terras da nobreza, da Igreja, da burguesia e do Estado. A Rússia sofre novas derrotas para a Alemanha e muitos soldados começam a desertar. O partido Kadet abandona o governo. A liderança passa para Kerensky, do Partido Menchevique.

A Revolução de Outubro

Durante o governo provisório, **Lênin** volta do exílio e propaga as suas **Teses de Abril**, onde defende a tese de *“todo poder aos soviets”* (ou seja, os *soviets* deveriam controlar o governo). No dia 25 de outubro, o *Soviete de Petrogrado*, presidido por Liev Davidovich Bronstein (conhecido como **Leon Trotski**), líder **bolchevique**, toma o poder. Foi criado, então, o governo dos Comissários do Povo, dominado pelos Bolcheviques, sob a liderança de Lênin. O novo governo retirou-se da guerra assinando o Tratado de Brest Litovsky com a Alemanha. Foi legalizada a partilha das terras (que os camponeses vinham fazendo por conta própria), e as indústrias e bancos estrangeiros foram nacionalizados.

A Guerra Civil e o Comunismo de Guerra (1918-1921)

Os monarquistas e os liberais formaram um exército contra-revolucionário, conhecido como **Exército Branco**, que ganhou apoio (em dinheiro, soldados e armas) de países estrangeiros como EUA, França, Reino Unido, e outros países que temiam a expansão da revolução socialista. Os bolcheviques organizaram o **Exército Vermelho**, organizado e liderado por Trotski.

Em função desta guerra civil, a crise econômica se agravou, a produção caiu muito e milhões de pessoas morriam de fome. Lênin adotou medidas radicais, conhecidas como **Comunismo de Guerra**, onde o comércio dos bens essenciais (como alimento) ficou proibido, e os trabalhadores das indústrias não recebiam salário, mas sim alimento e outros bens necessários para a sobrevivência. O governo se encarregava de distribuir às pessoas os bens necessários.



A NEP - Nova Política Econômica (1921-1928)

Como consequência da guerra civil, em 1921 a situação econômica estava pior do que antes da revolução. Para superar a crise, Lênin iniciou em 1921, a **Nova Política Econômica**, que apresentava alguns aspectos do capitalismo, como o retorno do comércio em pequena escala. Lênin descreveu a **NEP** como “*dar um passo atrás para dar dois passos à frente*”. Os investimentos foram dirigidos para a produção de energia e de matérias-primas básicas, importação de técnicos e máquinas estrangeiras, organização de cooperativas de comerciantes e agricultores.

A formação da URSS

Várias províncias que antes eram dominadas pelo Império Russo e haviam se separado da Rússia durante a revolução, terminaram por se reintegrar mais tarde, à medida que o Estado socialista se estabeleceu. Em 1922, esses Estados, reunidos à Rússia, formaram a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**. No início, a URSS era integrada por Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia e Transcaucásia (Armênia, Azerbaijão e Geórgia), mais tarde foram se somando Uzbequistão, Cazaquistão, Lituânia, Moldávia, Letônia, Quirquistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Estônia.

Com a **morte de Lênin**, em 1924, dois dos líderes bolcheviques disputam a sua sucessão: **Leon Trotski** e **Josef Stálin**. Cada um deles representava uma alternativa diferente para o futuro da URSS.

- **Trotski**: defendia a tese da “**revolução permanente**”. Acreditava que a URSS deveria seguir incentivando revoluções em outros países, para que o socialismo seguisse se expandindo. O socialismo nunca teria sucesso em um só país.
- **Stálin**: defendia a tese do “**socialismo em um só país**”. Para ele a URSS não deveria fomentar revoluções em outros países, deveria se manter isolado das economias capitalistas e concentrar esforços no seu próprio desenvolvimento industrial.

O governo de Stálin (1924-1953)

Stálin venceu a disputa, e se torna o governante da URSS até sua morte em 1953. Trotski passou a criticar o governo soviético e a sofrer perseguições, ocupando cargos menos importantes até se exilar da URSS em 1929. Após passar por outros países, Trotski termina indo viver no México, onde continuava escrevendo e fazendo críticas ao governo soviético. Lá ele seria assassinado em 1940, por um agente enviado por Stálin.

A partir de 1928 foram implementados os **Planos Quinquenais**, com os quais o desenvolvimento econômico seria guiado por planos globais elaborados a cada cinco anos. Os principais objetivos dos primeiros planos quinquenais eram desenvolver indústria pesada, transportes (especialmente ferroviário), geração de energia, além de mecanizar a agricultura e coletivizar as terras.

A Rússia passou por grandes transformações, tornando-se uma das maiores potências do século XX. Desenvolveu a indústria pesada, explorando reservas de carvão, ferro e petróleo, produzindo aço e ampliando a eletrificação. O planejamento e o controle estatal da economia permitiram que a URSS se desenvolvesse industrialmente de forma rápida. Nos primeiros dez anos a indústria de base aumentou sete vezes, e a produção de bens de consumo quatro vezes. O ensino tornou-se gratuito e obrigatório, e atingiu-se a erradicação do analfabetismo em poucos anos com a criação de muitas escolas e universidades.

A agricultura foi mecanizada, e no meio rural foi estabelecida a coletivização agrícola, com a extinção forçada da propriedade privada da terra e a criação de dois modelos de instituições rurais: os **Sovkhozes** (fazendas estatais) e os **Kolkhozes** (cooperativas).

No plano político, Stálin centralizou o poder e se livrou da oposição de Trotski exilando-o em 1929. Os seguidores de Trotski e os que se opunham à Stálin foram perseguidos nos chamados “expurgos”, ou seja, julgamentos sem direito à ampla defesa, condenações, expulsões do partido,



punições administrativas e banimentos.

Muitos foram aprisionados, enviados para os chamados gulags (campos de trabalho forçado situados em regiões remotas), ou executados. O auge dos expurgos stalinistas foi entre 1936 e 1938.

A URSS após a Segunda Guerra Mundial

Em 1945, grande parte do território da União Soviética estava arrasado. Cidades inteiras destruídas e um saldo de mais de 20 milhões de mortos, além de haver outros 25 milhões de desabrigados.

Josef Stalin comandou a reconstrução do país por meio de planejamento econômico estatal, o governo estabelecia os grandes objetivos da recuperação do país: a recuperação dos danos causados pela guerra em setores como os de comunicação e de energia, a reconstrução das indústrias pesadas, a mecanização da agricultura, a ampliação das áreas de cultivo, a implantação de indústrias de armas modernas, a ampliação da educação, etc.

Já na primeira década de 1950, eram notáveis os resultados dos esforços de reconstrução dos soviéticos. Paralelamente a esse esforço de reconstrução do país, ocorreu também um fortalecimento da autoridade de Stalin.

A era Kruchev (1953-1964)

Depois de 29 anos no poder, Stalin morreu em 1953, e teve começo o governo Kruchev. Internamente, Kruchev condenou o autoritarismo do governo stalinista e abriu espaço para uma relativa liberalização política. No plano internacional, defendeu a necessidade de uma coexistência pacífica entre países socialistas e capitalistas.

De Brejnev a Gorbatchev (1964-1991)

A “desestalinização” orientada por Kruchev não foi suficiente para romper a rigidez do sistema político soviético. Mesmo após os governos de Andropov e Tchernenko, o país estava submetido ao controle do Partido comunista. Nos últimos anos do regime soviético somou-se à falta de liberdade o grave problema da estagnação econômica. Enormes dificuldades tomavam conta do país: declínio da produção industrial, comercial e agrícola, desemprego, falta de alimentos e corrupção administrativa.

9. A CRISE DE 1929 E A GRANDE DEPRESSÃO

Com a Primeira Guerra Mundial, a economia dos países europeus ficou arruinada. Estes se tornaram dependentes de bens importados dos Estados Unidos (alimentos, combustíveis, medicamentos, armas, máquinas, produtos industrializados em geral etc.), e mesmo após o fim da guerra levaria vários anos até que retomassem o seu crescimento. Como consequência, ao final da guerra, a economia dos Estados Unidos tornou-se a mais poderosa do mundo. Em 1920, a indústria norte-americana era responsável por quase 50% de toda produção industrial do mundo. A produtividade agrícola também aumentou. O progresso tecnológico do país favoreceu o crescimento da produção, e a sociedade americana vivia em clima de otimismo. Nessa época de euforiasurgiu o slogan “*americanwayoflife*” (modo de vida americano), que se caracterizava pelo consumismo (de automóveis a eletrodomésticos). Viver bem se tornara sinônimo de consumir sempre mais.

O rápido crescimento econômico, sustentado pelas exportações, favoreceu o mercado financeiro, onde as ações das empresas se valorizavam rapidamente propiciando um lucro rápido. A chance de obter lucros em um prazo curto tornou o mercado de ações altamente atrativo. Essas ações atingiram cotações elevadas, bem maiores que o crescimento real dos valores acumulados das empresas.

Neste período as políticas econômicas dos Estados Unidos se baseavam nos princípios do



liberalismo clássico, segundo as quais o Estado não deveria intervir na economia.

A crise de superprodução

À medida que a Europa se reconstruía e reorganizava a estrutura produtiva, as indústrias da Inglaterra, França e Alemanha procuravam se modernizar rapidamente. Em seguida estes países tomaram medidas protecionistas para reduzir as importações de produtos norte-americanos. Porém, o ritmo da produção industrial e agrícola dos EUA continuava crescendo, produzindo muito além da necessidade de compra dos mercados interno e externo. Houve então uma **superprodução** de mercadorias - uma enorme quantidade de produtos para os quais não existiam compradores. Os produtores agrícolas e industriais foram obrigados, então, a reduzir o ritmo de suas atividades e, com isso, demitiram milhões de trabalhadores.

Com a queda nas atividades produtivas ficou evidente que nada justificava os altos preços das ações, e aos poucos seus preços começaram a baixar, fazendo com que os investidores tomassem a decisão de vender suas ações para não ter prejuízo.

O crash da bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão

Em 24 de Outubro de 1929 ocorreu a queda vertiginosa do valor de milhões de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Todos os investidores colocavam suas ações à venda, mas não havia compradores e os negócios não eram fechados. Inúmeras empresas e bancos foram à falência. Com o desdobramento da crise, entre 1929 e 1932, a produção industrial dos Estados Unidos foi reduzida em 54%. O **crash** (quebra) da bolsa de valores de Nova Iorque abalou o mundo todo. O comércio internacional foi bastante reduzido. A crise iniciada a partir da quebra da bolsa de valores ficou conhecida como a **Grande Depressão**.

O New Deal

Em 1932 seria eleito o presidente Franklin Delano Roosevelt, que governaria de 1933 a 1945. Seu governo adotou um conjunto de medidas com o objetivo de superar a crise, que ficou conhecido como **New Deal** (novo acordo), e que representava uma ruptura com as idéias do liberalismo econômico que predominavam nos EUA até aquele momento. Esse programa econômico foi inspirado nas idéias do economista inglês **John Keynes** (1883- 1946), para quem os governantes precisavam tomar medidas econômicas que garantissem o pleno emprego dos trabalhadores. Keynes também defendia a redistribuição dos lucros para que o poder aquisitivo dos consumidores aumentasse de forma proporcional ao desenvolvimento dos meios de produção.

O New Deal se baseava numa intervenção maior do Estado na economia, conciliada com as “leis de mercado” e a iniciativa privada. Algumas das principais medidas adotadas foram:

- Controle governamental dos preços de diversos produtos agrícolas e industriais.
- Concessão de empréstimos com juros mínimos aos fazendeiros arruinados, para que pagassem suas dívidas com os bancos e retomassem a produção.
- Realização de diversas obras públicas com o objetivo de criar postos de trabalho para milhões de desempregados.
- Criação de um salário-desemprego para aliviar a situação de miséria dos desempregados.
- Limitação dos preços e da produção às exigências do mercado, para garantir os interesses dos industriais.
- Fixação de salários mínimos e limitação das jornadas de trabalho, em benefício dos trabalhadores.

A política do New Deal não alcançou todo sucesso esperado, mas conseguiu controlar relativamente a crise econômica, que se desdobrava em violentos conflitos sociais. A partir de 1935, a economia do país voltou a se fortalecer, mas a crise só foi plenamente superada anos mais tarde.



As consequências da crise em outros países

Após a Primeira Guerra Mundial os EUA haviam se tornado a principal potência capitalista, de modo que qualquer alteração na sua economia tinha impacto na economia mundial. A crise econômica iniciada em 1929 não se limitou aos EUA, teve consequências na economia mundial, em alguns casos provocando mudanças radicais.

A crise de 1929 abalou ainda mais a economia alemã, que recém se recuperava da crise provocada pela derrota na Primeira Guerra Mundial. Hitler, liderando o partido nazista, soube utilizar o sentimento de desesperança do povo alemão e, com um discurso populista, levou seu partido a ter bons resultados nas eleições parlamentares de 1932, iniciando o processo de tomada do poder.

No Brasil, os produtores de café, que vendiam para os mercados dos Estados Unidos e da Europa, perderam seus grandes compradores, e não havendo demanda para a grande produção o café se desvalorizou. Milhares de sacas de café foram queimadas, numa tentativa de manter os preços altos. Mas foi impossível conter o desastre econômico que, na ocasião, afetou a cafeicultura brasileira e abalou as estruturas da república.

Por outro lado, a URSS foi a única nação a não sofrer com as consequências da Grande Depressão. Em 1929 a URSS havia iniciado os planos quinquenais, toda a economia soviética era planejada e não seguia as “leis de mercado”, nem estava ligada ao sistema financeiro mundial. Na década de 1930 a URSS foi o país que teve o maior desenvolvimento econômico.

10. FASCISMO E NAZISMO

Após a Primeira guerra Mundial o cenário na Europa era de destruição material, perdas humanas, desemprego e inflação. Nesse contexto surgiram muitos conflitos sociais, greves, revoltas e mobilizações que contestavam a ordem liberal. Foi neste terreno que se desenvolveram movimentos antidemocráticos que chegaram ao poder em alguns países europeus e chegaram ao poder instalando ditaduras totalitárias. De forma geral, estes movimentos foram denominados como **fascistas**, por terem determinadas características em comum semelhantes aos princípios do fascismo italiano.

Em **Portugal**, o regime imposto pelo ditador Antônio de Oliveira Salazar no período do Estado Novo (1933 a 1974) costuma ser chamado de **salazarismo**. A sua ideologia era inspirada no fascismo italiano, no integralismo português, e nas doutrinas sociais dos grupos mais conservadores da Igreja Católica. O ministro defendia que os interesses dos partidos deveriam submeter-se aos “interesses da nação”. Não se permitia a suspensão das atividades econômicas, quer pelas atividades patronais (lock out) quer pelos trabalhadores (greves). Apoiado pelas classes conservadoras, o novo governo português exerceu severo controle sobre a educação e sobre a imprensa.

Na **Espanha**, após o golpe militar liderado pelo general Francisco Franco em 1936 e a Guerra Civil Espanhola, em que Franco recebeu apoio da Itália fascista e da Alemanha nazista, veio um regime ditatorial fascista conhecido como **franquismo** (1939 a 1975).

Na **Polônia** havia a doutrina nacionalista conhecida como **prometeísmo**, que dominou o Estado polonês entre 1918 e 1935. Existiram outros governos com características do fascismo, como Grécia, Lituânia e Iugoslávia.

De forma geral, os países que tiveram governos fascistas atravessaram períodos de crise econômica e social, não possuíam regimes democráticos consolidados, tinham Estados nacionais recentemente formados e ainda não tinham uma identidade nacional consolidada, motivo pelo qual o nacionalismo exagerado cumpria uma função ideológica importante como elemento unificador.



A **Alemanha** e a **Itália**, que tiveram os exemplos mais conhecidos de regimes fascistas, haviam se unificado e formado nações muito recentemente (1870), haviam iniciado seu desenvolvimento industrial tardiamente, se comparados às demais potências europeias, e haviam iniciado tardiamente sua expansão imperialista (e portanto dominavam poucas colônias na África).

Características gerais dos movimentos fascistas:

- **Populismo.** Enaltecimento da participação das massas (mas não da “classe trabalhadora”). Apelo para o anti-intelectualismo e desprezo por artistas.
- **Totalitarismo.** A ideologia do Estado se confunde com a do partido. Contra o pluripartidarismo. Antidemocrático. Uso da doutrinação através da educação e da comunicação.
- **Anticomunismo e antissocialismo.** São inimigas as ideologias que defendem a igualdade social e identificam a divisão da sociedade em classes sociais.
- **Romantismo.** A razão não seria capaz de gerar o desenvolvimento de uma nação, mas sim o auto sacrifício, as atitudes heróicas, o amor a pátria e a fé e dedicação incondicional ao líder político. O apoio popular é alcançado através das emoções.
- **Nacionalismo extremado.** Exaltação da nação, que é vista como única e orgânica, e que não pode ser dividida em classes. Normalmente há a crença em um mito de renascimento nacional.
- **Legitimação da violência.** Uso da violência como arma política. Crença em um “inimigo” contra o qual a sociedade deve manter uma luta constante.
- **Darwinismo social.** A Hierarquia social é algo natural. A sociedade deve promover os indivíduos “superiores” ou “fortes” e eliminar os “inferiores” ou “fracos”.
- **Militarismo e obsessão com segurança.** A segurança é utilizada como justificativa para a perda de liberdades, o uso da força militar é glorificado.
- **Desprezo pelos direitos humanos.** Desvalorização da liberdade, da integridade física, da igualdade ou mesmo da vida. Legitimação de práticas como execuções, torturas, prisões arbitrárias, etc.

10.1. O FASCISMO ITALIANO

Comparada às demais nações europeias, a Itália era um país relativamente atrasado. Havia se unificado tardiamente e não tinha uma economia capitalista desenvolvida e industrializada. Como iniciou sua expansão colonialista bem mais tarde, não possuía colônias que lhe garantissem matérias primas e mercado consumidor para se desenvolver.

Quando a Primeira Guerra Mundial iniciou, a Itália fazia parte da Tríplice Aliança, juntamente com a Alemanha e o Império Austro-húngaro, mas pouco tempo depois mudou de lado passando para o lado da Tríplice Entente (Reino Unido, França e Rússia). Um dos motivos para esta mudança de lado seriam vantagens que a Itália receberia com a vitória da Entente, como o domínio de territórios estratégicos. Estas vantagens, porém, não se confirmaram após a guerra.

Após 1918, a Itália se encontrava numa situação crítica. O orgulho nacional sofrera humilhações nos campos de batalha, as pretensões expansionistas almejadas não haviam se consolidado e o país contava com milhares de desempregados, o que favoreceu a formação de grupos extremistas.

Em março de 1919, **Mussolini** fundou em Milão o movimento **Fascista**, com o objetivo de defender a ordem interna e as reivindicações da Itália na política internacional. Mussolini criticou violentamente a democracia liberal e o socialismo. Em 1921, vitorioso nas eleições o fascismo se tornou um movimento de massa, organizou sindicatos, penetrou no campo e formou o Partido Nacional Fascista. Em outubro Mussolini deflagrou a **marcha sobre Roma**, pressionando o rei Vittorio Emanuele a lhe entregar a organização do Gabinete. Em 1925, Mussolini tornou-se o chefe do governo italiano, com o título de **Duce**. Seus poderes eram absolutos, usava métodos violentos e ditatoriais.



10.2. O NAZISMO ALEMÃO

A República de Weimar (1918-1933)

Ao final da Primeira Guerra Mundial, diante da iminente derrota da Alemanha, um movimento derrubou o governo monárquico do Kaiser Guilherme, instituindo uma **República Parlamentarista**. Neste sistema de governo, o Presidente (*chefe de Estado*) é eleito pelos eleitores, e ele deve nomear um Chanceler (*chefe de Governo*), indicado pelo partido ou coligação com mais votos no Parlamento (Reichstag).

Crise econômica e instabilidade

Antes da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha havia alcançado, por um curto período, um rápido desenvolvimento industrial. Porém, após a derrota da Tríplice Aliança, o país encontrava-se arrasado, e foi obrigado a assinar o **Tratado de Versalhes**, um acordo imposto pelas nações vencedoras.

Por este tratado, a Alemanha teve confiscadas as suas reservas de ouro, suas locomotivas, navios, aviões e armamentos pesados, grandes empresas alemãs foram compradas a preços baixos por empresas estrangeiras e o país ficou obrigado a pagar anualmente parcelas de uma indenização aos países contra quem lutou. As colônias que a Alemanha dominava na África ficaram sob domínio inglês e francês. Territórios alemães ficaram sob ocupação da França (o Sarre e a Renânia), e uma parte do território alemão foi dado à Polônia para que esta tivesse uma saída para o mar e um porto (era o chamado “corredor polonês”). Por fim, o exército alemão ficou limitado ao número máximo de cem mil soldados, o governo ficava proibido de fazer recrutamentos, as tropas não podiam se concentrar próximo às fronteiras, e o país ficava proibido de possuir marinha de guerra, aviação de guerra e artilharia pesada. Enfim, o Tratado de Versalhes deixaria a Alemanha economicamente arruinada e sem chance de se recuperar a curto prazo, além de ficar militarmente enfraquecida, inofensiva contra qualquer possível inimigo. O tratado atingia não apenas a economia, mas também o orgulho alemão.

Em meio à crise e instabilidade, alguns movimentos socialistas se inspiraram na Revolução Russa e procuraram iniciar uma revolução na Alemanha. Trabalhadores, intelectuais, soldados e marinheiros, iniciaram uma onda de revoltas entre 1918 e 1919, acreditando que aquele era o momento adequado para transformar a Alemanha em um país socialista. O mais conhecido destes movimentos foi a **Revolução Espartaquista**, liderada por socialistas como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. O movimento espartaquista foi derrotado, e seus líderes assassinados.

Com a destruição provocada pela guerra, e as punições e indenizações impostas pelo Tratado de Versalhes, Alemanha entrou em uma grande **crise econômica**. Para agravar a situação, milhões de homens em idade de trabalho que retornaram da guerra não encontravam emprego, e grande parte deles havia ficado mutilada. Pelas ruas tornava-se comum a imagem de desempregados e inválidos mendigando.

O auge da crise econômica se deu com a **hiperinflação**. Com as reservas de ouro confiscadas, o governo alemão se via obrigado a imprimir uma quantidade crescente de moeda, o que provocava a sua desvalorização constante. Em 1923, no auge da hiperinflação, cerca de meio quilo de pão custava 3 bilhões de marcos, e a mesma quantidade de carne custava 36 bilhões. Chegaram a ser impressas cédulas de cinco bilhões de marcos. O dinheiro perdia rapidamente o seu valor e as pessoas eram obrigadas a acumular grandes quantidades de dinheiro para garantir os bens mais básicos.

O partido nazista

Em 1920, em meio a esta situação de crise econômica, caos e desesperança, é que surgiu o **partido nazista**. O nome do partido era **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, NSDAP). Os membros do partido eram chamados de “nazis” (nazi é uma abreviação de *Nationalsozialistische*). O partido foi liderado em



1920 pelo seu fundador Anton Drexler, e a partir de 1921 por Adolph Hitler.

Além de ter as mesmas ideias gerais dos demais movimentos fascistas, o nazismo se caracterizava por incluir em sua ideologia uma política racial, de acordo com a qual a humanidade estava dividida em “raças”, e os alemães formavam uma “raça superior”. De acordo com a visão de mundo nazista, as raças superiores detinham o direito de dominar o mundo, enquanto as demais deveriam ser subordinadas ou mesmo exterminadas.

Um ponto forte da ideologia nazista era o antissemitismo (aversão ou ódio contra os povos semitas, especialmente contra os judeus). Se na Europa o antissemitismo já era forte, os nazistas fizeram uso político dele, acusando os judeus de serem culpados por todos os problemas por que a Alemanha passava, e prometendo exterminá-los.

O partido nazista utilizava a violência física como forma de intimidar os adversários, e tinha suas milícias paramilitares. Havia as **SA**(*Sturmabteilung*), as tropas de assalto do partido nazista, encarregadas de intimidar os adversários políticos, e em 1923 foram criadas as **SS** (*Schutzstaffel*). As SS inicialmente tinham a função de proteger as lideranças do partido, mas com o tempo foram ganhando importância. Passaram a incluir os órgãos de controle da polícia alemã, a polícia secreta alemã (Gestapo) e o comando dos campos de extermínio nos países ocupados. Possuía um exército próprio e grupos de extermínio responsáveis por exterminar socialistas, judeus, ciganos e outros grupos dos países ocupados pelo exército alemão.

Em 1923 vários líderes do partido, incluindo Hitler, foram presos após a tentativa de golpe conhecida como **Putsch da Cervejaria**, em que os nazistas tentaram invadir a sede do governo da Baviera. Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, mas só permaneceu nove meses preso. Neste tempo é que começou a escrever seu livro **Minha Luta** (*Mein Kampf*), que mais tarde se tornou a “bíblia” dos nazistas, onde ele descreve todos os princípios do nazismo.

A tomada do poder pelos nazistas

Na segunda metade da década de 1920 a economia dos países europeus, incluindo a Alemanha, vinha se recuperando gradualmente. Em parte, essa recuperação se devia ao crescimento da economia americana, que garantia às empresas alemãs investimentos externos. Mas com a Crise de 1929, em que a economia americana entra num período de crise econômica prolongada, a economia alemã tem outra queda. A partir deste momento, com suas promessas de estabelecer um governo forte, com um líder que iria salvar a Alemanha e conduzi-la a um novo período de glória, os nazistas ganham apoio popular e na **eleição parlamentar de 1932** conquistam mais de 37% das vagas do Parlamento, o que lhes permite alcançar a maioria dos votos através de alianças com outros grupos. Desta forma, os nazistas obrigam o Presidente Hindenburg a nomear Hitler para o cargo de **Chanceler** (chefe de governo).

No ano seguinte, em 1933, os nazistas provocam o **incêndio do Reichstag** (o Parlamento) e acusam os socialistas do crime. Hitler consegue fazer com que todos os deputados socialistas e social-democratas fossem presos ou expulsos. Os nazistas assumem o controle total e aprovam uma medida dando ao Chanceler (Hitler) poder para governar sem o Parlamento. O NSDAP se torna o único partido.

A Alemanha nazista (1933-1945)

Em junho de 1934 Hitler assume o controle total sobre o partido, mandando assassinar, em uma única noite, todos os líderes da SA que não fossem leais a ele, ou membros do partido que se destacassem disputando a liderança. Esta noite ficou conhecida como a **noite das longas facas**. Todos os demais líderes nazistas, a partir desse momento, devem jurar lealdade pessoalmente à Hitler.

Em agosto de 1934 o presidente Hindenburg morreu, e os cargos de Presidente e de Chanceler foram fundidos num só. Hitler centralizou todo o poder nas mãos e passou a ser chamado pelo título de **Führer** (líder).



Com os nazistas no poder, a Alemanha deixou de cumprir os termos do Tratado de Versalhes, passou a investir na produção de armamentos, iniciou o recrutamento de soldados para aumentar o exército, e deu início a uma **política expansionista**. Em 1935 ocupou as regiões do Sarre e da Renânia, que haviam ficado sob controle da França após a Primeira Guerra Mundial. Mais tarde anexou a região dos Sudetos (Tchecoslováquia), e em 1938 ocupou e anexou a Áustria. Essa expansão alemã foi tolerada e pelas potências capitalistas, pois a Liga das Nações defendia uma **política de apaziguamento** e os governos dos Estados Unidos, Inglaterra e França viam o governo alemão como um possível aliado no caso de um conflito contra a União Soviética.

As perseguições políticas

Após a tomada do poder pelos nazistas, os princípios do partido se tornaram os princípios pelos quais o Estado alemão se guiava. Imediatamente teve início uma violenta perseguição contra todos os que se opunham ao nazismo. Os primeiros alvos foram os socialistas, que passaram a ser presos e confinados em campos de concentração. Além dos socialistas, outros grupos de centro-esquerda como os social-democratas também foram vítimas de perseguição.

Os professores que não apoiavam as ideias nazistas foram afastados das escolas e universidades, e os funcionários públicos não nazistas foram demitidos. Dezenas de livros foram banidos e por toda a Alemanha eram organizadas grandes fogueiras para a queima de livros, por seus autores serem politicamente de esquerda ou judeus, ou pelo fato de os livros terem algum conteúdo humanista ou que fosse considerado de esquerda.

A questão racial e o holocausto

Para os nazistas, a identidade alemã não era definida pela nacionalidade, mas pela questão racial. O “ser alemão” significava pertencer a uma “raça”, e assim todos os que não se enquadravam neste critério seriam considerados cidadãos de segunda classe ou “não alemães”, não importando se seus antepassados fossem alemães. Negros, ciganos e judeus passaram a ser perseguidos e foram perdendo seus direitos. Foram sendo criadas leis para legitimar a exclusão desses grupos da cidadania alemã.

A campanha de “**purificação racial**” do governo nazista incluía a eliminação de pessoas com deficiência física, que eram mostrados como “um peso” para a sociedade, e a esterilização de meninas que fossem filhas de mulheres alemãs com homens estrangeiros, como no caso das chamadas “bastardas da Renânia”.

Já em 1933 as SA e as SS passaram a colocar cartazes nas portas das lojas que pertenciam a judeus com a frase “Alemães! Defendam-se! Não comprem em lojas de judeus!”, impedindo que pessoas entrassem nessas lojas e assim retirando dos comerciantes judeus seu meio de sustento. Os judeus foram sendo proibidos de exercer suas profissões como médicos, advogados, professores etc. Ao mesmo tempo, o governo alemão investia em uma campanha de difamação contra os judeus através de livros, filmes e panfletos que os mostravam como “parasitas” e causadores de todos os problemas sociais.

Em 1935 foram decretadas as “**Leis de Nuremberg**”, que determinavam que os judeus não eram mais considerados pelo Estado como cidadãos alemães. A questão da religião era irrelevante, o critério para definição de alguém como “judeu” era simplesmente a análise da árvore genealógica, a partir dos avós. Se o indivíduo tinha três ou quatro avós judeus ele era um judeu, e se tinha um ou dois avós judeus era um “alemão impuro”. Pela lei ficavam proibidos o casamento, as relações extraconjugais e a coabitação entre judeus e “cidadãos alemães”, e os judeus ficavam proibidos de ter empregados alemães em suas casas. As penas podiam ser de multa, prisão e trabalhos forçados.



Em 10 de novembro de 1938 ocorreu a “**noite dos cristais quebrados**”, a noite em que todas as lojas pertencentes a judeus foram atacadas e depredadas, as sinagogas foram incendiadas, e judeus foram atacados. A partir desse momento teve início a fase mais violenta da perseguição aos judeus. Estes passaram a ser confinados em seus bairros (os “guetos”), só podendo sair quando autorizados pelas autoridades, e para andar nas ruas precisavam se identificar utilizando uma estrela amarela na roupa. Gradualmente passaram a ser presos e transferidos para campos de concentração onde ficavam sendo explorados como trabalhadores escravos até serem exterminados.

O processo de extermínio dos judeus foi chamado de **Holocausto**, palavra que os judeus usavam para designar um antigo ritual hebreu onde um animal oferecido em sacrifício era queimado. Outra palavra utilizada pelos judeus para o holocausto é **Shoá**. Até o final do regime nazista foram exterminados mais de seis milhões de judeus (dois terços dos judeus que viviam na Europa antes da Segunda Guerra Mundial).

O extermínio não atingiu apenas os judeus, mas também os opositores políticos (principalmente socialistas ou social-democratas), homossexuais, ciganos, eslavos e testemunhas de Jeová.

11. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

No final da década de 1930 a Europa se dividia entre países desenvolvidos com governos capitalistas democráticos, como Inglaterra e França, países capitalistas com regimes fascistas como a Itália, Alemanha, Portugal e Espanha, e uma nação socialista, a União soviética. Havia, portanto, tanto uma dicotomia tanto nos regimes econômicos (capitalismo e socialismo), como em regimes políticos (ditaduras e democracias).

O processo de expansionismo dos regimes nazifascistas, os interesses econômicos das potências capitalistas e as consequências da Grande Depressão criavam tensões que provocariam novos conflitos. Diante das sucessivas crises, a Liga das Nações foi incapaz de oferecer mecanismos para resolver estes conflitos evitando uma nova guerra de grandes proporções.

As causas da guerra

As causas da Segunda Guerra Mundial são, de certa maneira, as mesmas que geraram a Primeira Guerra, com o agravante das crises geradas pelo surgimento dos regimes fascistas. Os principais fatores causadores da guerra foram:

Revoltas com as **consequências do Tratado de Versalhes**, que havia tornado a Alemanha um país economicamente arruinado e militarmente fraco. Sentindo-se humilhados, muitos alemães nutriam um sentimento de vingança contra as potências vencedoras da Primeira Guerra (EUA, Inglaterra e França).

As **consequências da Grande Depressão**, que havia iniciado nos EUA e atingiu todos os países capitalistas, gerando a sensação de insegurança que levou muitos a acreditarem que a democracia liberal era incapaz de garantir o desenvolvimento e a recuperação econômica.

O **nazifascismo**. Os governos fascistas e nazista pregavam uma postura agressiva de expansionismo. O nacionalismo exagerado era usado como forma de unificar o povo em torno da ideia de combater os “inimigos” que atrapalhassem esta expansão, e justificava o domínio sobre nações menores.

O **imperialismo**, ou **neocolonialismo**. O desenvolvimento econômico das potências capitalistas continuava dependente do domínio de colônias na África e na Ásia. Com a segunda revolução industrial, havia ocorrido um novo avanço tecnológico que gerou um aumento na produção, criando a necessidade de controlar mais fontes de matérias primas e mercados consumidores. A Alemanha, derrotada na Primeira Guerra, havia perdido as suas colônias na



África.

O **expansionismo dos países do Eixo**. Tanto a Alemanha quanto a Itália e o Japão adotaram uma política expansionista que os levou a entrar em conflitos com outras nações.

Antecedentes do conflito

A Guerra Civil Espanhola

Em 1936 teve início na Espanha um golpe militar de caráter fascista liderado pelo General Francisco Franco, contra o governo republicano socialista. Seguiu-se uma guerra civil de três anos na qual as tropas franquistas tiveram apoio da Alemanha nazista e da Itália fascista, que contribuíram mandando armamentos e aviões que bombardearam as tropas republicanas. A Guerra Civil Espanhola serviu para a Alemanha como um grande campo de testes para sua indústria armamentista recém desenvolvida, e a ajudou a se preparar para uma grande guerra.

Os países do Eixo

Em 1936 o governo alemão e o império Japão assinaram um acordo conhecido como **Pacto Anticomintern**, e em 1937 o governo italiano aderiu ao pacto. Comintern (ou Internacional Comunista) era o movimento comunista internacional, liderado pelo partido comunista soviético. Este pacto entre **Alemanha, Japão e Itália** selava o compromisso das três nações de tomar medidas para combater os movimentos socialistas, impedir uma possível expansão soviética e reprimir novas revoluções socialistas na Europa ou na Ásia. Com a união destes três países em torno deste pacto, surgia a aliança chamada de **Eixo**. Estes três países tinham em comum, além do anticomunismo, a política expansionista.

Em 1935 a Itália invadiu o reino africano da Abissínia (atual Etiópia).

Em 1937 o Japão começou a invadir territórios chineses e colônias francesas da Ásia como a Indochina (atual Vietnã), e passou a se expandir ocupando as ilhas do Oceano Pacífico.

A Alemanha, por sua vez, deu início a uma política expansionista no próprio continente europeu. Reocupou o Sarre e a Renânia (que estavam sendo ocupados pela França desde o Tratado de Versalhes), invadiu e anexou a região dos Sudetos (na Tchecoslováquia), e ocupou e anexou a Áustria.

Estes avanços expansionistas da Alemanha vinham sendo tolerados pela Liga das Nações, pois esta defendia uma política de apaziguamento, a fim de evitar uma nova grande guerra. Por outro lado, a Alemanha ainda era vista pelos EUA, Inglaterra e França, como um possível aliado caso houvesse um conflito com a URSS.

Em 1939, a Alemanha pretendia invadir o território polonês, mas sabia que isso deveria dar início a uma guerra contra a Inglaterra e a França, que haviam assumido o papel de protetores da Polônia. Para evitar entrar em uma guerra em duas frentes, onde teria que enfrentar inimigos tanto no Leste quanto no Oeste, a Alemanha assinou um **tratado de não agressão** com a URSS, o **Pacto Ribbentrop-Molotov**. Embora não fossem aliados, com este acordo a Alemanha e a União Soviética não deveriam atacar um ao outro. Também ficou acertado que se a Alemanha invadisse a Polônia, deveria permanecer ocupando apenas a parte oeste do país, e a URSS ocuparia a parte leste.

O desenvolvimento da guerra

Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia. França e Inglaterra reagiram declarando guerra contra a Alemanha, dando início ao conflito. Apesar disso, a Alemanha não sofria ataques, o que permitiu ainda que prosseguisse sua política expansionista. Utilizando a tática da blitzkrieg (“ataque relâmpago”) a Alemanha realizou uma série de ataques rápidos e ocupou Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e Noruega. Durante os três primeiros anos da guerra os países do Eixo, principalmente a Alemanha, tiveram vitórias importantes e se mantiveram em expansão.



Em maio de 1940 o exército alemão invadiu a França, que em cerca de um mês se rendeu. O território francês ficou dividido em duas partes. A **França ocupada** compreendia as partes norte e oeste do território francês, e era controlada pelo exército alemão. A **França de Vichy** correspondia à parte sul, era administrada por autoridades francesas que colaboravam com os invasores alemães, e tinha sua sede na cidade de Vichy. A partir de 1942, a zona ocupada foi aumentando até que todo o território francês fosse diretamente controlado pelos alemães.

Em junho de 1941 a **Alemanha ignorou o tratado de não agressão e invadiu o território soviético, obrigando a URSS a entrar na guerra**. Inicialmente o exército soviético não estava preparado para resistir à invasão e adotou a estratégia de recuar ao mesmo tempo que procurava não deixar para trás recursos que pudessem ser usados pelo exército alemão. Após a batalha de **Stalingrado**, uma das maiores da Segunda Guerra, o exército soviético passa a ter vitórias e inicia a expulsão do exército alemão.

Desde antes do início da guerra, o Japão já estava utilizando sua marinha para se expandir pelo Oceano Pacífico, ocupando um arquipélago após outro. Em 7 de dezembro de 1941, aviões japoneses lançaram um ataque contra a base naval norte-americana de **Pearl Harbor**, no Havaí. **Os EUA então declaram guerra contra o Japão e seus aliados do Eixo e ingressam no conflito**.

Após ingressar na guerra, os EUA pressionaram vários outros países acompanhá-los declarando guerra contra o Eixo. Assim consolidou-se a aliança que ficou conhecida como os **“Aliados”**, cujos principais expoentes eram a Inglaterra, os EUA e a URSS. O Brasil passaria a lutar ao lado dos aliados a partir de 1942, após submarinos alemães afundarem navios brasileiros.

A partir de 1943 os aliados tiveram vitórias significativas, derrotaram as tropas alemãs e italianas na África, passaram a controlar o mar Mediterrâneo e invadiram a Itália. O governo fascista italiano foi derrubado e um novo governo decidiu por se render aos aliados e declarar guerra à Alemanha. Em 1944 ocorreu o **“dia D”**, em que tropas inglesas e americanas desembarcaram na Normandia (França) e iniciaram o avanço pelo território francês, expulsando os alemães.

O exército soviético vinha derrotando as tropas alemãs desde 1943, avançando através do Leste europeu e libertando todos os países que haviam sido conquistados pela Alemanha. Em abril de 1945 a capital alemã estava cercada pelos soldados soviéticos. No dia 30 de abril Hitler cometeu suicídio. Em 2 de maio as tropas soviéticas entraram em Berlim e no dia 7 o exército alemão se rendeu ao exército soviético.

A guerra havia terminado na Europa, mas continuava na Ásia e no Oceano Pacífico, pois o Japão continuava lutando. No dia 6 de agosto a força aérea americana lançou uma bomba atômica de urânio sobre a cidade de **Hiroshima**. No dia 9 de agosto, uma bomba nuclear de plutônio foi lançada sobre a cidade de **Nagasaki**. No dia 15 de agosto o governo japonês anunciou a sua rendição.

Nos primeiros 2 a 4 meses após os bombardeios morreram entre 90 mil a mais de 160 mil pessoas em Hiroshima e entre 60 mil e 80 mil pessoas em Nagasaki. Cerca de metade das mortes ocorreu no primeiro dia. Nos anos que se seguiram continuaram morrendo milhares de pessoas em decorrência dos efeitos das queimaduras e da radiação. A maior parte das vítimas era de civis.

Os acordos no fim da guerra

Conferência de Yalta

Em fevereiro de 1945, antes do fim da guerra, reuniram-se em Yalta (na Ucrânia) os líderes das três potências que estavam vencendo: Stálin (URSS), Roosevelt (EUA) e Churchill (Inglaterra).

Neste encontro já foram tomadas algumas decisões, entre elas:

- A Liga das Nações seria extinta e no seu lugar seria criada a Organização das Nações Unidas (ONU).



- Após o fim da guerra, a URSS deverá ficar ocupando os países do Leste da Europa, desde o Leste da Alemanha até a fronteira da URSS.
- A Coreia ficará dividida em duas partes, o norte sob controle soviético e o Sul sob controle dos EUA.

Conferência de Potsdam

Em agosto, já após a rendição alemã, voltaram a se reunir, desta vez na cidade de Potsdam (Alemanha), os governantes das três potências vencedoras: Stálin (URSS), Truman (EUA) e Clement-Attlee (Inglaterra). Neste encontro foram feitos outros acordos, como:

- A criação do Tribunal de Nuremberg, para julgar os crimes cometidos pelos nazistas.
- A desmilitarização da Alemanha.
- A divisão da Alemanha em quatro partes, que ficariam sendo controladas pela URSS, Inglaterra, França e EUA.

A criação da ONU

A **Organização das Nações Unidas (ONU)**, sediada em Nova York, foi criada em 1945, quando representantes de 51 países assinaram a Carta das Nações Unidas. Os pontos básicos estabelecidos na Carta dão conta da manutenção da paz e da segurança internacionais, o desenvolvimento das relações amistosas entre nações e o estímulo à cooperação entre os países na busca de soluções para problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos.

12. O PÓS-GUERRA E A GUERRA FRIA

Após o final da Segunda Guerra mundial, os países europeus ocidentais, como Inglaterra, França, Alemanha e Itália, perderam a sua posição de destaque, enquanto Estados Unidos e União Soviética assumiam a posição de principais potências. A situação ficou marcada pela **bipolarização** (divisão em dois pólos) do mundo, com a formação de um bloco de países socialistas sob liderança da URSS, e um bloco de países capitalistas liderados pelos EUA.

A expressão **Guerra Fria** é utilizada para designar a situação de tensão entre Estados Unidos e União Soviética, resultante da disputa entre ambas as potências pela posição hegemônica (dominante) no contexto internacional. **Essa disputa por áreas de influência se estendeu para várias regiões do mundo, atingindo não apenas as nações europeias, mas também nações ainda não desenvolvidas da Ásia, África e América Latina.** Essa rivalidade se mostrou nos aspectos políticos, ideológicos, militares e econômicos.

O grande desenvolvimento das duas grades potências, e a rivalidade entre ambas, fez com que algumas nações capitalistas desenvolvidas da Europa desenvolvessem projetos social-democratas reformistas, combinando a economia capitalista com medidas de proteção social e uma distribuição de renda mais justa reivindicados pelos movimentos socialistas, dando origem ao **Estado de bem-estar social**.

Tópicos importantes da Guerra Fria

Corrida armamentista

O clima de rivalidade, somado aos interesses das indústrias bélicas, levou as grandes potências à chamada **corrida armamentista**. Essa corrida pela produção bélica foi responsável pelo assombroso desenvolvimento das armas nucleares que, se fossem acionadas, poderiam destruir o planeta em minutos. A primeira bomba atômica foi produzida em 1945 nos Estados Unidos. Alguns anos depois, em 1949, os soviéticos já tinham desenvolvido seu primeiro artefato militar atômico. A partir daí, as grandes potências traçaram uma estratégia nuclear baseada na lógica do equilíbrio pela intimidação.



Corrida espacial

A Guerra Fria também se manifestou na rivalidade técnico-científica, cuja maior expressão foi a **corrida espacial**. Um dos marcos iniciais da corrida espacial foi o lançamento, em 1957, pela União Soviética, do primeiro satélite artificial, o Sputnik. Em 1961, os soviéticos promoveram o lançamento da nave espacial Vostok 1, tripulada por Yuri Gagarin, o primeiro homem a fazer o vôo orbital em torno da Terra. Em 1969 os Estados Unidos enviaram à Lua a nave espacial Apollo 11, consagrando o astronauta Neil Armstrong como primeiro homem a pisar no solo lunar.

Plano Marshall e COMECON

Assim como ocorrera ao final da Primeira Guerra Mundial, após a Segunda Guerra a economia da Europa estava arrasada, enquanto a dos Estados Unidos estava em crescimento. Desta vez, porém, com a Europa dividida entre países capitalistas e países socialistas, os EUA decidiram apoiar o crescimento dos seus aliados, como forma de conter o avanço dos movimentos socialistas.

Em 1947 os EUA lançaram o **Plano Marshall**, que visava dar grandes empréstimos aos seus aliados capitalistas da Europa que haviam ficado com as economias abaladas, como França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Países baixos e Alemanha ocidental. Em troca dessa ajuda financeira, estes países asseguravam a livre entrada de capitais norte-americanos na sua economia, assim como de produtos americanos no seu mercado. A oferta também se estendia aos países que haviam sido libertados da ocupação nazista pelos soviéticos e agora tinham governos socialistas, mas, em virtude das exigências feitas pelos EUA, estes governos recusaram a ajuda. Além disso, os países que recebessem esta ajuda norte-americana se posicionariam ao lado dos EUA contra a URSS nas questões internacionais.

A ajuda dos EUA era apenas para os seus aliados, o que fazia com que as diferenças econômicas entre estes e os países do Leste europeu se acentuassem. Em 1949, então, a União Soviética lançou o **COMECON**, um plano de ajuda econômica para os países socialistas do Leste europeu.

OTAN e Pacto de Varsóvia

Os Estados Unidos impunham cada vez mais a sua liderança sobre os países capitalistas europeus, tornando-os economicamente dependentes e pressionando-os para que assumissem uma postura anti-soviética. Em 1949, sob liderança norte-americana foi criada a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**, uma **aliança militar** entre os EUA os países europeus capitalistas. Se um dos países da OTAN fosse atacado por um país do bloco socialista, todos os países membros da organização deveriam reagir. Este tratado permitiu aos EUA instalar mísseis na Europa, em regiões estratégicas próximas aos países socialistas, como na Alemanha.

Em 1955, como resposta ao avanço da interferência norte-americana na Europa, a URSS organizou o **Pacto de Varsóvia**, uma aliança para ajuda militar mútua com as nações socialistas do Leste europeu.

A divisão da Alemanha

Na **Conferência de Yalta** ficou decidido que, após a guerra, a parte oriental (Leste) da Alemanha ficaria sendo ocupada por tropas soviéticas, enquanto a parte ocidental (Oeste) ficaria sendo ocupada por tropas francesas, inglesas e norte-americanas. Já com a guerra terminada, foi realizado outro encontro, a **Conferência de Potsdam**, onde foi decidida a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação. Assim, a região Leste ficou sendo administrada pela URSS, enquanto a região Oeste ficou dividida em três zonas, cada uma administrada por um país diferente, Inglaterra, França e EUA. A mesma divisão se aplicava à capital alemã, Berlim, que se situava no lado ocupado pela URSS.



Em 1949 os exércitos estrangeiros deixaram a Alemanha, e a partir daí ela foi dividida em dois países diferentes: a parte **Leste** passou a se chamar **República Democrática Alemã (ou “Alemanha oriental”)**, um país socialista, enquanto a parte **Oeste** tornou-se a **República Federal da Alemanha(ou “Alemanha ocidental”)**, um país capitalista.

A cidade de **Berlim** situava-se dentro da Alemanha oriental, e ficou também dividida em duas partes. O lado oriental da cidade pertencia à Alemanha socialista, enquanto o lado ocidental pertencia à Alemanha capitalista. Em 1961, para conter a migração crescente que ocorria do lado oriental para o lado ocidental, em função do maior desenvolvimento econômico do lado capitalista (que recebia grandes investimentos de capital norte-americano), o governo da Alemanha oriental ergueu o **Muro de Berlim**, que dividia a cidade fisicamente, impedindo a passagem de um lado para outro. Esta divisão permaneceu até a derrubada do muro, em 1989.

Em 1990, em meio à crise da URSS e dos países socialistas ligados a ela, uma série de reformas levou à reunificação da Alemanha, que voltou a ser uma só nação.

Revolução Chinesa (1949)

Desde a Proclamação da República, em 1911, a China era governada pelo **Kuomintang** (Partido Nacionalista). Em 1925 teve início a guerra civil entre os nacionalistas e o Partido Comunista Chinês (PCC), que organizou o **Exército Popular de Libertação**, liderado por **Mao Tsé-tung**. Em 1934, sob ofensiva do governo nacionalista, os comunistas foram obrigados a se deslocar com 100 mil homens por 10 mil quilômetros no episódio que ficou conhecido como a **Longa Marcha** (1934-1935), ao fim da qual restavam apenas 9 mil sobreviventes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a China invadida pelo Japão, os nacionalistas e os comunistas mantiveram uma trégua, com ambos os lados concentrados em derrotar o invasor. Após a derrota do Japão, porém, o governo nacionalista tomou a decisão de eliminar os comunistas, contando com ajuda econômica e militar dos EUA para isso.

Apesar disso, os comunistas seguiram avançando e impondo vitórias sobre os nacionalistas, até entrarem vitoriosos em Pequim, em janeiro de 1949. Em outubro foi proclamada a **República Popular da China** e o país passou a ser socialista. Os nacionalistas se refugiaram na ilha de Formosa (atual Taiwan) onde fundaram a **China Nacionalista**. Os EUA apoiaram a China Nacionalista e se recusaram a reconhecer a República Popular da China até 1972, quando o governo norte-americano reatou as relações com o governo socialista chinês.

Guerra da Coreia (1950-1953)

Durante a Segunda guerra Mundial, a Coreia havia sido ocupada pelo Japão. Os Estados Unidos e a União Soviética haviam entrado em um acordo segundo o qual, ao norte do paralelo 38° Norte, atuaria o exército soviético, e ao sul desta linha atuaria o exército americano. Após a derrota do Japão e o fim da guerra, esta divisão deu origem a dois países diferentes. Ao norte, um país socialista, a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob influência soviética. Ao sul, a República da Coreia, sob influência dos EUA. Com a Guerra fria e o aumento das tensões entre EUA e URSS, as duas Coreias também tiveram atritos.

Após a vitória dos comunistas liderados por Mao Tsé-tung na China, os coreanos do norte ficaram motivados a reunificar a Coreia invadindo a Coreia do Sul. Teve início a guerra onde os EUA apoiaram a Coreia do Sul, enviando tropas, armas e ajuda financeira, enquanto a China e a URSS faziam o mesmo pela Coreia do Norte. Em 1953 as potências envolvidas tomaram iniciativas para chegar a um acordo de paz, e a divisão entre as duas Coreias permaneceu.



Revolução Cubana (1959)

Cuba estava sob tutela dos Estados Unidos desde a sua independência. A emenda Platt da Constituição permitia aos EUA intervirem militarmente no território cubano sempre que seus interesses estivessem em jogo, e o governo de Cuba era sempre ocupado por ditadores subservientes aos norte-americanos. O ditador Fulgêncio Batista governou Cuba entre 1940 e 1944, e entre 1952 e 1958. A base da economia era a produção de açúcar, e maior parte das fazendas, usinas e refinarias de açúcar pertencia a norte-americanos, assim como grandes hotéis e cassinos que atendiam aos ricos empresários estrangeiros. Havia também uma pequena elite de cubanos latifundiários ricos.

Nos anos 50, porém, os movimentos de oposição se fortaleceram, e a partir de 1956 teve início o movimento revolucionário liderado por **Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto “Che” Guevara**, que, utilizando táticas de guerrilha, se expandiu a partir das montanhas da Sierra Maestra. Embora lutasse contra o exército cubano, que tinha apoio dos Estados Unidos, o movimento guerrilheiro seguiu ganhando força e conquistando o controle sobre várias regiões à medida que recebia apoio e adesões entre a população rural. O tipo de luta dos revolucionários cubanos inspirou uma teoria revolucionária, elaborada por Régis Debray, chamada de **foquismo**, que consistia basicamente em criar diversos focos revolucionários de guerrilha rural, com o objetivo de enfraquecer o imperialismo norte-americano. Esta estratégia foi adotada pelos grupos revolucionários na década de 1960.

No dia 31 de dezembro de 1958 os revolucionários entraram vitoriosos na capital Havana, enquanto Fulgêncio Batista fugia para a República Dominicana. Nos dias seguintes Fidel Castro assumiu a presidência. Com a vitória da revolução, foi realizada uma reforma agrária, e as refinarias de açúcar, usinas e indústrias foram nacionalizadas. Isto levou os EUA a suspenderem a importação de açúcar cubano, o que arruinaria Cuba economicamente. O governo cubano precisava de outros parceiros comerciais para manter suas exportações e aproximou-se da União Soviética, que comprava produtos agrícolas ao mesmo tempo que lhe fornecia combustíveis, equipamentos industriais, e demais produtos industrializados.

A aproximação entre Cuba e a URSS motivou o governo dos EUA a tentar derrubar Fidel Castro do poder. Em janeiro de 1961, durante o governo de John Kennedy, a CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) organizou uma tentativa fracassada de invasão à Cuba, no episódio conhecido como **“invasão da baía dos Porcos”**. Após isso, Fidel anunciou formalmente ao mundo que Cuba passava a ser um país socialista, o primeiro da América Latina. Em 1962 o governo norte-americano decretou um **bloqueio econômico**, proibindo todos os países sob sua influência de fazerem comércio com Cuba.

Com seu ingresso no bloco socialista, Cuba se tornava um aliado estratégico para a política internacional soviética. Em outubro 1962, após os EUA instalarem mísseis nucleares em bases militares na Itália e na Turquia, a URSS decide aceitar o pedido do governo cubano e instalar mísseis em Cuba, para que esta pudesse reagir em caso de novas tentativas de invasão. O fato deu início a uma grande crise internacional, na qual houve a expectativa de que ambas as potências pudessem dar início a uma guerra. O episódio ficou conhecido como a **crise dos mísseis** e, após 13 dias, o governo soviético desistiu da instalação dos mísseis em território cubano, e o governo dos EUA se comprometeu a desmontar seus mísseis na Itália e na Turquia, e a não invadir Cuba novamente.

Ainda em 1962, Cuba foi **expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA)**, deixando o país mais isolado dentro do continente, embora ainda mantivesse relações diplomáticas com o México. Cuba passou a dar apoio a movimentos revolucionários que surgiam em outros países da América Latina ou da África.



Guerra do Vietnã (1955-1975)

A região da Indochina (que inclui os territórios do Vietnã, Laos e Camboja) era, antes da Segunda Guerra Mundial, uma colônia pertencente à França que foi ocupada pelo Japão. Durante a guerra houve um movimento popular de resistência contra a invasão japonesa que, com o fim da guerra e derrota do Japão, se converteu num movimento pela independência. Surgiu então o Viet Minh, movimento de libertação fundado pelo líder comunista Ho Chi Minh, e que iniciou uma luta de guerrilhas contra a dominação francesa até 1954, quando as tropas francesas foram derrotadas e se retiraram.

Foi feito um acordo na Conferência de Genebra onde a Indochina teve sua independência reconhecida, ficando dividida em três países: Laos, Camboja e Vietnã. Porém, o Vietnã ficaria dividido em duas partes: o Vietnã de Norte, socialista e governado por Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, capitalista e governado por Bao Dai, até que fosse realizado um plebiscito sobre a reunificação.

O plebiscito para reunificar o Vietnã, porém nunca aconteceu, pois em 1955 um golpe militar apoiado pelos EUA derrubou o governo do Vietnã do Sul, dando início a um governo ditatorial e fortemente repressivo que cancelou o plebiscito e as eleições presidenciais, em 1960. Entre os movimentos de oposição surgiu então um movimento de luta armada chamado **Vietcongue**, que cresceu com apoio da população e do governo norte-vietnamita. Os EUA deram apoio ao governo sul-vietnamita enviando dinheiro, milhares de soldados, armamentos, navios, aviões, toda a tecnologia bélica existente, com exceção de armas nucleares.

As tropas norte-americanas utilizaram táticas consideradas imorais e ilegais em situação de guerra, como a matança indiscriminada de civis e o assassinato de líderes políticos, além de bombardear o Laos e o Camboja, que não estavam formalmente envolvidos na guerra. Isso tudo ajudou a desgastar a imagem do governo norte-americano, fazendo com que a opinião pública deixasse de apoiar a guerra. Após vários anos lutando, incapazes de vencer os vietcongues, as tropas norte-americanas encerraram oficialmente a sua participação na guerra em 1973. Em 1975 o Vietcongue tomou a cidade de Saigon, e o Vietnã foi reunificado.

O Estado de Israel e a questão palestina

O território da **Palestina** era reivindicado tanto por judeus quanto por árabes palestinos. A região estava sob domínio da Inglaterra até a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, a ONU propôs a divisão da Palestina para a formação de dois Estados, um judeu e outro árabe. Os palestinos se recusaram a aceitar a divisão do território, e os conflitos com os judeus se acirraram.

Em 1948 as tropas inglesas se retiraram da região e foi criado o Estado de Israel. Os palestinos se consideraram prejudicados na divisão das terras feita pela ONU, e os países árabes vizinhos (Egito, Iraque, Síria, Jordânia e Líbano) decidiram apoiá-los. Os Estados Unidos se posicionaram a favor de Israel, passando a lhe dar apoio diplomático, financeiro e militar, o que levou os palestinos a buscar apoio soviético.

A **Primeira Guerra Árabe-israelense** (1948-1949) terminou com a vitória israelense, que ampliou ainda mais seu território. A **Segunda Guerra Árabe-israelense** (1956) teve início quando o Egito tomou a decisão de nacionalizar o Canal de Suez, que atravessa o território egípcio ligando o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico e ao Pacífico. Isso levou França e Inglaterra a invadirem o país, com apoio de Israel. As tropas israelenses ocuparam toda a península do Sinai. O conflito foi encerrado com a intervenção da ONU, e a situação retornou ao que era antes.

Na década de 1960 foi formada a **Organização para a Libertação da Palestina (OLP)**, um movimento guerrilheiro que lutava pela formação de um Estado palestino.



A **Guerra dos Seis Dias** (1967) ou Terceira Guerra Árabe-israelense, ocorreu quando o Egito tentou bloquear os portos israelenses. As tropas israelenses ocuparam a península do Sinai, a Faixa de Gaza e as colinas de Golan (pertencentes à Síria). Desta vez Israel não desocuparia os territórios invadidos durante o conflito, o que nos anos seguintes provocaria mais conflitos e levaria a um novo conflito, a **Guerra do YomKippur** (1973), ou Quarta Guerra Árabe-israelense. Mais uma vez o conflito foi encerrado com a intervenção da ONU e Israel manteve o domínio sobre os territórios invadidos em 1967. Em 1979 os **Acordos de Camp David**, assinados após intermediação dos EUA, marcariam o fim das hostilidades entre Israel e Egito.

Entretanto, a questão da criação de um Estado para o povo palestino não ficou solucionada. A OLP reivindica um território nacional palestino que inclua a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Nas décadas seguintes os conflitos continuaram, com a invasão israelense do sul do Líbano, e as **intifadas**, revoltas de rua do povo palestino contra as tropas israelenses, que ocorrem nas ruas dos territórios palestinos ocupados por Israel (a palavra *intifada* significa “revolta das pedras”).

Em 1993 o governo israelense assinou um acordo com Yasser Arafat, líder da OLP. A organização palestina reconheceu o Estado de Israel e renunciou ao uso da violência, e Israel reconheceria a autonomia dos palestinos em algumas partes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. No ano seguinte foi criada a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que teria o status de um governo palestino. As hostilidades, porém, iriam retornar, principalmente após a morte de Arafat. Nas últimas décadas, a quase totalidade dos países reconhece a existência de um Estado palestino que inclui partes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, mas os EUA e Israel se recusam a reconhecer a independência destes territórios.

Primavera de Praga (1968)

A Tchecoslováquia era, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um país socialista, cujo governo era fortemente influenciado pela União Soviética, tendo pouca autonomia. Em 1968, o presidente era Alexander Dubcek, que deu início a uma série de reformas, com o objetivo de estabelecer um socialismo mais “humanizado”. Deu início à descentralização e à liberalização do sistema e, principalmente, buscou governar com mais independência com relação ao governo soviético. Ao mesmo tempo afastou do governo algumas lideranças mais autoritárias. Este movimento ficou conhecido como Primavera de Praga, e teve amplo apoio da sociedade em geral, como trabalhadores, intelectuais e estudantes.

O contexto do momento, porém, marcado pelo endurecimento das relações entre EUA e URSS, levou o governo soviético a intervir na Tchecoslováquia, que sofreu uma invasão das tropas do Pacto de Varsóvia. Alexander Dubcek e os líderes de seu governo foram presos e enviados a Moscou, e mais tarde foram expulsos do Partido Comunista da Tchecoslováquia.

O fim da URSS

Já na década de 1970, com o objetivo de reduzir as tensões internacionais e afastar o risco de uma guerra nuclear, foram realizados acordos bilaterais visando a *détente* (“distensão”) entre EUA e a URSS. Foram realizados, entre 1972 e 1979, os acordos conhecidos como **SALT** (*Strategic Arms Limitation Talks*, ou Conversações sobre limitações de armas estratégicas), em que o arsenal de armas nucleares das duas potências passou a ser controlado. Porém, na década de 1980, o presidente norte-americano Ronald Reagan, que governou o país de 1981 a 1989 adotou uma política mais agressiva, de intimidação sobre todos os países socialistas, e retomou a corrida armamentista, investindo grande parte do orçamento nas forças armadas e no projeto conhecido como **Guerra nas Estrelas**, que constituía em um sistema de defesa baseado em satélites com o objetivo de proteger os EUA de possíveis ataques originados de qualquer país, e que tornava possível aos EUA atingir alvos em qualquer parte do mundo. O projeto não chegou a ser implantado em função de fortes pressões internacionais, e pelo fim da URSS, mas chegou a consumir muitos recursos em pesquisa espacial e desenvolvimento de armamentos.



As negociações foram reabertas a partir de 1987, com acordos para eliminar os mísseis nucleares de médio alcance que as duas potências mantinham na Europa e na Ásia, e em 1990 foi assinado o **Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START)**.

No bloco socialista, a década de 1980 foi caracterizada por uma série de transformações, iniciadas com a política de desarmamento pela União Soviética, que atravessava grave crise econômica. Em 1985, **Gorbachev** foi nomeado Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, e Presidente da URSS. Em seu governo iniciou um processo de reformas voltadas para a reestruturação econômica (*perestroika*) e para a liberalização política (*glasnost*).

- **Perestroika:** palavra russa que designa um conjunto de reformas de reestruturação política e econômica que surgiram na União Soviética a partir da nomeação de Gorbachev.
- **Glasnost:** palavra russa que designa transparência. Consistia em uma abertura democrática, ligada à Perestroika, por meio da qual setores da população soviética passaram a ter maior liberdade de expressão em relação aos problemas de ordem econômica, cultural e política do país.

No campo foi restabelecida a propriedade privada da terra, e no meio urbano foi ampliada a regularização de profissões relacionadas ao comércio e ao artesanato. Ao mesmo tempo ocorria a abertura do mercado interno russo, com a facilitação de licenças para a entrada de empresas estrangeiras.

O novo governo soviético tentou administrar a construção de uma política mais livre e de uma economia mais moderna. Sinteticamente, o fim da União Soviética pode ser explicado pela crise da economia soviética, combinada com o fracasso da abertura política controlada por Gorbachev. A crise da economia provocava o desabastecimento interno, havendo filas para conseguir produtos básicos, o que gerava insatisfação crescente na população.

Em 1991 foi dissolvido o **Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON)**, do qual faziam parte a URSS, Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Hungria. Este conselho era essencial para o planejamento econômico do bloco socialista.

Em agosto de 1991, Gorbachev foi deposto em um golpe promovido por membros conservadores da burocracia estatal, juntamente com parte do exército, contrários às reformas que o governo tentava implementar. No entanto esse golpe fracassou, em grande parte devido à resistência dos reformistas e liberais liderados por **Boris Yeltsin**, presidente da Rússia (principal república soviética). Três dias depois do golpe, Gorbachev voltou ao governo, mas já não tinha a mesma autoridade. Yeltsin ganhou destaque e se tornou o líder de maior destaque, se sobrepondo ao próprio Gorbachev, que se viu enfraquecido e renunciou ao cargo de Secretário-geral do PCUS, ficando apenas com o cargo de presidente da URSS, que já não tinha mais força.

Em setembro, três das repúblicas soviéticas declararam independência, Estônia, Lituânia e Letônia, e seguiram-se confrontos com o exército soviético nessas regiões. Gorbachev, com sua autoridade enfraquecida, foi obrigado a reconhecer a independência dos três países, que rapidamente foram admitidos na ONU. Em 8 de dezembro, Rússia, Belarus e Ucrânia assinaram o Acordo de Minsk, que extinguiu a URSS e criava a **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)**. Pouco depois outras repúblicas da extinta União Soviética aderiram à CEI.

13. O MUNDO APÓS A GUERRA FRIA

Com o fim da União Soviética e a queda dos governos socialistas do Leste europeu, o Modo de Produção Capitalista tornou-se hegemônico no mundo. Restava apenas a China como país socialista de grandes dimensões, além de países menores e pouco influentes nas disputas mundiais como Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, entre outros. Entretanto, embora alguns analistas esperassem que isso levaria a uma hegemonia absoluta dos Estados Unidos nas relações internacionais, o que se viu foi o desenvolvimento de outros conflitos mais complexos e da formação de outras formas de disputas. No lugar da antiga bipolaridade, surgiu um mundo marcado pela multipolaridade.



O Neoliberalismo

Nos Estados Unidos, com o governo de Ronald Reagan (1981-1989), do Partido Republicano, o neoliberalismo se fortaleceu como ideologia predominante no pensamento econômico norte-americano. Internamente o governo adotou uma política de redução de gastos públicos, em especial nas áreas relacionadas ao bem-estar social, e de desregulamentação da economia. O resultado foi um grande aumento no desemprego e na concentração de riqueza nas mãos dos mais ricos. Externamente, os EUA adotaram também uma política de imposição das ideias neoliberais aos demais países, principalmente aos países menos desenvolvidos que eram economicamente dependentes dos EUA. O sucessor de Reagan, também do Partido Republicano, foi George Walker Bush (1989-1993), que manteve a mesma política externa.

A lógica que se impôs internacionalmente, nos países capitalistas, é da busca da redução de investimentos públicos, desregulamentação da economia, e busca de um “Estado mínimo”, permitindo que a maior parte possível dos setores da economia fique livre para serem controladas pelo capital privado, de forma a permitir uma maior acumulação de renda. Isso significa o fim do Estado intervencionista e das políticas de proteção social, e o fortalecimento do setor privado, que atua guiado unicamente pela lógica do lucro, sem considerar benefícios ou prejuízos sociais. Um dos maiores centros de difusão destes preceitos foi o departamento de economia da Universidade de Chicago, onde lecionava o economista Milton Friedman, um dos maiores defensores do neoliberalismo. Outro economista defensor destes princípios foi o austríaco Friedrich Hayek.

Na Europa, a Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher e o alemão Helmut Kohl foram os responsáveis por implementar esta nova política. Na América Latina, o país que serviu como laboratório para a implementação das políticas neoliberais, ainda na década de 1970, foi o Chile, durante a ditadura do general Pinochet. Não por acaso, a política econômica do governo chileno era feita por economistas da Escola de Chicago, os “Chicago boys”, seguidores de Milton Friedman, entre eles um brasileiro, Paulo Guedes.

Com a hegemonia da lógica neoliberal, os fatores decisivos para a garantia da lucratividade passaram a ser a ampliação dos mercados, a qualidade e o preço dos produtos, num contexto de ampla competitividade. A tendência passou a ser a derrubada das barreiras protecionistas e reservas de mercado que haviam sido criadas para favorecer determinados setores da economia. Isso impulsionou a globalização e a expansão do capitalismo, facilitada pela dinamização das comunicações. A partir da década de 1990 formaram-se novos blocos econômicos regionais de livre-comércio.

Todos os países que seguiram estes novos preceitos adotaram políticas de **privatização das empresas públicas e redução de investimentos em políticas públicas e redução de gastos públicos em áreas como saúde, educação e previdência social, abrindo novos espaços para que as empresas privadas obtenham lucros e subordinando o Estado aos interesses do mercado internacional, além de enfraquecimento das legislações trabalhistas que resultam na retirada de direitos e garantias dos trabalhadores**. A partir de 1989 esta nova lógica econômica ganhou o nome de **consenso de Washington**.

Para os países de economia dependente (chamados “em desenvolvimento” ou “emergentes”), o neoliberalismo resultou em uma significativa piora das condições sociais, aumento do desemprego (ou aumento de empregos informais, mal pagos e sem benefícios sociais), aumento das desigualdades (extremos de pobreza para uma parcela maior da população e ao mesmo tempo concentração maior de riqueza nas mãos da parcela mais rica da população), além da desigualdade maior entre nações mais ricas e mais pobres. Esta desigualdade resulta também numa concentração maior do acesso à tecnologia nos países mais ricos (por exemplo, em 2000, a cidade de Tóquio, no Japão, tinha mais telefones do que todo o continente africano). Essa desigualdade determina também uma má distribuição dos empregos, concentrando melhores salários em países mais ricos e salários mais baixos em países mais pobres.



Os Estados Unidos

Na eleição de 1992 para presidente dos EUA o vitorioso foi Bill Clinton, do Partido Democrata. Durante seu governo a economia apresentou crescimento, o que garantiu sua reeleição em 1996. O Partido Republicano retornou ao poder com o candidato George Walker Bush, filho do ex-presidente Bush, vitorioso em 2000 numa eleição controversa e com indícios de irregularidades, o que exigiu recontagem de votos. Bush venceu a eleição, embora não tivesse a maioria dos votos, o que é possível dentro do sistema eleitoral dos Estados Unidos.

No primeiro ano de governo de Bush filho, no dia **11 de setembro de 2001**, ocorreu o maior ataque já realizado em território norte-americano, contra as torres gêmeas do **World Trade Center** (um grande edifício comercial onde se concentravam escritórios de grandes empresas), e o prédio do **Pentágono** (sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos). Os alvos simbolizavam o poder econômico e militar dos EUA. O ataque, realizado pelo grupo Al-Qaeda, afetou profundamente as relações internacionais do país, e desencadeou uma série de operações militares e intervenções no Oriente Médio chamadas, em seu conjunto, de “**guerra ao terror**”. Na primeira operação de guerra declarada neste século, as forças norte-americanas invadiram o Afeganistão, país controlado pelas milícias talibãs, e onde situavam-se as bases da Al-Qaeda. Em 2003 os EUA invadiram também o Iraque. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano lançava seguidas ameaças ao Irã, Coreia do Norte e Cuba. Mantendo uma postura agressiva nas relações externas e com constantes intervenções em países distantes, George Bush se reelegeu em 2004.

Nas eleições de 2008 foi eleito o candidato do Partido Democrata Barack Obama, o primeiro presidente negro a ser eleito nos Estados Unidos. Obama assumiu o cargo tendo que lidar com as consequências da grave crise econômica iniciada no ano anterior, além das consequências da política bélica do governo anterior. Adotou uma política de maior intervenção estatal na economia, além da liberação de trilhões de dólares de dinheiro público para salvar bancos e empresas privadas da falência e reduzir os altos índices de desemprego. Em 2012 Obama foi reeleito. Apesar de ter cumprido sua promessa de retirar os soldados americanos do Afeganistão em 2014, a política dos EUA de intervenção nos países do oriente Médio nunca foi abandonada.

A crise de 2008

Em 2008 teve início uma grande crise econômica, considerada a maior crise do capitalismo desde a que ocorreu em 1929. A origem desta crise estavam os mercados financeiro e imobiliário dos Estados Unidos, e teve entre suas causas a falta de regulamentação das atividades financeiras e seus ganhos. A crise de 2008 gerou prejuízos no mundo todo calculados em cerca de 50 trilhões de dólares.

No início dos anos 2000, as taxas de juros eram mantidas baixas, o que facilitava a obtenção de créditos para o financiamento da compra de imóveis. Assim, cada vez mais pessoas compravam imóveis com financiamentos a juros baixos, colocando os próprios imóveis como garantia de pagamento da dívida. A partir da metade da década, porém, os juros passaram a subir, fazendo com que um número cada vez maior de compradores deixasse de pagar as prestações, enquanto os bancos credores tomavam os imóveis por falta de pagamento. Ao mesmo tempo, os bancos passaram a restringir os empréstimos, fazendo cair o número de vendas e derrubando os preços dos imóveis. Muitos bancos foram à falência e rapidamente a crise se propagou para além dos Estados Unidos, causando a queda dos negócios nas bolsas de valores.

Da mesma forma que em 1929, a crise de 2008 levantou questionamentos sobre a crença neoliberal na eficiência no mercado autorregulado (sem regras determinadas pelo Estado). Para salvar os grandes bancos da falência, vários governos utilizaram formas de intervenção estatal. Alguns bancos que estavam falindo foram estatizados, em outros casos os governos injetaram dinheiro público em bancos privados. Somente nos Estados Unidos o governo investiu mais de 1 trilhão de dólares para salvar da falência os bancos privados que haviam provocado a crise com sua má administração.



Enquanto isso, para a maior parte da população, a crise gerava um aumento no desemprego e uma piora nas condições de vida. Isso gerou uma onda de protestos, como os ocorridos em Wall Street (centro financeiro de Nova York), e em grandes cidades da Europa. Os protestos exigiam que os grandes bancos e instituições financeiras responsáveis pela crise fossem responsabilizados, em vez de se deixar que a população mais pobre sofresse as consequências.

Países como Grécia, Portugal, Espanha e Itália sofreram grandes dificuldades financeiras e foram obrigados a recorrer a empréstimos da União Europeia. Como condição para receber estes empréstimos, seus governos tiveram que aplicar cortes de salários e de aposentadorias, privatizar empresas estatais, reduzir gastos do governo em programas sociais e demitir funcionários públicos, aumentando em muito a pobreza e o desemprego.

As intervenções no Oriente Médio

O Afeganistão

Em 1978 o Partido Democrático Popular do Afeganistão tomou o poder, instaurando um governo laico e pró-socialista, e aproximando-se da União Soviética. Grupos islâmicos fundamentalistas passaram a lutar para derrubar o governo, contando com o apoio dos governos do Irã, Paquistão e Arábia Saudita. Quando estes grupos realizaram ataques terroristas que culminaram na morte do presidente Mohamed Taraki, em 1979, a União Soviética enviou tropas para contê-los.

O governo dos Estados Unidos, desejando intervir na região para reduzir a influência soviética no Oriente Médio, passou a apoiar grupos conhecidos como **Mujahidin**, grupos guerrilheiros islâmicos fundamentalistas que queriam instaurar um regime baseado numa interpretação rigorosa das leis religiosas do Alcorão. Os EUA forneciam dinheiro, armas e treinamento para os *mujahidin*, que, além de lutar contra o governo afegão, combatiam as tropas soviéticas. Em 1988 o governo soviético anunciou o início da retirada de suas tropas do Afeganistão.

Com o fim da URSS, que dava apoio ao governo laico afegão, os grupos guerrilheiros fundamentalistas ganharam força e em 1992 tomaram a capital Cabul, obrigando o governo a renunciar. O grupo que se destacou e tomou o poder foi o grupomujahidin conhecido como **Talibã**, um grupo islâmico fundamentalista radical e violento, que implementou um regime de terror onde a não sujeição às leis (baseadas numa interpretação rigorosa do Alcorão) eram punidas com a morte. Embora o Talibã controlasse mais de 90% do território afegão, não foi reconhecido como um governo legítimo pela ONU, obtendo reconhecimento apenas da Arábia Saudita, Emirados Árabes e Paquistão. Embora o Talibã tenham recebido apoio dos EUA enquanto lutavam para derrubar o governo do Partido Democrático Popular do Afeganistão, ao tomarem o poder adotaram uma política antiocidental e passaram a apoiar atos terroristas contra países aliados dos EUA.

Foi no Afeganistão que veio a se instalar **Osama Bin Laden**, originário de uma família de bilionários sauditas que mantinham relações comerciais com os Estados Unidos. Bin Laden fundaria em 1990 um grupo chamado **Al-Qaeda** (que em árabe significa “a base”). Durante a década de 1980 o grupo de Bin Laden recebeu dinheiro e apoio dos EUA para combater as tropas soviéticas, mas após a retirada soviética e a tomada do poder pelos talibãs, a Al-Qaeda passou a organizar atentados terroristas contra aliados dos EUA, e lutar contra a influência ocidental no Oriente Médio. Em 1998 os EUA dispararam mísseis contra alvos no Afeganistão que serviam como base para Bin Laden.

Em 2001, a Al-Qaeda foi responsável pelo maior ataque terrorista já realizado contra os EUA, o atentado de 11 de setembro contra o World Trade Center e o Pentágono. O Talibã deu proteção à Al-Qaeda e à Osama Bin Laden, tornando-se alvo da “guerra ao terror” promovida pelo governo norte-americano. O Afeganistão sofreu intensos ataques e uma invasão por tropas dos EUA e da OTAN, e o regime Talibã foi derrubado. As ações militares ocidentais no Afeganistão, porém, prosseguiram, pois após perder o controle sobre o país, o Talibã se manteve como uma força insurgente controlando algumas regiões, lutando contra as tropas estrangeiras e as forças do novo governo afegão, e executando centenas de assassinatos e atentados.



A Guerra do Golfo

Em 1990, o exército do Iraque, governado por Saddam Hussein, invadiu o Kuwait. Em resposta, os EUA lideraram uma coalizão de aproximadamente 30 países, desencadeando a Guerra do Golfo no início de 1991. Esta operação foi batizada pelo governo norte-americano como **Operação Tempetade no Deserto**. O conflito terminou com a derrota do Iraque, que sofreu grandes perdas materiais e humanas. O território iraquiano, porém, não foi ocupado, e Saddam Hussein, se manteve no governo.

O atentado de 11/09/2001 e a “guerra ao terror”

Em **11 de setembro de 2001** ocorreu o maior atentado terrorista contra os EUA, atingindo as torres gêmeas do **World Trade Center**, em Nova York, e o prédio do **Pentágono**, em Washington, o que levou o governo Bush à declarar guerra ao Afeganistão (país onde se abrigava o grupo responsável pelo atentado), resultando na primeira guerra declarada no século XXI.

O atentado foi realizado utilizando-se aviões comerciais seqüestrados que foram lançados contra os alvos, num ataque suicida. O grupo identificado como responsável foi a **Al-Qaeda**, liderada por **Osama Bin Laden**. A Al-Qaeda tinha bases no Afeganistão, e contava com o apoio do grupo **Talibã**, que controlava o país. A guerra resultou na derrota do Talibã e sua derrubada.

Tendo como justificativa o combate ao terrorismo, o governo Bush declarou a chamada **“guerra ao terror”**, que serviu como pretexto para a criação da **“doutrina Bush”**, que por sua vez sustentava a possibilidade de os Estados Unidos realizarem ações militares em qualquer país do mundo, ignorando as leis e acordos internacionais, de forma unilateral. O governo Bush identificou o que chamava de **“eixo do mal”**, formado por Iraque, Irã e Coreia do Norte, que seriam (segundo o governo norte-americano) responsáveis por produzir armas de destruição em massa e promover o terrorismo internacional. A **“guerra ao terror”** serviu como justificativa para práticas como o uso de tortura em prisões mantidas pelo exército norte-americano fora do território nacional, como a prisão da base de Guantánamo, situada em uma parte do território de Cuba controlada pelos EUA. Dentro do território norte-americano foram adotadas várias medidas que implicavam na redução de direitos civis da população.

O Iraque detinha a segunda maior reserva de petróleo em exploração do mundo. Após o início da **“guerra ao terror”**, o país voltou a ser alvo de agressões unilaterais por parte dos EUA, o que causou uma alta no preço do petróleo. Em 2003, contando com apoio do Reino Unido, mas sem aprovação da ONU e desrespeitando tratados internacionais, os Estados Unidos invadiram o território iraquiano, provocando uma guerra que levou à queda do governante Saddam Hussein, além de causar destruição em larga escala. Um dos argumentos utilizados era um relatório, feito por inspetores norte-americanos, onde se afirmava que o Iraque detinha armas proibidas, de destruição em massa. Entretanto, depois de o Iraque ser derrotado, e seu território destruído, não foram encontrados vestígios dessas armas. Saddam Hussein foi capturado em 2004, condenado à morte e executado em 2006, por enforcamento. A operação militar no Iraque, porém, só foi encerrada em 2011, pois a derrubada de Saddam Hussein jogou o país no caos, com diversos grupos rivais lutando pelo controle de territórios. O custo da guerra chegou a um trilhão de dólares, e calcula-se mais de 4 mil soldados norte-americanos e 100 mil civis iraquianos mortos, além de centenas de milhares de pessoas mutiladas.

Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda e considerado responsável pelo atentado de 11 de setembro de 2001, foi localizado e morto por tropas norte-americanas no Paquistão, em maio de 2011. Os Estados Unidos e a OTAN deram por encerradas as ações no Afeganistão em 2014.



A Rússia e o Leste europeu

Os antigos países socialistas entraram em um período de crise econômica e política após o fim da União Soviética. Com o fim do controle estatal da economia e a abertura das economias nacionais ao capitalismo internacional, surgiu uma nova burguesia, formada por pessoas que ocupavam posições privilegiadas nos governos anteriores e seus familiares, e que passou a concentrar a riqueza, ao mesmo tempo que o desemprego cresceu, resultado da queda da produção nacional, e a inflação subiu rapidamente.

A Rússia

O primeiro governante russo eleito após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o surgimento da **Federação Russa** foi **Boris Yeltsin**, que abriu totalmente a economia ao capitalismo internacional e lançou o país em uma grave crise econômica e institucional, com altas taxas de inflação e desemprego, e desestruturação das forças armadas. Sob seu governo, na década de 1990 a sociedade russa viveu o caos social. O crime organizado se fortaleceu e passou a controlar grande parte da economia, com o mercado negro representando 22% do PIB. Em 1999 a inflação chegou a 40% ao ano, o desemprego era de 12,4%, e 35% da população vivia abaixo da linha da pobreza. Yeltsin sofreu forte oposição dos deputados, e em 1993 ordenou o fechamento do Parlamento. Após novas eleições o legislativo foi renovado e Yeltsin reeleito presidente, porém continuou sofrendo oposição do Congresso. Yeltsin renunciou em 1996 e o primeiro ministro Vladimir Putin assumiu a presidência.

Vladimir Putin adotou uma política de fortalecimento do estado e da economia, colocando o país em uma nova fase de crescimento e foi reeleito em 2004. Em 2008 Putin elegeu seu sucessor Dimitri Medvedev, em cujo governo ele ocupou o cargo de primeiro ministro. Já em 2012 Putin se elegeu novamente presidente e Medvedev passou a ser seu primeiro ministro. Durante os governos Putin e Medvedev. A economia russa se fortaleceu rapidamente graças, entre outras coisas, à exportação de petróleo, cujos preços subiam no mercado internacional.

Além das crises econômicas e políticas, surgiram **conflitos étnicos e nacionalistas**. A antiga União Soviética era formada por 15 países, dos quais a Rússia era o maior e economicamente mais forte, e tinha uma grande diversidade étnica e cultural. Com a dissolução soviética e o fim de um Estado forte que conseguia conciliar os diferentes interesses locais em torno de um sistema econômico integrado, esta diversidade passou a inflamar a instabilidade.

Na Federação Russa, a região da **Chechênia**, de maioria muçulmana, declarou a sua independência em 1991. A independência da província não foi aceita pelo governo russo, o que levou ao surgimento de vários confrontos violentos e atos terroristas na região. E, em 1996 a Rússia reconheceu a Chechênia como uma República “autônoma”, mas ainda fazendo parte da Federação Russa, mas isso não satisfez os rebeldes chechenos, que continuaram lutando e realizando atentados terroristas. A partir de 1999 o governo russo iniciou uma forte ofensiva para controlar o território rebelde. Em 2003 realizou-se um plebiscito na Chechênia, no qual 89% dos eleitores aprovaram a nova Constituição chechena, que confirmava o vínculo desta República com a Rússia. Outras regiões da Rússia declararam independência, como a Tartária e o Dniester.

Em 2013 a **Ucrânia** (que fazia parte da antiga União Soviética e em 1991 havia declarado sua independência), tornou-se outro foco de movimentos nacionalistas. Ocorreu uma série de grandes manifestações promovidas por movimentos de oposição ao governo, incentivadas por grupos estrangeiros e com forte participação de movimentos neonazistas, que em 2014 culminaram na derrubada do presidente Viktor Yanukovich, que era favorável à aproximação econômica com a Rússia. Entretanto, grande parte da população ucraniana é de origem russa, e a região da **Crimeia** decidiu, através de um plebiscito, declarar-se independente da Ucrânia e unir-se à Federação Russa. O governo russo reconheceu esta decisão e incorporou a Crimeia, mas a decisão foi condenada pelos Estados Unidos, pelos países europeus e pelo Japão, e estes adotaram sanções econômicas contra a Rússia.



Outras regiões da Ucrânia também declararam que não reconheciam a autoridade do governo ucraniano e procuraram se integrar à Rússia, o que gerou tensão e movimentação de tropas na região.

A ex-Iugoslávia

Alugoslávia havia sido formada após a Primeira Guerra Mundial, e desde 1946 era um país socialista, formado pela união de seis repúblicas que incluíam povos de origens étnicas e religiões diferentes, Sérvia (que continha ainda duas províncias autônomas, Vojvodina e Kosovo), Montenegro, Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina. Na década de 1980, juntamente com uma crise econômica e política, surgiram movimentos nacionalistas na região.

Nas eleições de 1990 o Partido Comunista foi derrotado em quatro delas, mas foi vitorioso na maior delas, a Sérvia, e em Montenegro. Desta maneira os comunistas se mantinham no poder, mas a insatisfação das demais repúblicas provocou o anseio de independência e o início de uma série de conflitos étnicos e separatistas.

Em 1991 as repúblicas da Eslovênia e da Croácia se declararam independentes e iniciaram uma guerra civil. Na cidade de Belgrado, que era a antiga capital iugoslava, o parlamento criou a nova Iugoslávia em 1992, que passava a ser formada apenas por Sérvia e Montenegro. Em 2003 a Iugoslávia deixou de existir oficialmente, passando a se chamar União da Sérvia e Montenegro, mas em 2006 um plebiscito decidiu pela separação total entre estes dois países. Em 2008 a região do Kosovo, que era província da Sérvia, também se declarou independente.

A China

Após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, **Deng Xiaoping** foi escolhido como o novo líder do governo chinês, assumindo o cargo em 1977. Em seu governo foram realizadas grandes reformas na economia, baseadas em medidas de liberalização, como a criação de **Zonas Econômicas Especiais**, abertas à instalação de empresas privadas estrangeiras. Estas zonas passaram a atrair para a China grandes investimentos estrangeiros nos mais diversos setores da indústria.

Ao mesmo tempo em que a economia crescia rapidamente, o poder político continuou centralizado no Partido Comunista Chinês (PCC). Em junho de 1989, uma grande manifestação reivindicando maior liberdade de expressão e liberdade política ocorreu na **Praça da Paz Celestial (Tian'anmen)**. O protesto durou vários dias e foi reprimido com violência.

No período que se seguiu ao fim da Guerra Fria, um dos fatores que se destacou na economia mundial foi o crescimento da China. A partir de 2010, com um sistema econômico que mescla características do capitalismo com o planejamento econômico centralizado pelo Estado, a China tornou-se a segunda maior economia e a maior potência comercial do mundo. Os chineses podem ter seus próprios negócios, o país está aberto à investimentos estrangeiros, as empresas chinesas participam em grande escala nas atividades econômicas dos países capitalistas, e o consumismo faz parte da vida dos cidadãos chineses. Em 2013 assumiu o governo o presidente **Xi Jinping**, que deu continuidade à política de abertura econômica para o sistema capitalista mundial, ampliando o número de Zonas Econômicas Especiais. O sistema econômico peculiar da China é chamado pelo próprio governo de "**socialismo com características chinesas**". Utiliza-se também a expressão "**um país, dois sistemas**".

Apesar da grande participação do capital privado na economia, é necessário destacar que o planejamento da economia continua sendo feito pelo Estado, através de **planos quinquenais**. É o Estado que determina em que áreas haverá investimentos, em que setores da economia o capital privado pode atuar, e quais são as Zonas Econômicas Especiais, além de manter um controle estatal sobre os setores estratégicos. O Estado é acionista majoritário das 150 maiores empresas da China. Politicamente, não ocorreram grandes mudanças. Embora existam vários partidos políticos, representando diferentes segmentos sociais, o governo é exercido unicamente pelo Partido Comunista Chinês (PCC), que também mantém controle estatal sobre as comunicações.



HISTÓRIA DO BRASIL

14. O REINO UNIDO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1808-1822)

O Reino Unido

No início do século XIX, sob a liderança de Napoleão Bonaparte, a França estava em guerra contra a Inglaterra e invadindo outras nações. Napoleão tentava impor um bloqueio continental à Inglaterra, isolando-a do restante da Europa. Como o governo português se negou a aliar-se à França e fechar seus portos à Inglaterra, o exército francês invadiu Portugal.

Em 1808, com as tropas francesas invadindo o território português, o rei D. João VI transferiu-se, com toda a corte, para o Brasil, sendo escoltado por uma armada inglesa. Desta forma, **a sede do governo de todo o império português estava instalada no Brasil**, onde ficaria até 1820. Em represália pela invasão de Portugal pela França, em 1809, tendo apoio da Inglaterra, D. João ordenou a invasão da Guiana Francesa e a anexou aos seus domínios.

A mudança da sede do governo para o Brasil provocou várias transformações. Entre as principais, podemos destacar:

- **a abertura dos portos** brasileiros às nações amigas de Portugal, o que na prática significava o fim do "exclusivo comercial", até então existente e que era base do sistema colonial;
- a permissão da abertura de indústrias no Brasil, através da anulação do Alvará de 1785.

Nesta época teve início a presença mais decisiva dos negócios ingleses no Brasil. Em 1810 foram assinados os **Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, que concediam privilégios acentuados aos britânicos**. Por exemplo, as mercadorias da Inglaterra pagariam uma taxa de 15%, as de Portugal, uma taxa de 16%, e as de outras nações, uma taxa de 24%. Em 1815, um decreto de D. João determinou que **o Brasil deixava de ser colônia de Portugal** e passava a ser **Reino Unido a Portugal e Algarves**. Do ponto de vista jurídico, isso representava o status de igualdade entre Brasil e Portugal.

No período em que a Corte ficou no Brasil, ocorreu uma nova tentativa de independência: a chamada Revolução Pernambucana de 1817. Esta conjuração foi bem mais complexa que as anteriores, visto que não se limitou à fase de ideias, mas até o uso das armas. A reação de D. João VI foi violenta, e a revolta foi vencida, resultando em centenas de condenações. Em julho de 1821, alegando direitos hereditários da princesa Carlota Joaquina (a esposa de D. João VI, que era filha do rei da Espanha), o Brasil invadiu e anexou a **província Cisplatina** (atual Uruguai).

A Independência

Em 1820 ocorreu em Portugal a **Revolução do Porto**, de caráter liberal, que exigia a criação de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição à qual o rei deveria jurar respeito. Em seguida, as Cortes exigiram o regresso do monarca. Ao regressar, D. João deixou seu filho mais velho, D. Pedro, administrando o Brasil na condição de Príncipe-regente. É nesse momento (1821-1822) que o processo de independência entra em seu momento decisivo.

Preocupados com a situação grave da economia portuguesa, as Cortes resolveram pela recolonização do Brasil, ou seja, o fim do Reino Unido e o retorno do Brasil à situação de colônia. Dessa forma o Brasil voltaria a ser um mercado exclusivo para os produtos portugueses, uma vez que este mercado vinha sendo ocupado principalmente pela Inglaterra desde a abertura dos portos. A tentativa de recolonização, no entanto, despertou a revolta das elites da colônia, que decidiu pelo rompimento com Portugal. Os grandes latifundiários se aliaram aos comerciantes portugueses que aqui viviam e que também se sentiam ameaçadas com as novas medidas.



O projeto de independência colocado em andamento era bastante conservador. Pretendiam ganhar o apoio de D. Pedro para que este proclamasse a República mantendo a unidade do país e, principalmente, evitando a ocorrência de transformações radicais na estrutura social e econômica que colocassem em risco os latifúndios e a escravidão. Deveria ser uma independência que atendesse aos interesses das classes dominantes.

Devido aos planos de recolonizar o Brasil, as Cortes portuguesas exigiram o retorno do Príncipe regente D. Pedro à Portugal. No dia 9 de janeiro de 1822, que ficou conhecido como “**dia do fico**”, D. Pedro anunciou sua decisão de não acatar às ordens e de permanecer no Brasil.

No dia 7 de setembro de 1822 o Príncipe Regente D. Pedro proclama a **Independência**, e no dia 12 de outubro ele é proclamado Imperador, com o título de D. Pedro I, passando o país a ser chamado **Império do Brasil**.

Ocorreram alguns conflitos armados dentro do país, mas no dia 29 de agosto de 1825 Portugal reconheceu a independência do Brasil assinando o Tratado de Amizade e Aliança. Em troca do reconhecimento da sua soberania, o Brasil se comprometeu a pagar uma indenização à Portugal, que seria paga com empréstimos feitos junto a bancos ingleses. Em troca da intermediação da Inglaterra, o Brasil assinaria ainda mais tratados de comércio vantajosos aos ingleses.

Após a independência não houve grandes mudanças na sociedade brasileira:

- O Brasil se libertou do Pacto Colonial que o prendia a Portugal, mas tomou-se ainda mais dependente da Inglaterra no plano econômico.
- O valor de nossas principais exportações (açúcar, algodão, couro e fumo) continuou sendo menor do que o valor das nossas importações (produtos industrializados que vinham, em sua maior parte, da Inglaterra).
- As terras brasileiras continuaram nas mãos de grandes proprietários rurais.
- A escravidão foi mantida. Os escravos, que eram mais de metade da população brasileira, continuaram a produzir a maior parte de nossas riquezas.
- A imensa maioria dos brasileiros continuou afastada da vida política, pois apenas os mais ricos tinham o direito de votar (voto censitário).

15. O BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

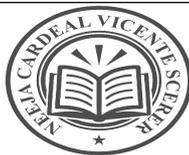
Textos Adaptados a partir de: COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral.
Ed. Saraiva, São Paulo.

O período do Império, compreendido entre a Independência do Brasil e a Proclamação da República, é dividido em três períodos: o Primeiro Reinado (1822 a 1831), o Período Regencial (1831 a 1840) e o Segundo Reinado (1840 a 1889).

O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

No Primeiro Reinado, os problemas de ordem econômica e financeira cresciam. Pelo reconhecimento da sua independência, o Brasil era obrigado a pagar uma indenização à Portugal, o que fez com que o governo brasileiro recorresse a empréstimos junto aos bancos ingleses. Economicamente o Brasil se tornava cada vez mais dependente da Inglaterra.

Além disso, a mineração entrara em decadência desde o final do século anterior e os produtos exportados pelo Brasil, como o açúcar e o algodão, já não apresentavam tanta lucratividade.



A Constituição de 1824

Antes mesmo de ser proclamada a independência, havia sido convocada uma Assembleia Constituinte para a elaboração da primeira Constituição brasileira. A maioria dos constituintes pertencia ao Partido Brasileiro, que representava os interesses dos grandes proprietários rurais.

O projeto inicial da Constituição, em 1823, tinha três características básicas:

- **Anticolonialismo.** Se opunha aos interesses dos portugueses que desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia, e impedia portugueses de ocupar cargos públicos.
- **Antiabsolutismo.** Propunha limitar, e reduzir, os poderes do imperador, e aumentar o poder do parlamento. O exército, por exemplo, ficava submetido ao parlamento, e não ao imperador, e este não teria poder para dissolver o parlamento.
- **Classismo.** Mantinha o poder político concentrado nas mãos dos grandes proprietários rurais. O acesso à participação política se dava pelo critério censitário, ou seja, para ser eleitor ou candidato a um cargo do legislativo, o indivíduo deveria possuir uma alta renda, o que era calculado principalmente pela atividade agrícola. Assim a participação política ficava praticamente limitada aos grandes proprietários de terras e de escravos. Como um dos critérios para calcular a renda era a produção de mandioca, este projeto ficou conhecido como Constituição da mandioca.

O Imperador D. Pedro I não aceitou a redução e limitação de seus poderes prevista no projeto da Constituição, e dissolveu a Assembleia Constituinte, contando com apoio do exército e dos portugueses. Os deputados constituintes defensores do projeto foram presos ou deportados, entre eles José Bonifácio e seus irmãos.

D. Pedro I então nomeou uma comissão de 10 pessoas, brasileiros natos, com um prazo de 40 dias para elaborarem uma Constituição. Terminado o trabalho, D. Pedro outorgou a **primeira Constituição brasileiro** no dia 25 de março de 1824. Ao contrário do projeto anterior, esta Constituição **aumentava os poderes do Imperador**.

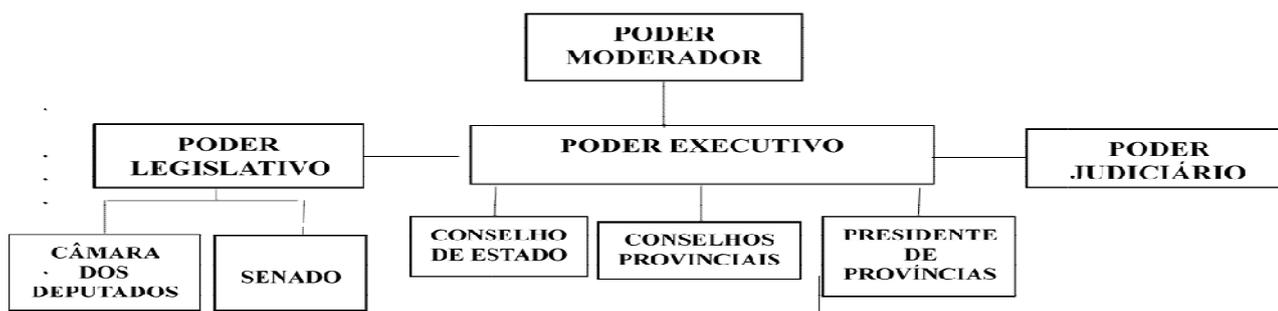
A Constituição trazia a divisão de poderes proposta pelos filósofos iluministas, com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas além destes três, havia um quarto, o poder Moderador, que se sobrepunha aos demais. Na prática, isso representava o oposto do que defendia o iluminismo, pois concentrava o poder nas mãos do governante.

O **poder Executivo** tinha a função de governar e executar as leis formuladas pelo legislativo. Era composto pelo Imperador, os ministros, o Conselho de Estados, os Presidentes de Províncias, e os Conselhos Provinciais.

O **poder Legislativo** tinha as atribuições de fazer as leis para o país. Era formado pelos deputados e senadores.

O **poder Judiciário** tinha a função de verificar o cumprimento das leis e aplicar a justiça. Era formado pelos juízes e tribunais. O Supremo Tribunal de Justiça era o órgão mais alto, e seus juízes eram nomeados pelo Imperador.

O **poder Moderador** tinha a função de regular os três anteriores, e cabia ao Imperador. O poder moderador resultava numa concentração de poder muito grande nas mãos do Imperador, assemelhando-se ao absolutismo. O Imperador mantinha o poder de suspender o Parlamento e expulsar deputados ou senadores.





O **sistema eleitoral** desta Constituição instituiu o **voto censitário**, que condicionava o direito ao voto e o direito a se candidatar a um nível mínimo de renda anual em dinheiro. Com isso, a grande maioria da população ficava afastada da vida política.

A **ligação entre Igreja e Estado** ficava estabelecida nesta Constituição. O Catolicismo era definido como religião oficial do Brasil, e a relação era regulada pelo Padroado, o que submetia um controle político sobre a Igreja.

Na primeira fase do Império, a centralização de poder e o autoritarismo de D. Pedro I provocaram várias **revoltas provinciais de caráter liberal**, reivindicando mais autonomia para as províncias. Os revoltosos apontavam como exemplos deste autoritarismo a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e a expulsão de seus deputados, a imposição da Constituição de 1824, o poder Moderador, e a censura à imprensa. O absolutismo de D. Pedro I provocou o rompimento da aliança com a aristocracia rural, ativando a oposição ao seu governo.

A **Confederação do Equador** foi uma destas revoltas, explodiu no Nordeste, em 1824, liderada pela província de Pernambuco. Esta revolta tinha caráter separatista e republicano.

Em meio à insatisfação das províncias e da aristocracia rural, a grave crise econômica, o governo de D. Pedro I sofria um grande desgaste. Em 1826 seu pai, D. João VI, rei de Portugal, morreu. No dia 7 de abril de 1831, **D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro** em favor de seu filho menor, D. Pedro de Alcântara, para retornar à Portugal e assumir o trono português. A Abdicação representou a derrota dos grupos absolutistas do Partido Português e a vitória da oposição nacional que desejava consolidar o Estado brasileiro.

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Quando D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, seu filho D. Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade e, portanto, estava impedido de assumir o trono. Iniciaria então no Período Regencial, em que o Brasil seria governado por uma **Regência Trina** (composta por **três Regentes**), eleitos pelo Legislativo, até que o jovem herdeiro atingisse a maioria. Durante o período das regências, o Brasil teve uma forma de governo que apresenta algumas semelhanças com o regime republicano como, por exemplo, eleição e troca periódica dos governantes após o cumprimento do mandato.

Regência Trina Provisória (1831)

No dia da abdicação de D. Pedro I, o Parlamento estava em férias, havendo poucos deputados e senadores para escolher os regentes. Foi escolhida então uma Regência **provisória**, que governaria por três meses. Os membros desse primeiro governo foram os Senadores Carneiro de Campos e Campos Vergueiro e ainda o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Entre as principais medidas tomadas por esta regência, destacam-se:

- Volta do Ministério dos Brasileiros, demitido pelo Imperador em 5 de abril de 1831.
- Suspensão parcial do uso do poder moderador pelos regentes.
- Anistia aos presos políticos.
- Convocação dos deputados e senadores para eleger, em Assembleia Geral, a Regência Trina Permanente.

Apesar de manterem as estruturas políticas autoritárias, as primeiras medidas da Regência Provisória tinham caráter liberal e antiabsolutista. Era o início do chamado avanço liberal, que durou até 1837.

Regência Trina Permanente (1831-1834)

Reunindo deputados e senadores de todo o país, a Assembleia Geral elegeu a Regência Trina Permanente. A nova regência era composta pelos deputados Costa Carvalho (representante do Sul e moderado), João Bráulio Muniz (político do Nordeste, do grupo dos “exaltados”) e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (moderado).



Esta regência era considerada de perfil moderado, e teve oposição tanto dos liberais quanto dos exaltados e restauradores.

Uma das figuras de maior destaque da Regência Trina Permanente foi o Pe. Diogo Antônio Feijó. Nomeado para o cargo de Ministro da Justiça. Sua principal preocupação era garantir a ordem pública, isto é, acabar com as agitações populares e os levantes militares, que ameaçavam os interesses dos moderados. A falta de confiança do governo em relação ao exército, fez surgir a proposta da criação da Guarda Nacional: uma política de confiança do governo e das classes dominantes agrárias.

Em 1834, os políticos Moderados promoveram uma reforma na Constituição do Império, conhecida como **Ato Adicional**. O Ato Adicional era uma tentativa de harmonizar as principais forças políticas que atuavam no país. De acordo com o Ato Adicional:

- A regência passava a ser exercida por uma só pessoa (Regência Uma), com mandato de quatro anos, e o regente seria escolhido por voto direto.
- Extinguia-se o Conselho de Estado, órgão que reunia os políticos mais tradicionais e conservadores.
- Criavam-se as Assembleias Legislativas das províncias, com poderes para fazer leis sobre as questões locais.

Apesar de o Ato Adicional ser considerado um importante marco no avanço liberal, o país permanecia uma monarquia centralizada.

Regência Una de Feijó (1835-1837)

Obedecendo ao Ato Adicional, novas eleições foram realizadas para a escolha da Regência Una. O vencedor dessas eleições foi Pe. Diogo Antônio Feijó, que foi Ministro da Justiça da Regência Trina Permanente e era ligado à ala progressista dos moderados.

Depois de eleito, o regente Feijó sofreu grande pressão dos regressistas (grandes proprietários rurais, comerciantes, burocratas do Estado e magistrados, que defendiam uma maior centralização política), que o acusavam de não conseguir impor ordem no país, não conseguindo controlar as revoltas separatistas que explodiram durante o seu mandato (Revolta Farroupilha, no Sul, Revolta dos Cabanos, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Revolta dos Malês e a Sabinada, na Bahia). Quando faltavam dois anos para terminar seu mandato, Feijó renunciou ao cargo de regente. Em seu lugar assumiu provisoriamente, Pedro de Araújo Lima, que representava os Regressistas.

Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Depois de novas eleições, Araújo Lima, vitorioso, foi confirmado no cargo. O novo governo defendia uma polícia mais rigorosa em relação aos movimentos populares e menos liberdade para os governos das províncias.

Ao assumir o poder, Araújo Lima montou um ministério composto por políticos conservadores. Seu governo decidiu usar toda a violência possível para acabar com as revoltas políticas populares que agitavam o país. Os Regressistas diziam que a descentralização do poder era responsável pelas agitações. Por isso, foram criadas várias leis visando a centralização do poder, como, por exemplo, a Lei Interpretativa do Ato Adicional, que reduzia o poder das províncias e colocava os órgãos da Polícia e da Justiça sob o comando do poder central.

Revoltas Provinciais

No período das regências, em decorrência das diversas crises políticas, da insatisfação popular e do autoritarismo do governo central, eclodiram várias revoltas nas províncias. As elites provinciais não se sentiam representadas pelo governo do Império, e as classes populares estavam descontentes pelas condições precárias em que viviam.



As principais revoltas foram:

Cabanagem, ou Revolta dos Cabanos, no Pará (1835-1840).

Causas. Miséria do povo, desejo de vingança social.

Objetivo. Formação de uma república popular.

Sabinada, na Bahia (1837-1838).

Causas. Insatisfação das classes médias urbanas, oposição à política da Regência.

Objetivo. Formação provisória de uma República Liberal.

A **Sabinada** foi uma rebelião comandada por homens cultos da classe média da cidade de Salvador. Não teve a participação dos pobres nem obteve o apoio dos ricos fazendeiros. Não havia entre os líderes do movimento a vontade efetiva de mudar a situação social dos baianos. Ou seja, mesmo se a revolução vingasse, os ricos continuariam na abundância, e os pobres, na miséria.

Balaiada, no Maranhão (1838-1841).

Causas. Crise na exportação do algodão, miséria do povo sertanejo e desejo de vingança social.

Objetivo. Não havia um projeto político definido.

A **Balaiada** não tinha uma organização constante nem um projeto político definido. Não foi um movimento único, mas um conjunto de ações que receberam o mesmo nome.

Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Causas. Desvalorização do preço do charque pelo governo central, que desfavorecia os fazendeiros gaúchos na concorrência com o charque do Uruguai e Argentina.

Objetivos. Autonomia da província, fundação de uma República pelos grandes estancieiros.

A **Revolução Farroupilha** não foi uma revolta das populações pobres. Foram os ricos estancieiros que lutaram por seus interesses econômicos e políticos. O povo só participou como massa de manobra, sob o controle dos grandes fazendeiros. Não existia entre os líderes farroupilhas o desejo de acabar com as injustiças sociais e a miséria da maioria da população. Queriam apenas garantir o lucro das grandes fazendas pecuárias, além de aumentar a liberdade administrativa e o poder político que possuíam na região.

O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

“O Segundo Reinado teve paz interna, estabilidade política, florescimento cultural e desenvolvimento econômico. Mas tem o outro lado da história. A paz foi conseguida esmagando-se o descontentamento popular. A estabilidade foi o domínio da aristocracia agrária. A cultura foi o lazer da elite enquanto o povo era mantido analfabeto. O desenvolvimento foi erguido à custa do suor dos escravos e das exportações de café” (Gilberto Cotrim).

Os políticos progressistas diziam que o único modo de acabar com a falta de autoridade do governo central era encerrar o período regencial e transferir o poder para D. Pedro de Alcântara. Como o príncipe tinha apenas 14 anos, foi fundado o **Clube da Maioridade**, organização política que tinha o objetivo de antecipar a sua maioridade. A ideia teve o apoio das classes dominantes, que acreditavam que a figura de um imperador com fortes poderes seria a única maneira de restabelecer a ordem social. Em 1840, a Assembleia Nacional aprovou a antecipação da maioridade de D. Pedro. O episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade. Pedro de Alcântara foi então coroado Imperador e adotou o título de **D. Pedro II**. Teve início então o **Segundo Reinado**, período que durou quase meio século (de 1840 a 1889).

No longo período de governo de D. Pedro II, a vida política foi marcada, principalmente, pelos seguintes aspectos:



Consolidação dos partidos. Eram basicamente dois, o **Partido Liberal** e o **Partido Conservador**, resultantes dos grupos políticos que vinham se definindo desde o Primeiro Reinado. Os dois partidos, na realidade, eram representantes da mesma camada social, a **elite agrária**, visto que, pela Constituição, o direito de voto era **censitário**, isto é, reservado àqueles que possuíam determinada renda anual. A quase totalidade da população brasileira não era eleitora.

Introdução do Parlamentarismo. Apesar de a Constituição reservar amplo poder para o Imperador, a partir de 1847, quando se criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o Parlamentarismo gradativamente se impôs. Seguiu-se o modelo inglês, onde o centro do poder político é o Parlamento, mas com uma diferença fundamental: a existência do Poder Moderador, que garantia ao Imperador o direito de interferir tanto na Câmara quanto no Gabinete. Portanto, o centro do poder político continuava sendo o imperador.

A Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1851)

A Revolução Praieira foi a última importante revolta interna sufocada pelo governo imperial. Eclodiu na província de Pernambuco em 1848. Mais uma vez a causa da revolta foi política, resultado do descontentamento de representantes do Partido Liberal e parte da população com o governo da província. Nessa época boa parte das terras cultiváveis pertencia a uma única família os Cavalcantis (ligados ao Partido Conservador), que controlava o poder local em seu benefício e em prejuízo aos demais. A insatisfação também estava nas atividades comerciais que eram controladas pelos portugueses.

A revolta teve o apoio do jornal “Diário Novo” o qual pertencia a políticos que haviam rompido com o Partido Liberal. Esses políticos, juntamente com profissionais liberais, ricos proprietários de terras e jornalistas, fundaram o Partido Nacional Pernambucano que ficaria conhecido como o Partido da Praia, pois o jornal funcionava na Rua da Praia. O movimento liderado por eles passou a ser conhecido com o nome de **Praieira**.

Através do jornal eles divulgaram o **Manifesto ao Mundo**, que, além de denunciar a corrupção do governo da província de Pernambuco, apresentava as seguintes propostas: direito de voto para toda a população (livre e universal), total liberdade de imprensa, nacionalização do comércio, garantia de trabalho para os brasileiros e reforma completa no poder judiciário.

A revolta começou em Olinda, mas os praieiros pretendiam organizar batalhões de voluntários em Recife, porém os recifenses não aderiram ao movimento e a reação do governo foi violenta, e os praieiros foram derrotados.

Muitos praieiros, em vez de se entregarem, seguiram lutando liderados por Pedro Ivo Veloso, um capitão de artilharia e chefe de destacamento militar que rompeu com o governo, aderindo ao movimento. Esta luta de guerrilha durou longos anos. Pedro Ivo foi preso, mas conseguiu fugir, tendo falecido na viagem de navio para a Itália em 1852.

A Guerra do Paraguai (1860-1870)

Durante muito tempo se afirmou que a Guerra do Paraguai teria sido provocada unicamente pelas ambições do presidente paraguaio Solano López, que pretendia formar o “*Paraguay Mayor*”, anexando áreas do Brasil. Estudos mais recentes, no entanto, têm demonstrado que as razões desta guerra teriam sido mais complexas, envolvendo problemas de fronteiras, interesses pelo controle do Rio da Prata e até mesmo intervenções da Inglaterra, que foi grande financiadora do conflito.

O Brasil, a Argentina e o Uruguai se aliaram contra o Paraguai, formando a Tríplice Aliança. Para derrotar o Paraguai, receberam grandes empréstimos e apoio da Inglaterra, que tinha interesse em manter sua influência econômica na região. Ao final da guerra, o Paraguai havia sido completamente aniquilado, com a maior parte da sua população aniquilada.



Os países da Tríplice Aliança, embora tivessem vencido a guerra, estavam ainda mais endividados com a Inglaterra, e não chegaram a ter grandes vantagens.

No caso brasileiro, a guerra também contribuiu para fortalecer o exército, e também fez surgir um forte sentimento militar, que acabou despertando a insatisfação dos militares com o governo imperial.

O extermínio do povo paraguaio:

População antes da guerra	800 mil
Sobreviventes (total)	194 mil
Homens sobreviventes.....	14 mil
Mulheres sobreviventes	180 mil
Total de mortes	606 mil
Percentual de mortes	75,75%

Fonte: CHIAVENATTO, J.J. Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

A economia cafeeira

Durante o século XIX, o café tornou-se uma mercadoria altamente valorizada no mercado internacional, o que levou fazendeiros a investir neste produto, que se tornou o principal item de exportação brasileiro, superando todos os outros. Aos poucos, a exportação do café passou a sustentar a economia brasileira. A região mais adequada ao cultivo do café era o Sudeste, razão pela qual o centro econômico brasileiro se deslocou para esta região, especialmente o Oeste do estado de São Paulo.

Com a alta lucratividade, esta região gradualmente passou a concentrar mais escravos, à medida em que os fazendeiros compravam mais terras e necessitavam de mais mão de obra. Com o tempo, a maior parte dos escravos no Brasil estava localizada na produção de café.

O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

No decorrer do século XIX embora a industrialização da economia se expandisse na Europa, a economia brasileira continuava mantendo as mesmas características básicas desde o início do período colonial: a produção baseada em latifúndios (grandes propriedades rurais), monocultura de exportação (economia baseada em um único produto, que atendia às necessidades do mercado europeu), e exploração do trabalho escravo.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, porém, a existência do trabalho escravo deixava de ser interessante para os países desenvolvidos. A Inglaterra, país com a maior produção industrial, e do qual o Brasil dependia economicamente, necessitava de cada vez mais mercados consumidores para absorver seus produtos. Se no Brasil uma grande parte da população era formada por pessoas escravizadas, isso significava que o mercado consumidor não crescia na velocidade desejada pelos industriais ingleses. Por este motivo, a Inglaterra passou a exercer uma grande pressão para que o governo brasileiro abolisse a escravidão. Além disso, com o fim da escravidão os fazendeiros iriam investir de outra forma o que antes gastavam com a compra de escravos. Assim, a Inglaterra, que no século XVII era um dos maiores comerciantes de escravos, passou a ser a maior defensora do fim da escravidão.

Por outro lado, a elite econômica dominante no Brasil era formada justamente pelos latifundiários (grandes fazendeiros), que eram os maiores proprietários de escravos, e não estavam dispostos a abandonar esta forma de exploração substituindo-a pelo trabalho assalariado.

A resistência negra contra a escravidão

Desde o período colonial existiram, por parte dos escravizados, diferentes formas de resistência como revoltas e fugas. Era comum escravos fugirem e se refugiarem em **quilombos** (redutos de escravos fugitivos) ou se rebelarem, até mesmo assassinando seus senhores eventualmente.



Isto frequentemente se tornava um problema pois exigia a manutenção de um aparato de repressão permanentemente disponível para reprimir as revoltas e perseguir os fugitivos, o que consumia recursos. Era necessário manter um controle e uma vigilância constante sobre os cativos. Com o aumento do tráfico de escravos para o Brasil no século XIX, a frequência com que ocorriam as revoltas aumentou, indicando que manter um sistema econômico baseado nessa forma de exploração se tornaria cada vez mais difícil.

Uma das mais conhecidas revoltas foi a **Revolta dos Malês**, ocorrida em Salvador em 1835. Esta revolta foi marcada pela grande participação dos negros africanos muçulmanos (a palavra *malê* é oriunda de *imalê*, que no idioma iorubá significa muçulmano), e teve a participação de 600 escravos, na maioria urbanos. Após esta revolta, o medo de novas revoltas de escravos tornou-se uma grande preocupação na elite escravocrata.

O movimento abolicionista

O movimento abolicionista, que lutava pelo fim da escravidão, se tornou maior ao longo do século XIX, e se fortaleceu com o crescimento do movimento republicano, uma vez que os defensores da República a relacionavam com a abolição. Os abolicionistas contaram com apoio de pessoas reconhecidas como a compositora Chiquinha Gonzaga, o engenheiro André Rebouças e os jornalistas Luís Gama e José do Patrocínio, e a própria filha do Imperador D. Pedro II, a princesa Isabel de Bragança.

Existiam vários grupos que lutavam contra a escravidão, usando estratégias diferentes, como, buscar o apoio de políticos para que mudassem as leis, publicar jornais e panfletos que defendiam suas ideias, organizar formas de arrecadar dinheiro para comprar a liberdade de escravos, e os mais radicais que violavam as leis da época ajudando na fuga dos escravos e lhes dando proteção.

Um dos movimentos mais conhecidos era o dos **caifazes**, organizado pelo promotor público Antônio Bento. Os caifazes se infiltravam em alojamentos de escravos e ajudavam a planejar fugas, preparando também locais onde os fugitivos pudessem se refugiar.

A eliminação gradual do trabalho escravo

No Brasil, ao contrário de outros países, **a escravidão foi abolida de forma lenta e gradual**, e só foi eliminada legalmente após a criação de uma série de leis ao longo de 57 anos. Estas leis foram:

Lei Feijó (1831). Em função da grande pressão inglesa para que se abolisse a escravidão, o governo brasileiro precisava dar uma resposta. A lei Feijó proibia o tráfico de escravos. Internamente a situação não mudaria, a escravidão e o comércio de escravos continuariam existindo dentro do território nacional, mas ficava oficialmente proibido trazer novos escravos da África para o Brasil. Entretanto, não foram criados mecanismos para fiscalizar e combater o tráfico de escravos, e as autoridades brasileiras faziam vista grossa ao tráfico que não apenas persistia, mas ainda continuava crescendo. O número de africanos escravizados ingressando no Brasil, em vez de diminuir, cresceu ainda mais. Por ter sido criada apenas para dar uma satisfação ao governo inglês e nunca se tornar efetiva, esta lei ficou conhecida como **“lei para inglês ver”**.

Lei de educação (1837). A lei de educação foi criada para regulamentar e disciplinar a educação nas escolas públicas. No seu 3º artigo, ela determinava que eram proibidos de frequentar as escolas públicas “os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Esta lei mostra que, diante da perspectiva de que o número de negros livres se tornaria cada vez maior, e fatalmente um dia a escravidão acabaria, havia a preocupação em evitar que a população negra tivesse acesso à educação e, conseqüentemente, à ascensão social.



Bill Aberdeen (1845). O *Slave Trade Suppression Act* (conhecido como *Bill Aberdeen*) foi um decreto do governo inglês, autorizando os navios ingleses a abordarem e capturarem qualquer navio que fosse encontrado fazendo tráfico de escravos. Assim, os navios ingleses passaram a patrulhar o Atlântico, causando grandes prejuízos aos traficantes. Foi uma forma eficiente do governo inglês de pressionar para o fim do comércio de escravos, embora ele continuasse existindo por haver ainda compradores nos países que mantinham a escravidão.

Lei Eusébio de Queirós (1850). Com o aumento da pressão inglesa, foi aprovada uma nova lei no Brasil proibindo o tráfico de escravos. Mais uma vez, a escravidão e o comércio de escravos dentro do território nacional continuavam intocados, mas agora foram adotadas medidas para fiscalizar a combater a vinda de mais escravos da África para o Brasil. Embora ainda existisse o tráfico ilegal, e os comerciantes de escravos procurassem encontrar brechas legais para trazer africanos escravizados ao país, foi a partir desse momento que realmente o tráfico de escravos chegou ao fim.

Lei de Terras (1850). No mesmo ano em que o tráfico de escravos foi proibido, foi aprovada a Lei de Terras. Esta lei surgiu em função de que um dos maiores temores dos grandes latifundiários era a reforma agrária. A lei determinava que a única forma de se obter a propriedade da terra era através da compra e, portanto, não permitia o que atualmente se chama de usucapião (o direito à propriedade mediante a posse e uso da terra), e todas as terras que não pertencessem a particulares seriam consideradas pertencentes ao Estado. Na prática, esta lei garantia que os quilombolas (remanescentes dos quilombos) ou negros libertos não pudessem se tornar proprietários das terras em que viviam.

Lei Rio Branco ou lei do Ventre Livre (1871). Determinava que, se uma mulher escravizada tivesse um filho, este filho não seria legalmente escravo, seria livre. Por pressão dos proprietários de escravos, o projeto da lei foi alterado para que a criança ficasse legalmente sob responsabilidade do proprietário da sua mãe até que completasse 8 anos de idade. A partir desse momento o proprietário da escrava podia optar entre receber uma indenização ou explorar o trabalho do jovem até ele completar a maioridade, aos 21 anos.

Lei Saraiva-Cotegipe, ou lei dos Sexagenários (1885). Determinava que os escravos que tivessem completado 65 anos deveriam ser libertados. Inicialmente a lei previa a libertação aos 60 anos, mas por pressão dos fazendeiros foi alterada para que a libertação só fosse obrigatória aos 65. Caso o fazendeiro optasse por libertar o escravo aos 60, teria direito a uma indenização. Esta lei também determinava que dar proteção a um escravo fugitivo era um crime punível com a prisão.

Lei Áurea (1888). Assinada pela princesa Isabel, uma vez que dom Pedro II se encontrava ausente, esta lei extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil, sem garantir aos libertos nenhuma forma de amparo ou de compensação.

Três aspectos podem ser observados através dessa sequência de leis que levaram à eliminação gradual do trabalho escravo no Brasil:

- 1) As leis mostram que o Brasil, pela pressão das suas elites econômicas, resistiu o máximo possível à eliminação da escravidão.
- 2) Elas mostram que o Estado brasileiro teve a preocupação em eliminar a escravidão de forma lenta e gradual, fazendo com que o número de pessoas oficialmente escravizadas reduzisse lentamente, e impedindo que os grandes proprietários de escravos tivessem um grande prejuízo, como teriam se fossem obrigados a libertar seus cativos de uma só vez. Em 1850, mais de 50% da população brasileira era de pessoas escravizadas, já em 1888 elas formavam aproximadamente 5% da população. Por outro lado, essa lentidão da abolição permitiu que os grandes fazendeiros produtores de café tivessem tempo de reorganizar a produção, substituindo a mão de obra dos negros escravizados por imigrantes europeus livres (principalmente italianos).



3) Ao longo do tempo em que a escravidão foi gradualmente eliminada, houve a preocupação em garantir que a população negra não tivesse acesso à educação ou à propriedade da terra. Dessa forma, ficariam marginalizados na sociedade e afastados dos meios que lhe garantiriam ascensão social, como o acesso à empregos de melhor remuneração.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO BRASIL		
Ano	Total de escravos	% da população
1817	1.930.000	50,5 %
1874	1.540.829	15,8 %
1887	723.419	5,0 %

Fonte: MATOS, Hebe. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.

A imigração europeia

Até meados do século XIX, a Alemanha e a Itália não haviam ainda passado por um processo de unificação e formação de Estados Nacionais, como outras nações da Europa ocidental, e seus territórios ainda eram compostos por diferentes reinos. Ao mesmo tempo, não possuíam uma economia capitalista desenvolvida, não tendo passado por um processo de industrialização. Grande parte da população era miserável, os trabalhadores rurais sofriam uma exploração intensa e o número de desempregados era grande, o que gerava muitos conflitos sociais. Dessa maneira, era fácil atrair os trabalhadores destas regiões para a América, na condição de imigrantes, em busca de melhores condições de vida.

No Brasil, quando ficou claro que o fim da escravidão era inevitável, por mais que se procurasse adiá-lo, os latifundiários brasileiros (em especial os produtores de café de São Paulo), passaram a buscar na Europa a solução para a substituição da mão de obra. A eles não interessava integrar à produção os negros que saíssem da condição de escravos, colocando-os na condição de trabalhadores livres. Em vez disso preferiam trazer mão de obra da Europa para substituir os escravos, à medida em que estes fossem libertados.

Os fazendeiros passaram a enviar emissários à região da Itália, com a função de recrutar trabalhadores que quisessem vir para o Brasil. Inicialmente os próprios fazendeiros financiavam as despesas com a passagem e outros custos da viagem, e garantiam empréstimos para que os imigrantes se mantivessem até que pudessem sobreviver do seu salário. Dessa forma, os trabalhadores já chegavam ao Brasil endividados com os seus patrões e ficavam presos a obrigações. Mais tarde, o próprio governo brasileiro passou a financiar a vinda destes imigrantes.

Uma grande parte desses imigrantes europeus, porém, não se estabeleceu nas fazendas, o que representou um incremento no processo de urbanização. A população de algumas cidades (principalmente São Paulo) cresceu e se diversificou com a imigração.

Assim, a escravidão ia sendo eliminada, mas os postos de trabalho livre assalariado que surgiam não estavam disponíveis para a população negra, pois eram ocupados por imigrantes europeus. A população negra ficaria então marginalizada no mercado de trabalho, além de não ter acesso à educação e à propriedade da terra.

Com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se consolidaram as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil ao longo do século. A economia brasileira era sustentada principalmente pela exportação de café, e a urbanização se acelerou, estimulando o surgimento de algumas fábricas.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A partir de 1870, o governo imperial começou a dar mostras de debilidade, num processo de decadência que iria culminar com o golpe da Proclamação da República, em 1889. Entre as razões que levaram o Império à decadência, estão:



- As **transformações socioeconômicas** que se operavam a partir de 1850 como, o desenvolvimento da atividade cafeeira, urbanização e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.
- A **criação do Partido Republicano**, em 1870, que ganhou o apoio da burguesia cafeeira do Oeste paulista, principalmente com o fim da escravidão.
- O **conflito com o Exército**, conhecido como “**Questão Militar**”.
- O **conflito com a Igreja Católica**, ou “**Questão Religiosa**”.
- A **abolição da escravidão**, em 1888, que retirou do governo imperial o apoio que os fazendeiros mais tradicionais lhe davam.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por importantes transformações socioeconômicas que mudaram o perfil da sociedade. O trabalho escravo, por exemplo, foi sendo gradualmente substituído pelo trabalho livre e assalariado, boa parte desses trabalhadores eram imigrantes. Ao mesmo tempo, o Brasil atravessa uma grave crise econômica, a Guerra do Paraguai consumira as divisas do país e a população sofria com o aumento do custo de vida. Os cafeicultores estavam insatisfeitos com a evolução dos acontecimentos, principalmente os relacionados à extinção do trabalho escravo, pois foram atingidos em seus interesses pelas leis abolicionistas.

O movimento republicano

As ideias republicanas fizeram parte de diversos movimentos brasileiros, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador, a Praieira, etc. Contudo, somente a partir de 1870, o movimento republicano ganhou uma formação mais sólida e concreta. Neste ano, que assinala o fim da Guerra do Paraguai, foi lançado no Rio de Janeiro, o **Manifesto Republicano**, assinado por intelectuais como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marino, Rangel Pestana, etc.

O Manifesto protestava contra: a escravidão, a ligação da Igreja com o Estado, o Senado vitalício, o Poder Moderador, a falta de igualdade e de oportunidades, etc. No final, concluía: “Somos da América e queremos ser americanos”. Isso significava que, no continente americano, o Brasil era o único país que mantinha o regime monárquico e um dos últimos que ainda tinha a escravidão. Três anos depois do aparecimento do manifesto, foi fundado o Partido Republicano Paulista, na Convenção de Itu, em São Paulo. Esse partido, que se tornou um dos principais núcleos das ideias republicanas, era apoiado por importantes fazendeiros de café do oeste paulista, contando com adeptos no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em alguns setores do exército.

Entre os republicanos, existiam três principais grupos: os **positivistas**, os **liberais** e os **jacobinos**.

Os republicanos positivistas eram seguidores do positivismo, corrente de pensamento que tinha como expoente o filósofo francês Augusto Comte. O positivismo tinha como característica a crença em uma visão científica da natureza e da sociedade humana, e na ideia do progresso. Os positivistas defendiam uma república com um governo forte e centralizado, com separação entre Igreja e Estado. Eram contra a ampla participação popular nas decisões sobre o futuro do país. Acreditavam que apenas a elite teria condições de conduzir o país para o progresso. Alguns defendiam que o governo deveria ser exercido por uma ditadura militar, outros defendiam uma ditadura de intelectuais civis. Entre os defensores do positivismo estavam principalmente oficiais do exército. Seus principais líderes eram Quintino Bocaiúva, Demétrio Ribeiro e Manuel Ferraz Campos Sales.



Os republicanos liberais, ou federalistas. Defendiam uma forma de república de caráter liberal, com mais autonomia para os estados, na forma de uma república federativa, com divisão dos três poderes e separação entre Igreja e Estado. Entre os defensores deste modelo estavam principalmente as oligarquias, grandes proprietários de terra, e parte dos oficiais do exército. Para estas elites rurais, um modelo político que desse autonomia para os estados lhes daria mais poder político para controlar suas regiões. Seus principais expoentes eram o Marechal Deodoro da Fonseca, Aristides Lobo e Eduardo Wandenkolk.

Os republicanos jacobinos eram chamados assim por serem inspirados no grupo dos jacobinos da Revolução Francesa. Era a corrente republicana mais popular. Defendiam um governo com ampla liberdade de participação popular nos debates políticos e de participação nas decisões, e um governo que desenvolvesse políticas voltadas para o desenvolvimento da igualdade social. Seu principal expoente era Antônio da Silva Jardim.

Questão religiosa

Pela Constituição, a Igreja Católica era oficial, e o governo interferia nos assuntos religiosos. A atuação de alguns bispos contrários a essa interferência levou o governo a decretar a prisão dos religiosos, o que retirou o apoio da Igreja ao Império.

A submissão da Igreja ao Estado significava que, entre outras coisas, nenhuma ordem do Papa poderia vigorar no Brasil sem que fosse aprovada pelo Imperador. Ocorre que, em 1872, D. Vital e D. Macedo, respectivamente bispos de Olinda e de Belém, resolveram seguir ordens do Papa, punindo irmandades religiosas que apoiavam os maçons. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria, decidiu intervir na questão, solicitando aos bispos que suspendessem as punições. Estes se recusaram a obedecer ao imperador e por isso foram condenados a quatro anos de prisão. Em 1875, os bispos receberam o perdão imperial e foram colocados em liberdade. Contudo, o império foi perdendo o apoio da Igreja de forma irremediável.

Questão Militar

Os novos interesses dos militares entraram em choque com uma atitude de desprezo que o governo imperial tinha em relação ao Exército. Identificados com o Positivismo, os militares consolidaram a ideia da República e deveu-se a eles, através do golpe do marechal Deodoro da Fonseca, a derrubada do Império.

Depois da Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro foi adquirindo cada vez mais importância dentro da sociedade. O governo imperial, entretanto, teimava em não reconhecer essa importância, relegando-o à posição secundária, abaixo da Guarda Nacional. O descaso que alguns políticos e ministros conservadores manifestavam pelo Exército, levava-os a punir elevados oficiais por motivos qualificados como indisciplina militar. É dentro desse contexto que, em 1884, ocorre a revolta de importantes chefes do Exército, como o marechal Deodoro, contra as punições conferidas ao tenente-coronel Antônio Sena Madureira e ao coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos. Outra questão que afastou cada vez mais o exército do governo imperial foi sua posição favorável à abolição da escravidão, e sua recusa em sustentar essa modalidade de trabalho.

Questão abolicionista

Essa questão foi a mais decisiva para que o governo imperial perdesse suas bases de sustentação. Os senhores de escravos, principalmente os produtores de café do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense, não se conformaram com a abolição da escravidão e com o fato de não terem sido indenizados na Lei Áurea. Sentindo-se abandonados pela monarquia, deixaram de apoiá-la, e passaram a defender a república. Estes que só aderiram ao movimento republicano após o fim da escravidão foram chamados de “republicanos de 13 de maio”.

Um diálogo que teria ocorrido entre a Princesa Isabel e o Barão de Cotegipe ilustra bem a



situação. Após assinar a Lei Áurea, a princesa teria perguntado ao barão: “Então, senhor Barão, ganhei ou não ganhei a partida?”, e o barão teria respondido “Ganhou a partida, mas perdeu o trono”.

A Proclamação da República

A oposição de tantos setores da sociedade contra a monarquia, tornou possível o tranquilo sucesso do golpe político que instaurou a república no Brasil. A partir de 1888, oficiais do exército, organizados em torno do Clube Militar, se aliaram aos latifundiários e passaram a tramar a queda do governo monárquico. No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca comandou a derrubada de D. Pedro II do trono, proclamando que a monarquia havia terminado, e tornando-se o primeiro presidente do Brasil.

“Desta forma, sem apoio de grupos poderosos, o Império foi derrubado com um simples golpe. D. Pedro II foi exilado e a República Proclamada.”

Adaptado a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA.
História: Os caminhos do homem.vol.3. Ed. Lê. Minas Gerais, 1995.

16. A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Adaptado a partir de: MARQUES. Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura - História: Os caminhos do homem. vol.3 - Ed. Lê - Minas Gerais - 1995.

O período compreendido entre a Proclamação da República (1889), até a derrubada do presidente Washington Luís (1930), é o que os historiadores chamam de **Primeira República** ou **República Velha**. Dela, fazem parte ainda dois subperíodos, a **República da Espada (1889 a 1894)**, porque seus dois primeiros presidentes foram militares; e a **República Oligárquica (1894 a 1930)**, marcada pelo controle do poder político pelas **oligarquias** (elites rurais, formadas pelos latifundiários), através de acordos que preservavam seus interesses.

A REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894)

Durante os primeiros anos do regime republicano, a presidência foi exercida por dois militares, e ficou conhecida como “República da Espada”.

O Governo Provisório (1889-1891)

Após o golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que destituiu D. Pedro II do trono e extinguiu a monarquia, proclamando a república, ocorreu a formação de um **Governo Provisório**, com o próprio **Deodoro da Fonseca** ocupando a presidência. O vice-presidente era outro militar, o General **Floriano Peixoto**. A escolha dos dois nomes era resultado de um acordo entre dois dos grupos republicanos. Deodoro fazia parte dos militares ligados às oligarquias, os liberais, enquanto o vice Floriano fazia parte do grupo dos positivistas. O ministério também foi formado por pessoas ligadas a estes dois grupos do movimento republicano. O grupo dos jacobinos, que defendiam um modelo de república com mais participação popular, não teve representantes no governo. O Governo Provisório deveria governar o país até que houvesse uma nova Constituição definindo o modelo político da República.

As funções do Governo Provisório eram o encaminhamento dos problemas mais urgentes no novo regime, assegurando-lhe um mínimo de estabilidade. Foi uma fase plena de atos administrativos e políticos, entre eles destacam-se os seguintes:

- Expulsão de D. Pedro II e da família real.
- Proclamação da república federativa, com transformação das províncias em estados.
- Não reconhecimento de qualquer governo estadual que fosse contrário à república.
- Convocação de eleições para formação de uma Assembleia Constituinte, que deveria dis-



cutir e aprovar a nova Constituição brasileira a partir de um projeto enviado pelo Governo provisório.

- Separação entre Estado e Igreja.
- A aprovação de um projeto de naturalização dos estrangeiros.

O Encilhamento

Uma das questões mais importantes do Governo Provisório, que gerou as primeiras crises da República, foi a reforma financeira posta em prática por Rui Barbosa, conhecida pelo nome de **encilhamento**. O encilhamento foi caracterizado pelo aumento na emissão de moeda, a facilitação na criação de sociedades anônimas, e organização do comércio de ações na bolsa de valores, redução nas taxas de importação de matérias primas e equipamentos, e aumento nas taxas de importação de produtos industrializados. O objetivo destas medidas era incentivar o surgimento de indústrias no Brasil, mas o resultado foi uma grande crise marcada pela grande desvalorização da moeda, aumento do custo de vida e falências.

A Constituição de 1891

Foi nomeada uma comissão para elaborar o projeto de uma Constituição Republicana, que deveria ser apresentada ao Congresso Constituinte. A fonte de inspiração desta Constituição foi a Constituição dos Estados Unidos da América. A Constituição brasileira de 1891 foi vigente até 1930.

- O Brasil passa a ser uma **república federativa**, com as antigas províncias transformadas em estados membros.
- Os estados possuíam uma **grande autonomia financeira, administrativa e jurídica**. Cada estado deveria ter sua própria constituição, constituir sua própria força pública armada e suas instituições jurídicas. Podiam contrair empréstimos no exterior e administrar os impostos cobrados na exportação, além de cobrar impostos no comércio entre estados.
- **Regime presidencialista**, com mandato de quatro anos.
- Poderes executivo, legislativo e judiciário, independentes entre si, nos níveis federal e estadual, com o legislativo bicameral no nível federal (duas câmaras, a Câmara dos Deputados e o Senado).
- **Direito ao voto para homens, alfabetizados e com 21 anos**. Ou seja, ficavam excluídos do direito ao voto os analfabetos e as mulheres.
- **Separação entre Igreja e Estado**. O Estado brasileiro passa a ser laico, ou seja, não deve seguir qualquer religião. As escolas públicas devem garantir o ensino laico. É garantida a liberdade de culto e o casamento civil é reconhecido.

A Constituição de 1891 era caracterizada pela falta de mecanismos de promoção da igualdade social. Nenhum artigo fazia menção ao direito à educação. O número de pessoas com direito ao voto ficava restrito à uma parcela mínima da população.

Estando pronta a nova Constituição, as regras da transição determinavam que o próximo governo seria eleito pela Assembleia Constituinte, cujos membros iriam compor o Congresso Nacional. Os vitoriosos foram, como presidente, Deodoro da Fonseca, e como vice-presidente, Floriano Peixoto. Embora ambos já ocupassem estes cargos no governo provisório, eles haviam concorrido em chapas diferentes.

Primeira Revolta da Armada e a renúncia de Deodoro

O governo constitucional de Deodoro foi marcado pelo autoritarismo e pela crise econômica resultante da política do encilhamento. Em novembro de 1891 Deodoro determinou a dissolução do Congresso Nacional e decretou estado de sítio. Quando militares, parlamentares e grupos da população urbana do Rio de Janeiro se rebelaram contra as medidas, Floriano Peixoto apoiou os rebeldes. Uma greve dos ferroviários teve início. Oficiais da Marinha que estavam em navios



ancorados na Baía da Guanabara passaram a exigir a renúncia de Deodoro, e atiraram contra o Rio de Janeiro. No dia 23 de novembro, Deodoro renunciou à presidência.

O Governo Floriano Peixoto (1891-1894)

O mandato constitucional de Deodoro só durou de fevereiro até novembro de 1891, quando ele renunciou à presidência, passando o cargo ao vice-presidente Floriano Peixoto. No seu governo, Floriano tentou atrair as camadas médias da população que estavam insatisfeitas desde antes da proclamação e não conseguiam ver vantagens na República. Porém, seu governo também enfrentou revoltas de grupos insatisfeitos.

Revolta federalista

A Revolta Federalista foi um conflito iniciado em 1893, que envolveu Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As lutas partidárias transformaram-se em uma longa e sangrenta guerra civil. Teve início como um movimento para depor Júlio de Castilhos do governo do Rio Grande do Sul. O chefe civil era Gaspar Silveira Martins, que não estabeleceu um plano de ação e nem um programa porque queria aglutinar todos os perseguidos, dissidentes, monarquistas, republicanos, parlamentaristas, presidencialistas, que fossem contra Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto.

Júlio de Castilhos não permitia que partidos da oposição participassem do governo, as eleições eram fraudulentas e os opositores perseguidos, fuzilados ou degolados. O Rio Grande do Sul dividiu-se politicamente entre os **Republicanos (apelidados depíca-paus)**, partidários de Júlio de Castilhos, e apoiados pelo presidente Floriano, que se distinguiam por usar no pescoço um lenço branco; e os **Federalistas (apelidados de maragatos)**, liderados por Gaspar Silveira Martins, que utilizavam um lenço vermelho. Em Santa Catarina as cores dos lenços eram invertidas.

Os federalistas desejavam um sistema parlamentar que garantisse maior autonomia aos estados, enquanto os castilhistas defendiam o governo central. O conflito terminou em 1895 com a derrota dos federalistas.

Segunda Revolta da Armada

Em 1893, alguns meses depois de iniciada a revolta, os rebeldes federalistas tiveram apoio de parte dos oficiais da marinha, que se rebelaram contra o governo de Floriano Peixoto e, a partir de navios ancorados na Baía da Guanabara, bombardearam o Rio de Janeiro. Floriano reprimiu com força o movimento, derrotando-o. Alguns rebeldes foram para o sul e se uniram aos rebeldes federalistas para seguir lutando contra o governo.

A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894-1930)

Após o estabelecimento de eleições regulares e o fim da República da Espada, teve início o período chamado de **República Oligárquica**. É chamada assim por ser justamente uma república onde as **oligarquias**, ou seja, as elites rurais formadas por grandes latifundiários, controlavam os mecanismos de poder, e as políticas do Estado eram voltadas para atender aos interesses desta classe social. O governo Campos Sales estabeleceu uma forma de garantir que o presidente tivesse sempre o apoio do Legislativo, evitando conflitos como os que ocorreram anteriormente. A República Oligárquica tinha três características essenciais: o **coronelismo**, a **política dos governadores**, e a aliança **café com leite**.

- **Coronelismo**. Os grandes fazendeiros que atuavam como líderes políticos locais no meio rural eram conhecidos como “coronéis”. O coronelismo consistia num compromisso entre os coronéis e o poder público. Os coronéis determinavam em quem os eleitores deveriam votar, e mantinham o poder sobre prefeitos, vereadores e deputados. São práticas próprias do coronelismo o **clientelismo** e o **voto de cabresto**, em que o voto dos eleitores mais pobres é cooptado com a distribuição de gêneros de primeira necessidade, dinheiro, com a promoção do desenvolvimento local, ou mesmo com o uso da coação e da violência. O grupo de eleitores que cada coronel con-



trola é chamado de “**curral eleitoral**”. O número de eleitores era muito pequeno, e o voto não era secreto, era o “voto aberto”, onde o eleitor dizia aos mesários o nome de seu candidato. Dessa forma tornava-se fácil controlar os eleitores.

- **Política dos governadores.** Formou-se um grande acordo entre o governo federal e os governos estaduais. Os governadores dos estados controlavam as eleições legislativas, garantindo que os deputados federais e os senadores eleitos fossem aliados ao governo federal. Em troca, os estados que garantissem mais apoio ao presidente eram beneficiados com mais recursos financeiros e obras, além de não haver interferência do poder federal nos assuntos locais. Havia também a **Comissão de Verificação de Poderes**, que tinha autoridade para invalidar a eleição de algum deputado que fizesse oposição ao presidente. Desta forma, a maioria dos estados, assim como, a maioria dos deputados federais e senadores, apoiava o governo federal.

- **Aliança café com leite.** Os dois estados mais populosos e ricos eram São Paulo e Minas Gerais, o que lhes dava uma grande capacidade de pressão na defesa dos interesses de suas oligarquias. Formou-se uma aliança entre as oligarquias destes dois estados, representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), que se revezariam no poder. Os demais estados tendiam a apoiar o candidato dos paulistas e mineiros, em função da política dos governadores.

As revoltas populares na República Velha

Durante a República Velha, muitos se revoltaram com a situação de miséria e opressão de que eram vítimas. Em reação a essas condições, surgiram movimentos como a **Revolta de Canudos**, a **Revolta do Contestado**, a **Revolta da Vacina**, a **Revolta da Chibata**, entre outras.

Revolta de Canudos(1893-1897)

A situação era especialmente difícil no Nordeste, onde a fome e a miséria decorrentes da estrutura latifundiária eram agravadas pelas calamidades naturais. Morreram aproximadamente trezentos mil nordestinos na grande seca de 1877 a 1879.

Um fenômeno que se tornou comum entre as comunidades miseráveis foi o **messianismo**. A palavra messianismo é derivada de messias, que significa “enviado de Deus” ou “salvador”. O termo messianismo também é utilizado por historiadores, sociólogos e outros estudiosos para designar a crença de um grupo em um líder político-religioso (líder messiânico) considerado capaz de conduzir determinada coletividade a uma “nova era de justiça e felicidade”. Geralmente, a crença messiânica desenvolve-se como uma esperança de vida melhor entre pessoas castigadas pelo sofrimento cotidiano, pela miséria e pelas injustiças sociais.

Na história do Brasil, o termo messianismo é usado para denominar os movimentos sociais nos quais milhares de sertanejos, de áreas rurais pobres, fundaram comunidades comandadas por um líder religioso. Atribuía-se a esse líder, dons como o de fazer milagres, realizar curas e profetizar acontecimentos.

Nas últimas décadas do século XIX, uma série de condições contribuiu para agravar o sofrimento de milhares de sertanejos do nordeste: o declínio da produção açucareira, as constantes secas, a prepotência dos coronéis e os novos rumos políticos do país, com a República.

Foi nesse contexto de opressão e desesperanças, durante o mandato do presidente Prudente de Moraes que, Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de **Antônio Conselheiro**, encontrou ambiente propício para suas pregações político-religiosas. Desconsiderando certas mudanças surgidas com a República, Conselheiro declarava-se, por exemplo, contra o casamento civil e, por isso, foi identificado como fanático religioso e monarquista. Desde 1870, fazia pregações que atraíam crescente número de pessoas do sertão nordestino. Um de seus lemas era: “A terra não tem dono, a terra é de todos”.



Conselheiro tinha 65 anos quando, em 1893, chegou a uma velha fazenda abandonada no sertão baiano, situada às margens do rio Vasa-Barris, onde liderou a formação do **povoado de Belo Monte, que ficou conhecido como Canudos**.

Milhares de pessoas se mudaram para Canudos: sertanejos sem-terra, vaqueiros, ex-escravos, pequenos proprietários pobres, homens e mulheres perseguidos pelos coronéis ou pela polícia. Buscavam paz e justiça em meio à fome e a seca do sertão. Em pouco tempo, o povoado se tornou numa das localidades mais populosas da Bahia, reunindo entre 20 mil e 30 mil habitantes.

Comandada por Conselheiro, a população de Canudos vivia, segundo alguns pesquisadores, num sistema comunitário em que as colheitas, os rebanhos e o fruto do trabalho eram repartidos. O que restava era vendido ou trocado com os povoados vizinhos, só havia propriedade privada dos bens de uso pessoal (roupas, móveis), não havia cobrança de impostos. A prostituição e a venda de bebidas alcoólicas eram proibidas. O povoado tinha normas próprias, representando uma alternativa de sociedade para os sertanejos que fugiam da dominação dos grandes coronéis. Os fazendeiros baianos e a elite política local temiam o crescimento de Canudos. Para a igreja católica, Antônio Conselheiro e seus seguidores desviavam os fiéis; para os proprietários de terra e o governo, canudos representava uma ameaça, tanto pela ocupação das terras, quanto pela recusa ao pagamento de impostos.

No discurso dos governos e da elite brasileira, a comunidade de Canudos se limitava a um bando de fanáticos, loucos e monarquistas ou anarquistas, e a conflito era simplesmente resultado de ignorância e fanatismo. Esta visão da história de Canudos predominou por muito tempo. Não era levado em conta que um dos principais motivos de união dos sertanejos de Canudos era a necessidade de escapar da fome e da violência, e o messianismo foi a melhor maneira encontrada pelos sertanejos para traduzir sua vontade de construir uma ordem social diferente.

As tropas dos coronéis locais e do governo estadual baiano não conseguiram esmagar a comunidade de Canudos, que se preparou para resistir aos ataques. Assim, o governo federal entrou na luta, enviando ao povoado várias tropas militares, que também foram derrotadas. Finalmente, um poderoso exército de cerca de 7 mil homens foi organizado pelo ministro da Guerra, e Canudos foi destruído em 5 de outubro de 1897. Mais de 5 mil casas foram incendiadas pelo exército. A população sertaneja morreu defendendo sua comunidade, numa das mais trágicas lutas da história da República. Para justificar ou amenizar as notícias sobre o massacre daquela comunidade, que tiveram momentos de extrema crueldade e sadismo, tornou-se comum usar a expressão **“Guerra de Canudos”**, dando a ideia de que se tratava de uma guerra, e não do massacre de uma população civil.

Revolta da Vacina (1904)

Até o final do século XIX, grande parte da população pobre do Rio de Janeiro encontrava-se concentrada principalmente na área próxima ao porto, onde havia muitos becos, casebres e cortiços (antigos casarões degradados usados para aluguel de peças) em que viviam famílias pobres de ex-escravos, migrantes vindos de lavouras decadentes e trabalhadores da zona portuária. A zona central da cidade era desorganizada e sem estrutura de saneamento satisfatória, além de não existir um limite claro entre uma zona “nobre” e bairros pobres. Após a Proclamação da República, porém, muitos defendiam a modernização e o embelezamento da cidade, que era a capital do país, além de ter o seu mais importante porto, por onde chegavam os estrangeiros que visitavam o Brasil. O Rio de Janeiro deveria ser o cartão postal do país.

No início do século XX, o Rio de Janeiro estava passando por um grande processo de reurbanização. A área central da cidade, próxima à praia e ao porto, foi planejada e passou por uma grande reforma para a abertura da Avenida Central, ruas planejadas e praças, além da instalação de obras de saneamento. Os cortiços e casebres foram derrubados, e as famílias



pobres iam sendo expulsas de onde viviam, sem receber indenização ou qualquer compensação, e sem realocação em outras moradias. Esta população pobre foi empurrada para as encostas dos morros que rodeiam a área central da cidade, onde se instalavam por conta própria, sem ajuda do governo.

Por um lado, na área central eram investidas imensas quantias, criando infra-estrutura e fazendo com que o valor dos terrenos e imóveis se multiplicasse. Isso favoreceu a especulação imobiliária e transformou a região numa “zona nobre”. Por outro lado, nos morros onde a população pobre se instalava, o poder público não fazia nenhum investimento, deixando estas famílias abandonadas à própria sorte, sem água encanada, esgoto, ruas pavimentadas ou energia elétrica.

Nestas vilas que surgiam, se agravavam os problemas de saúde causados pela falta de saneamento básico. A cidade passou por várias epidemias de doenças como peste bubônica, febre amarela, tuberculose, varíola, difteria.

O presidente Rodrigues Alves incumbiu o **médico sanitário Oswaldo Cruz** de erradicar as doenças que assolavam a cidade. O médico instituiu uma **campanha de vacinação obrigatória** para a varíola e a febre amarela. A vacina era uma descoberta recente na época, pouco conhecida no mundo, e inédita no Brasil. Porém, o governo não teve a preocupação de fazer uma campanha de esclarecimento e educação, informando a população sobre o que era a vacina. Além disso, a campanha de vacinação foi extremamente autoritária: a vacinação era obrigatória, foram criados “batalhões” de vacinadores, que eram acompanhados pela força policial e tinham autoridade para vacinar as pessoas à força, e nos casos em que a residência fosse considerada insalubre poderiam determinar a demolição do imóvel sem indenização ou ajuda ao morador.

O autoritarismo e a violência da campanha de vacinação obrigatória provocaram uma reação violenta da população. Teve início uma onda de protestos e tumultos. A população desceu dos morros para a zona central, utilizando o material das obras como armas e depredando bondes, postes de iluminação, edifícios, fechando ruas e enfrentando a polícia. A polícia do Rio de Janeiro recebeu reforço do exército e das polícias de São Paulo e de Minas Gerais. Os tumultos duraram dez dias. O governo autorizou a prisão de quem não comprovasse emprego fixo e residência, o que atingia a maior parte da população pobre da cidade. Dos 945, quase metade já tinha antecedentes criminais, e por isso foram deportados para a Amazônia. Houve muitos feridos e 23 mortos.

Os grupos de oposição ao governo aproveitaram-se dos tumultos para atacar o governo. Por outro lado, as elites consideraram este episódio simplesmente como resultado da ignorância da população pobre, que não entendia o valor da ciência e atrapalhava o progresso.

Revolta da Chibata (1910)

No início do século XX, a grande maioria dos marinheiros da marinha brasileira era formada por homens negros e pobres. Eram tratados com desprezo pelos oficiais, recebiam alimentação de péssima qualidade, frequentemente estragada, viviam alojados em condições precárias, recebiam soldos (salários) muito baixos e, além de tudo, o regimento disciplinar permitia que fossem punidos com **chibatadas**, inclusive em infrações leves.

Em 22 de Novembro de 1910, no Rio de Janeiro, teve início uma revolta de aproximadamente 2 mil membros da marinha brasileira, liderada pelo marinheiro **João Cândido Felisberto**, que ganhou o apelido de **Almirante Negro**. Primeiro, os revoltosos tomaram o comando do encouraçado Minas Gerais e, em seguida, outros marujos assumiram o controle dos navios São Paulo, Bahia e Deodoro. Os revoltosos faziam várias reivindicações, sendo a principal o **fim imediato dos castigos físicos**. Exigiam também que os marinheiros participantes da revolta fossem anistiados e não sofressem punição por terem participado do protesto. Os revoltosos também ameaçavam bombardear a capital caso as exigências não fossem atendidas.



O governo, o congresso e a marinha não entravam em acordo sobre como agir. Muitos consideravam que atender as exigências seria incentivar a quebra da hierarquia nas forças armadas. Diante a demora, os revoltosos bombardearam o Palácio do Catete (sede do governo) e as instalações da marinha. O governo aceitou então as exigências, e os rebeldes entregaram os navios no dia 27 de novembro. A Câmara dos deputados rapidamente aprovou um projeto que acabava com as chibatadas e os marinheiros receberam a promessa de anistia.

Entretanto, dois dias depois vários participantes da revolta foram expulsos, o que levou os marinheiros a iniciar outra rebelião, desta vez no forte da Ilha das Cobras. O governo iniciou uma repressão violenta, bombardeando a fortificação. Os que sobreviveram ao bombardeio foram presos e torturados, e os que resistiram foram enviados para o Acre, vários deles sendo executados no caminho. Um dos poucos que sobreviveu foi o líder João Cândido, que ficou preso até ser julgado e absolvido em 1912. Ele viveu na miséria até 1969.

Revolta do Contestado (1912-1916)

Assim como a Revolta de Canudos, a **Revolta do Contestado** foi um movimento **messiânico**, ou seja, caracterizado por ter um líder religioso considerado pelos seguidores como um homem santo. A região chamada de Contestado situava-se na região de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, e era chamada de “contestada” por estar em disputa pelos dois estados.

Nesta região se instalaram muitos sertanejos sem-terra e famintos que trabalhavam sob duras condições para os fazendeiros locais, e para duas empresas norte-americanas que ali atuavam: a *Southern Brazil Lumber and Colonization*, de exportação de madeira e colonização, e a *Brazil Railway*, uma companhia ferroviária.

Os problemas sociais e as disputas pela terra agravaram-se quando a empresa *Brazil Railway* passou a contratar trabalhadores em outros estados para a construção de estradas de ferro, pagando salários muito baixos. Em 1910, quando a ferrovia ficou pronta, a empresa mandou embora todos os seus funcionários, cerca de 8.000 homens. Sem casa, sem dinheiro e sem ter como voltar para os seus estados, eles passaram a perambular pela região, saqueando, invadindo propriedades e até se oferecendo como jagunços (homens armados) aos coronéis. Tudo isso fez crescer muito as tensões sociais e políticas. Os sertanejos do Contestado começaram a se organizar sob a liderança de um “monge”, chamado João Maria. Após sua morte, seu lugar foi ocupado por outro “monge”, Miguel Lucena Boaventura, conhecido como “José Maria”.

José Maria reuniu mais de 20 mil sertanejos e fundou com eles, alguns povoados que compunham a chamada “**Monarquia Celeste**”. Assim como em Canudos, a “monarquia” do contestado tinha um governo próprio e normas igualitárias, não obedecendo às ordens das autoridades da república. Os sertanejos do contestado foram violentamente reprimidos pelos coronéis, além dos donos das empresas estrangeiras, com o apoio das tropas do governo. O objetivo era destruir a organização comunitária e expulsar os sertanejos das terras que ocupavam. Em novembro de 1912, José Maria foi morto em combate e “santificado” pelos moradores da região. Seus seguidores, entretanto, criaram novos núcleos da Monarquia Celeste, depois combatidos e destruídos pelas tropas do exército brasileiro. Em 1912, os últimos núcleos foram arrasados por tropas de 7 mil homens armados de canhões, metralhadoras e até alguns aviões de bombardeio, pela primeira vez usados como arma de combate no Brasil.

Os movimentos operários

As condições de trabalho do operariado na República Velha eram subumanas, assemelhando-se às condições dos trabalhadores ingleses no início da Revolução Industrial, antes do surgimento de direitos trabalhistas. Os operários trabalhavam de segunda a sábado, até 15 horas por dia, e às vezes eram obrigados a trabalhar também aos domingos. Os salários eram muito baixos, obrigando marido, mulher e crianças a trabalharem para manter a família. Não havia



salário mínimo, direito a férias, pagamento por horas extras, jornada máxima de trabalho. Sem direito a aviso prévio ou qualquer indenização, o trabalhador podia ser demitido em qualquer momento, quando o patrão quisesse.

Além disso, as instalações das fábricas geralmente eram ruins. Nos galpões de serviço não havia espaço suficiente para o amontoado de máquinas. Os ambientes eram mal iluminados e sem ventilação. Os donos das fábricas não tinham nenhum cuidado com a higiene dos locais de serviço. Tudo isso favorecia a ocorrência de muitos acidentes de trabalho, cujas principais vítimas eram as crianças operárias.

Os inúmeros acidentes no ambiente de trabalho, os baixos salários e as longas jornadas sem descanso provocaram protestos e reivindicações dos operários. Surgiram, então, as primeiras associações operárias, que dariam origem aos sindicatos, lutando por salários mais justos, melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. Era o início do **movimento operário** no Brasil.

Estes movimentos operários, desde o início, foram influenciados por ideologias e movimentos políticos que já estavam bem difundidas entre os trabalhadores europeus. Entre os primeiros movimentos operários, destacou-se a influência do **anarquismo**. O movimento anarquista era forte entre os trabalhadores europeus, principalmente na Itália e na Espanha, de onde vieram várias levadas de imigrantes para o Brasil. O movimento anarquista usava as greves e os protestos como principal instrumento de luta, e não tinha a intenção de entrar nas disputas políticas e partidárias.

Outro movimento político e social influente na Europa era o **socialismo**, principalmente após a divulgação das ideias de Marx e Engels, na segunda metade do século XIX. No Brasil, nas duas primeiras décadas do século XX, as ideias socialistas eram menos influentes do que as ideias anarquistas. Após a Revolução Russa, porém, com o surgimento de uma nação socialista na Europa, este movimento passou a ganhar mais força e a influenciar os movimentos dos trabalhadores do mundo inteiro, inclusive os brasileiros. Ao contrário dos anarquistas, os socialistas acreditavam que não bastava promover greves e protestos. Era necessário organizar politicamente os trabalhadores e criar um partido político que realmente os representasse, ou seja, um partido operário que disputasse as eleições para os cargos do legislativo e do executivo. Em 1922, foi fundado o **PCB (Partido Comunista do Brasil)**, ligado ao movimento **Comintern**, o movimento comunista internacional liderado pelo Partido Comunista soviético (PCUS), também chamado de **Terceira Internacional**. Porém, pouco tempo após sua fundação, o PCB foi considerado ilegal e fechado, se mantendo na clandestinidade.

Greve geral de 1917

Em julho de 1917, foi organizada em São Paulo a primeira grande greve geral da história do Brasil. Após a morte do operário Antônio Martinez pela polícia na porta de uma fábrica do grupo Matarazzo, a paralisação grevista atingiu toda a cidade de São Paulo, e em seguida ganhou adesão em outras regiões. Mais de 50 mil operários participaram da greve. Nas ruas surgiram muitos conflitos entre a polícia e os trabalhadores. Revoltados com a violência das autoridades, os operários fizeram passeatas, comícios e piquetes, e levantaram barricadas para se defender da polícia.

Assustados com o movimento operário, o governo e os industriais resolveram negociar. Prometeram elevar os salários e melhorar as condições de trabalho. Além disso, assumiram o compromisso de não punir os grevistas, caso todos voltassem normalmente ao trabalho.

Todas essas concessões eram provisórias, não havia interesse real das classes dominantes em melhorar as condições sociais dos trabalhadores. O último presidente da República Velha, Washington Luís, dizia que **a questão social era “caso de polícia”**. Para a classe dominante, a revolta social dos trabalhadores devia ser tratada com repressão policial.



A semana de arte moderna

O ano de 1922 foi marcado por alguns importantes acontecimentos no cenário nacional, entre eles a Revolta do Forte e a fundação do PCB. As cidades cresciam e se modernizavam, principalmente São Paulo, que já tinha cerca de 600 mil habitantes, e o Rio de Janeiro, com mais de 1 milhão.

Nesse contexto, surgiu entre artistas e intelectuais brasileiros o **movimento modernista**, que desejava a remodelação da arte brasileira, reagindo às formas tradicionais das artes plásticas e da literatura. Esse movimento teve como marco inicial a exposição da artista Anita Malfatti, realizada em São Paulo em 1917, intitulada “**Exposição de Pintura Moderna Anita Malfatti**”, que reunia obras de tendência expressionista. Porém, a exposição foi extremamente criticada em função da mentalidade provinciana e conservadora que predominava.

Apenas cinco anos mais tarde o modernismo brasileiro ganharia destaque, com a **Semana de Arte Moderna**, também chamada de **Semana de 22**, realizada em São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Tendo como palco o Teatro Municipal de São Paulo, a semana contou com recitais de poesia, exposições de pintura e escultura, festivais de música e conferência sobre artes. Os nomes que mais se destacaram na Semana de Arte Moderna foram os dos escritores Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Ronaldo de Carvalho, Oswald de Andrade; dos músicos Heitor Villa-Lobos e Ernani Braga; dos artistas plásticos Emiliano Oi Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.

Um dos objetivos do movimento modernista era reagir criticamente contra os padrões considerados arcaicos da nossa arte (pintura, escultura, literatura), e a invasão cultural estrangeira que despersonalizava o Brasil. As obras e ideias apresentadas na Semana de Arte Moderna provocaram forte reação dos setores conservadores, mas conseguiram impor-se com o tempo.

O Tenentismo

No início da década de 1920, crescia o descontentamento social contra o tradicional sistema oligárquico que dominava a política brasileira. Essa insatisfação era particularmente notada entre as populações dos grandes centros urbanos, que não estavam diretamente sujeitas às pressões dos “coronéis”. O clima da revolta atingiu o exército, difundindo-se principalmente entre os oficiais mais jovens, os tenentes.

Tenentismo é o termo como ficou conhecido o movimento político que, sob a liderança de jovens oficiais do exército, principalmente tenentes, pretendia conquistar o poder pela luta armada e promover reformas no país. Denunciavam os vícios do sistema representativo oligárquico, e exigiam uma reforma eleitoral, com uma justiça eleitoral e voto secreto; reivindicavam a moralização da administração pública e o fim da corrupção; e também reivindicavam a defesa da economia nacional contra a exploração das empresas e do capital estrangeiro, e a reformada educação pública para que o ensino fosse gratuito e obrigatório para todos os brasileiros.

A maioria das propostas do tenentismo contava com a simpatia de grande parte das classes médias urbanas, dos produtores rurais excluídos do controle do poder político, e de alguns empresários que desejavam mais incentivo para o desenvolvimento industrial.

Nas palavras do historiador Boris Fausto, os tenentes pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstituir o Estado para construir a nação.

Embora não chegasse a formular um programa antiliberal, os “tenentes” não acreditavam que o “liberalismo autêntico” fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade.



Revolta do Forte de Copacabana (1922)

A primeira revolta tenentista teve início em 5 de julho de 1922. Os líderes tenentistas haviam planejado uma revolta que incluía diversos quartéis, com o objetivo de impedir a posse do presidente Arthur Bernardes, representante da aliança “café com leite” que recém havia sido eleito presidente.

Entretanto, informações sobre a revolta chegaram ao governo e os comandos de alguns quartéis foram trocados. Além disso, os oficiais de alta patente preferiam não se envolver na luta contra o governo oligárquico. Apenas o **Forte de Copacabana**, no Rio de Janeiro, se rebelou, contando com uma tropa de aproximadamente 300 homens.

Durante o dia o forte foi bombardeado. Sabendo que não haveria apoio de outros quartéis, e com o forte cercado pelas tropas leais ao governo, os rebeldes perceberam que não havia chance de prosseguir com os planos de derrubar o governo. Os oficiais então dispensaram a tropa e permaneceu apenas um pequeno grupo de militares, entre oficiais e soldados, que mais tarde saiu do forte e seguiu pela Avenida Atlântica em direção ao Leme. Parte do grupo se dispersou, até que restaram apenas 17 militares, aos quais se juntou o civil Otávio Correa, até serem derrotados na altura do posto 3 da praia de Copacabana. Embora existam dúvidas sobre o número de participantes, o número 18 foi divulgado pela imprensa, razão pela qual a revolta ficou conhecida também como **Revolta dos 18 do Forte**.

A Coluna Prestes

Exatamente dois anos após a Revolta do Forte de Copacabana, em julho de 1924, teve início outra rebelião tenentista, desta vez muito maior, com adesão de muitos oficiais e soldados, e com muitos quartéis sob controle dos rebeldes. A revolta foi especialmente forte em São Paulo, onde os rebeldes controlaram a cidade por 23 dias, chegando a estabelecer um governo municipal rebelde. As tropas leais ao governo cercaram a cidade e a bombardearam fortemente, inclusive com uso de aviões. Não tendo condições de resistir por muito tempo, os militares rebeldes abandonaram São Paulo e, após terem alguns enfrentamentos com tropas do governo, se dirigiram para a cidade de Foz do Iguaçu.

No Rio Grande do Sul, na cidade de Santo Ângelo, as notícias dos acontecimentos de São Paulo deram ânimo a militares tenentistas, que em outubro iniciaram uma revolta liderada pelo capitão **Luís Carlos Prestes**. Quartéis em outras cidades do estado também se rebelaram.

As tropas gaúchas, após alguns combates, conseguiram vencer o cerco das tropas governistas e se deslocaram através de Santa Catarina e Paraná, deslocando-se até Foz do Iguaçu. Onde se reuniram com os remanescentes das tropas paulistas. Iniciava-se ali a Coluna Prestes, que iria percorrer o país, procurando o apoio popular para novas revoltas contra o governo. A estratégia era a chamada “guerra de movimento”, ou “guerra de guerrilha”, onde os rebeldes se mantinham em movimento constante, tendo enfrentamentos esporádicos com as tropas do governo e escapando ao cerco.

Durante mais de dois anos (de 1925 a 1927), a Coluna Prestes percorreu 24 mil quilômetros através de 12 estados brasileiros. Em 1927, estando já muito enfraquecidos e em condições precárias, os homens que ainda permaneciam na Coluna decidiram se dispersar. Parte da coluna, liderada por Siqueira Campos, chegou ao Paraguai, e outros, liderados por Prestes, entraram na Bolívia.

A Coluna Prestes não conseguiu provocar revoltas capazes de ameaçar seriamente o governo, mas também não foi derrotada por ele. Isso demonstrava que o poder na República Oligárquica não era inatacável. A Revolta do Forte de Copacabana, as revoltas de 1924 e a Coluna Prestes, não produziram efeitos imediatos na estrutura política brasileira. Contudo, representavam a força da revolta contra o poder e os privilégios das oligarquias.

Luís Carlos Prestes, após passar três anos exilado na Argentina, onde se dedicou a estudar as obras de Marx e as teorias socialistas, voltou ao Brasil em 1930, rompendo com o movimento



tenentista e tornando-se um dos principais líderes do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Acrise do café

O ano de 1929 foi especialmente difícil para os cafeicultores brasileiros. A produção de café daquele ano atingiu, aproximadamente, 21 milhões de sacas, mas apenas 14 milhões delas foram exportadas. A principal causa dessa queda tão brusca das exportações cafeeiras foi a Crise de 1929, quando as ações da bolsa de valores perderam quase todo seu valor, empresas e bancos foram à falência e milhões de trabalhadores norte-americanos ficaram desempregados. Sem poder vender, os comerciantes norte-americanos também deixaram de comprar. Isso afetou gravemente a economia dos países que dependiam de exportações para os Estados Unidos. Foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café para o mercado norte-americano. O preço da saca de café despencou, caindo em mais de 50%, entre 1929 e 1930. Foi um desastre econômico que levou muitos cafeicultores à falência.

A produção de café seguia o modelo de monocultura voltada para exportação, em latifúndios, e a sua crise afetou diversos setores da economia brasileira da época. A maior parte do capital estava investido nessa atividade, além disso, os lucros da exportação de café é que permitiam acumular o capital que se transferia para outras áreas, como importações, produção de alimentos, investimento em indústrias, comércio e atividades bancárias. O investimento na infra-estrutura de transporte, como estradas, ferrovias e portos da região Sudeste, existia principalmente em função do transporte do café. Assim, uma crise na produção de café prejudicava toda a economia brasileira.

Crise política da República Oligárquica

As eleições de 1930 foram realizadas sob o clima de tensão econômica da Crise de 1929 e a queda no preço do café no mercado internacional. Pelo acordo da aliança “café com leite”, naquela eleição esperava-se que o presidente Washington Luís, que era paulista (do PRP), apoiasse para a sua sucessão um candidato mineiro, Antônio Chagas (do PRM). Porém, ignorando o acordo, o presidente apoiou o nome do paulista Júlio Prestes. Isso causaria o rompimento da aliança “café com leite”, e a oligarquia de Minas Gerais formou uma aliança de oposição para disputar a eleição contra os paulistas, unindo-se a políticos do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Assim surgiu a **Aliança Liberal**, que lançaria o gaúcho **Getúlio Vargas** como candidato à presidência e o paraibano João Pessoa como candidato a vice-presidente.

A Aliança Liberal teve o apoio dos militares simpatizantes do tenentismo, trabalhadores urbanos, classes médias e parte da burguesia industrial. Os militares tenentistas viam na Aliança liberal uma forma de chegar ao poder pela via eleitoral, já que as revoltas armadas não haviam obtido sucesso. Vargas prometeu anistia aos militares rebeldes que se encontravam exilados fora do país e prometia incorporar ao seu plano de governo várias das reivindicações dos tenentistas. Para as classes populares, principalmente os trabalhadores urbanos, Vargas prometia a criação de direitos trabalhistas, e a liberdade de criação de sindicatos. As classes médias esperavam de Getúlio uma política de moralização e modernização. Por fim, a burguesia industrial esperava uma política econômica que não privilegiasse apenas as oligarquias rurais, e mais investimentos na industrialização do país. Vargas também prometia ampliar o direito ao voto para as mulheres, e instituir o voto secreto.

É importante destacar que não apenas os representantes das elites participavam da política. Já existiam movimentos organizados de trabalhadores que manifestavam suas aspirações e procuravam disputar o poder político nas eleições. Foi o caso, por exemplo, dos operários que lutavam pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho, e dos comunistas do PCB, que formaram o **Bloco Operário Camponês (BOC)**. Entre as propostas do BOC constavam: crítica e combate ao poder oligárquico e à concentração de poder nas mãos dos mais ricos, impostos somente para os ricos, habitação barata para os trabalhadores, extensão e obrigatoriedade do



ensino primário, voto secreto e obrigatório, inclusive para as mulheres, restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética, considerada pelo Bloco Operário como a aliada natural. Nas eleições presidenciais de 1930, o BOC lançou a candidatura do trabalhador marmorista Minervino de Oliveira, do Rio de Janeiro. Apesar de ter tido uma votação inexpressiva, Minervino foi o primeiro operário a se candidatar à presidência do Brasil.

A Revolução de 1930

Na eleição, realizada em 1º de março de 1930, venceu Júlio Prestes, que não chegou a tomar posse. Houve denúncias de fraude nas eleições (as fraudes eram comuns nas eleições da República Oligárquica), e os grupos que apoiavam Vargas não aceitavam o resultado. Além disso, o assassinato do candidato a vice-presidente, João Pessoa, aumentou a revolta e provocou vários tumultos. O clima de grande instabilidade fez com que Washington Luís não passasse o cargo a Júlio Prestes, mesmo meses após as eleições.

Em meio à instabilidade, as oligarquias que formavam a Aliança Liberal, contando com o apoio dos militares tenentistas, deram início ao movimento armado no dia 3 de outubro. Em 24 de outubro de 1930, militares depuseram Washington Luís, e em 3 de novembro empossaram Getúlio Vargas na presidência, chefiando um “Governo Provisório”.

É atribuída ao governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a seguinte frase: “*façamos a revolução antes que o povo a faça*”, o que deixa entrever a ideologia política da Revolução de 1930, que foi promovida pelos interesses das oligarquias dissidentes, aliadas ao movimento tenentista, pela **reforma** do estado, evitando que as classes populares fizessem uma verdadeira revolução social.

17. A ERA VARGAS (1930-1945)

A vitória do movimento de 1930 deu início a uma fase na história do Brasil marcada pela liderança política de Getúlio Vargas. Esse período ficou conhecido como **Era Vargas**, ou **República Nova**, e se estendeu até 1945. Durante esses 15 anos ocorreram significativas transformações político-sociais no país, principalmente em função do novo rumo das políticas públicas. A população urbana cresceu em relação à população rural, e a importância da indústria na economia nacional se ampliou em comparação a produção agropecuária. Os setores médios urbanos (pequenos empresários, profissionais liberais etc.) e a classe operária cresceram em número e conquistaram maior importância na vida política do país.

Os historiadores dividem o período getulista em três fases: **Governo Provisório** (de 1930 a 1934), **Governo Constitucional** (de 1934 a 1937), e **Estado Novo** (de 1937 a 1945).

GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Ao assumir o cargo, Getúlio Vargas anuncia que formará um governo **de natureza provisória**, que teria um caráter de **transição** entre a o regime oligárquico e uma nova forma de organização do Estado. Esta transição se completaria assim que o país tivesse uma nova Constituição, determinando a nova organização política do país.

Vargas tomou medidas para assumir o controle político do país, desmontando a estrutura política da República Oligárquica, que permitia aos coronéis controlar o poder político em todos os níveis. Entre suas primeiras providências, destacam-se:

- **Anulação da eleição** ocorrida em março de 1930.
- **Suspensão da Constituição** republicana de 1891.
- **Fechamento do poder legislativo** (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais).
- **Nomeação de interventores**, militares ligados ao tenentismo, para chefiar os governos estaduais.



Após estas medidas, Getúlio havia centralizado o poder em suas mãos. Com o legislativo fechado, era o presidente quem detinha o poder para fazer as leis. Não havendo uma Constituição, não havia limites ao poder do presidente ou às leis que ele decretasse. Por fim, com os estados governados por militares de sua confiança, e que o haviam conduzido à presidência, Getúlio não precisava temer uma forte oposição das oligarquias regionais, que já não tinham mais políticos sob seu controle para atender aos seus interesses.

A Revolução Constitucionalista (1932)

O governo de Vargas semostrou centralizador, preocupado com a questão social e interessado em defender as riquezas nacionais. Isso incomodou a oposição, especialmente os políticos de São Paulo, que desejavam a volta das práticas existentes na República Velha, pelas quais obtinham privilégios. Para enfrentar o governo federal, os líderes do Partido Republicano Paulista formaram uma frente única com os líderes do Partido Democrático (dissidentes do próprio PRP), que haviam apoiado a Revolução de 1930, mas que estavam descontentes com a nomeação do interventor João Alberto Lins e Barros, militar pernambucano que participara das revoltas tenentistas e da Revolução de 1930, para governar São Paulo. A oposição política do estado exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. Cedendo às pressões, o presidente nomeou o interventor Pedro de Toledo, mas essa medida não silenciou a oposição, que também **exigia novas eleições e a convocação de uma Assembleia Constituinte**. Naquela altura, os ricos fazendeiros queriam novas eleições porque ainda poderiam controlar o viciado sistema eleitoral.

Em maio de 1932, quatro estudantes de São Paulo (Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo), morreram em confronto com a polícia, numa manifestação pública contra o governo federal. Esse fato exaltou ainda mais os ânimos. Com as letras iniciais desses estudantes, formou-se a sigla **MMDC**, que se tornou o símbolo do movimento constitucionalista do estado. No dia 9 de julho de 1932, teve início a chamada Revolução Constitucionalista, na qual 200 mil homens se alistaram para lutar contra o governo federal.

As tropas paulistas eram formadas por soldados da polícia estadual. Muitas indústrias do estado contribuíram com a fabricação de material de guerra, como granadas, máscaras contra gases, lança-chamas e capacetes. Porém, as tropas ficaram isoladas do resto do país, apenas algumas forças de Mato Grosso acompanharam as tropas paulistas. Não houve apoio significativo das elites de outros estados.

Depois de três meses de lutas e muitos mortos e feridos, os soldados paulistas foram derrotados pelas tropas federais. Apesar disso, obtiveram uma conquista política: terminada a revolta, o governo federal procurou evitar indispor-se com a elite de São Paulo, que tinha um grande poder econômico, e garantiu a realização de eleições para formar a Assembleia Nacional Constituinte que seria encarregada de elaborar a nova Constituição. Esta era a principal reivindicação formal do movimento de 1932.

A Constituição de 1934

Getúlio instituiu por decreto um novo Código Eleitoral, pelo qual as eleições passavam a funcionar com sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional. Passavam a ser considerados eleitores todos os brasileiros alfabetizados e maiores de 21 anos. Agora estavam incluídas as mulheres, que pela primeira vez poderiam votar e serem eleitas. Já dentro dessas novas regras, foram realizadas eleições em 1933 para governadores dos estados e para os deputados que formariam a **Assembleia Nacional Constituinte**. Estes deputados teriam a tarefa de redigir uma nova Constituição para o Brasil, e quando esta entrasse em vigor, o governo provisório de Vargas deveria terminar.

A nova Constituição foi promulgada em julho de 1934, e entre as suas características estão:

- Manutenção do regime federativo e do presidencialismo, e da divisão dos três poderes.



- Extinção do cargo de vice-presidente.
- Criação de uma justiça eleitoral.
- As eleições para os cargos do executivo e do legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, seriam por voto secreto direto, incluídas as mulheres entre os eleitores. continuaram sem esse direito, analfabetos, mendigos, e militares até o posto de sargento.
- Instituição de um Tribunal do Trabalho e regulamentação de várias leis trabalhistas, como salário mínimo, jornada de trabalho não superior a oito horas diárias, proibição do trabalho de menores de 14 anos, férias anuais remuneradas e indenização na demissão sem justa causa.
- Criação do mandado de segurança, um mecanismo para proteger o cidadão dos abusos do estado.
- O ensino primário passava a ser obrigatório e gratuito na rede pública de ensino.

Uma vez promulgada a Constituição, a Assembleia Constituinte foi transformada em Câmara dos Deputados, e uma de suas primeiras atribuições dos deputados foi escolher o próximo Presidente da República. O escolhido para o cargo foi o próprio Getúlio Vargas, que deveria governar com um mandato de quatro anos, ao fim dos quais não teria o direito de se reeleger. Este novo mandato de Vargas, agora não mais imposto pela força, mas sim pelas regras estabelecidas na Constituição, é conhecido como Governo Constitucional.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

A Europa, na década de 1930, foi marcada por uma grande **polarização política**. Por um lado, havia países como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, onde regimes de extrema-direita chegaram ao poder em governos nazifascistas. Por outro lado, havia a socialista URSS, sob o governo de Stálin, a única nação que não sofreu as duras consequências da crise de 1929, passando por um grande desenvolvimento industrial.

Esta dicotomia fez com que no resto do mundo se fortalecessem grupos políticos representando as duas tendências ideológicas opostas, o socialismo e o nazifascismo, ao mesmo tempo em que grupos liberais democratas perdiam força. **O Brasil sofreu esta mesma polarização política durante o período do Governo Constitucional de Vargas.**

Formaram-se duas organizações políticas de tendências opostas, uma delas reunindo movimentos de esquerda, a Aliança Nacional Libertadora, e outra de direita, a Ação Integralista Brasileira. **Getúlio Vargas se aproximou politicamente dos Integralistas, ao mesmo tempo em que aumentou a repressão sobre os aliancistas.**

A Ação Integralista Brasileira (AIB)

O integralismo foi um movimento surgido em 1932, quando o escritor **Plínio Salgado** e outros intelectuais e políticos lançaram o **Manifesto à Nação**, expondo os princípios do idealismo, inspirados nas ideias nazifascistas de Mussolini e Hitler. Criaram a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, uma organização política que conquistou a simpatia de muitos empresários, de uma parcela da classe média e de parte dos oficiais das forças armadas. Foram criados mais de mil núcleos integralistas.

Os integralistas imitavam o tipo de militância dos nazifascistas europeus: procuravam aparentar uma rígida disciplina, desfilavam em estilo militar usando uniforme com calças pretas, camisa verde e uma braçadeira com o símbolo do integralismo, o Σ (sigma, letra grega que na matemática é símbolo de somatório). Usavam a saudação indígena **“anauê”** (que na língua tupi é uma saudação que pode significar “bem-vindo” ou “você é meu parente”). Atacavam de forma agressiva os adversários de outras organizações políticas, especialmente socialistas. Seu lema era **“Deus, Pátria e Família”**.

Algumas das características do integralismo são: combate ao comunismo, nacionalismo extremado, ideia de uma sociedade com disciplina e hierarquia rígidos, centralização do poder em



um líder totalitário.

Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Uma das principais frentes políticas contrárias ao integralismo era a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, cujos membros eram chamados de Aliancistas. Essa aliança reunia grupos de várias tendências, incluindo democratas, anarquistas e comunistas. Entre os aliancistas estavam os membros do PCB (Partido Comunista do Brasil), que havia sido proibido. O presidente de honra da ANL era **Luís Carlos Prestes**, que havia liderado a Coluna Prestes (1925-1927) e depois rompido com os tenentistas e se tornado um militante comunista.

O programa político da ANL incluía a nacionalização das empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa brasileira, a realização de uma reforma agrária que distribísse terras aos trabalhadores do campo e combatesse o latifúndio, a garantia das liberdades individuais e a criação de um governo popular. Um de seus lemas era: **Pão, Terra e Liberdade**.

A Aliança Nacional Libertadora cresceu rapidamente, contando com cerca de 1600 núcleos pelo país e reunindo entre 70 mil e 100 mil membros. O governo de Vargas, apoiado pelos grupos conservadores, considerou a ANL ilegal em junho de 1935 e ordenou a prisão de vários de seus líderes, alegando que tinham intenção de promover um golpe de Estado para derrubar o governo. O chefe de polícia de Vargas, Filinto Muller, acusava o movimento de ser controlado por "perigosos comunistas" e financiado por estrangeiros.

A Intentona Comunista (1935)

Diante da repressão, os comunistas que participavam da Aliança Nacional Libertadora planejaram uma revolta militar contra o governo. Em novembro de 1935 eclodiu a **Intentona Comunista**, com rebeliões de batalhões do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entretanto, elas não tiveram amplo apoio popular e todos os batalhões rebeldes foram rapidamente dominados pelas forças governamentais.

A Intentona Comunista serviu como pretexto para os setores mais autoritários do governo radicalizarem o regime político. Getúlio decretou estado de sítio e estado de guerra, criou o Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. As polícias e o exército ganharam poder e o legislativo perdeu autonomia. Em nome do "perigo comunista", foram presos milhares de sindicalistas, operários, militares e intelectuais acusados de atividades subversivas contra o governo.

O "Plano Cohen"

O mandato de Getúlio Vargas encerraria em maio de 1938, e ele não teria direito a concorrer à reeleição, porém, governando em "estado de guerra", Getúlio não estava disposto a sair do cargo. Disposto a impedir a eleição, Getúlio elaborou um plano para um golpe de Estado, juntamente com os generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro. Em outubro de 1937 o governo divulgou um documento falso, conhecido como "**plano Cohen**", que seria um plano dos comunistas para tomar o poder, assassinar as lideranças políticas e incendiar as igrejas. O Plano tinha esse nome por ser supostamente escrito por um militante comunista chamado Bela Cohen. O "documento" foi na verdade escrito por militares integralistas e membros do governo, e serviu de pretexto para prender opositores e impor censura à imprensa.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio determinou o fechamento do poder legislativo nos níveis federal, estadual e municipal (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), cancelou as eleições, extinguiu todos os partidos políticos e revogou a Constituição de 1934. Assim tinha início o período da ditadura do Estado Novo.



ESTADO NOVO (1937-1945)

A Constituição de 1937

Após o golpe de Estado, Getúlio Vargas outorgou uma **nova Constituição**, redigida pelo ministro da justiça, Francisco Campos. Esta Constituição ficou conhecida como “**Polaca**”, pelo fato de ter sido inspirada nas constituições fascistas da Itália e da Polônia. Após ser outorgada por Getúlio, ela deveria ser referendada por um plebiscito, que nunca foi realizado.

O poder político ficava totalmente centralizado na pessoa do presidente. O poder legislativo deixava de existir, nos níveis federal, estadual e municipal e o poder judiciário ficava subordinado ao executivo.

O federalismo desapareceu e os estados perderam a autonomia. Em cerimônias realizadas em todas as capitais, bandeiras estaduais foram queimadas para simbolizar a morte do federalismo.

Todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a AIB, que havia apoiado o golpe. Organizações políticas se tornam ilegais. Não há mais eleições, e os estados passam a ser governados por interventores nomeados pelo presidente.

Repressão política

Durante esse período esteve vigente o Estado de Emergência, que autorizava o governo a invadir casas, prender pessoas, julgá-las sumariamente e condená-las. Vargas detinha em suas mãos o mais amplo dos poderes, seus atos não podiam sequer ser submetidos à justiça.

As greves e manifestações contrárias ao governo estavam proibidas. A polícia política do governo de Vargas perseguiu milhares de cidadãos, muitos foram presos, torturados e mortos.

O DIP

Desde que se instalou no poder, Vargas buscou recursos de propaganda para conquistar a simpatia popular. Com esse objetivo, em 1939 o governo brasileiro criou o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**, órgão diretamente ligado à presidência da república, encarregado de **coordenar a propaganda oficial e censurar os meios de comunicação social e as artes**, como rádio, cinema, teatro e imprensa.

Este departamento foi responsável pela produção do programa de rádio obrigatório “Hora do Brasil”, que diariamente noticiava as medidas tomadas pelo governo, como decretos, obras inauguradas e pronunciamentos, enaltecendo tanto o governo quanto a imagem de Vargas. O DIP também foi responsável pela produção de milhares de cartazes que apresentavam Vargas como “salvador da pátria” e “protetor dos trabalhadores”.

Outro órgão importante na exaltação da imagem do governo Vargas foi o Ministério da Educação. Várias medidas foram tomadas para difundir a ideologia governista dentro da escola: obrigatoriedade do ensino de moral e civismo, canto coral com repertório musical nacionalista, desfiles e paradas de estudantes em comemoração à datas cívicas e homenagens a Getúlio Vargas e seu governo.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

Entre 1939 e 1945 o mundo foi abalado pela Segunda Guerra Mundial. Duas grandes forças se enfrentavam: de um lado, as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), e do outro, as potências aliadas (lideradas por Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética).

Apesar de ter certas afinidades com os regimes fascistas, o governo Vargas procurou manter o Brasil em posição de neutralidade na Segunda Guerra Mundial. Pretendia, com isso, tirar proveito do conflito para obter vantagens político-econômicas. No ministério de Vargas havia simpatizantes do eixo, como o ministro da justiça Francisco Campos, o chefe da polícia Filinto Müller, e o chefe do DIP Lourival Fortes. Mas também havia defensores das potências aliadas, como o ministro do exterior Oswaldo Aranha.



Em 1940, quando a Alemanha derrotou a França, Getúlio saudou a vitória alemã. Naquele momento os Estados Unidos, que não participavam ainda da guerra, apoiavam a Inglaterra e a França, e passaram a se aproximar do Brasil. Quando, em dezembro de 1941, os EUA declararam guerra ao Eixo, passaram a pressionar o Brasil para que fizesse parte da aliança. O governo americano autorizou um empréstimo de 20 milhões de dólares para o governo de Getúlio construir a Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, o que fez o governo brasileiro se inclinar a ficar ao lado dos Aliados.

A partir de 1941, o governo brasileiro começou a fazer acordos internacionais para apoiar os aliados. Comprometeu-se a fornecer-lhes borracha e minério de ferro e cedeu aos EUA uma base aérea na cidade de Natal, RN.

A Alemanha logo reagiu à cooperação do Brasil para com os aliados. Entre fevereiro e agosto de 1942, submarinos alemães torpedearam e afundaram nove navios brasileiros, matando mais de 600 pessoas. A agressão militar nazista provocou indignação nacional. Multidões reuniram-se em várias capitais, pedindo guerra e vingança contra os alemães.

Em 31 de agosto de 1942 o governo brasileiro declarou guerra às potências do Eixo. Em 1944 partiram para lutar na Itália as primeiras tropas da **Força Expedicionária Brasileira (FEB)**, comandadas pelo general Mascarenhas de Moraes. Mais de 25 mil soldados foram enviados à Itália e participaram de batalhas como as de Monte Castelo, Castelnuovo, Collecchio e Fornovo.

CARACTERÍSTICAS DA ERA VARGAS

A cultura durante o governo Vargas

Os anos 30 foram marcados por expressivas transformações culturais. No plano das artes, transformações culturais. No plano das artes, como vimos, desde o início dos anos 20, o movimento modernista procurava redefinir a cultura brasileira.

Desenvolveu-se, dentro do modernismo, o grupo Verde-Amarelo, que pregava um nacionalismo romântico, exaltado, um orgulho patriótico obsessivo que, em certos momentos, se transformava em civismo de caráter militar. Ao grupo Verde-Amarelo estavam ligados intelectuais como Cassiano Ricardo e Menotti dei Picchia e, na vertente mais extremada, o escritor Plínio Salgado, líder do integralismo. Essa corrente antidemocrática do nacionalismo foi, de certo modo, direcionada por Vargas para a ditadura do Estado Novo. Nesse período, a exaltação à nação foi transformada em exaltação ao governo.

Vargas esforçou-se para obter a colaboração de intelectuais, como o poeta Cassiano Ricardo, o sociólogo Oliveira Vianna e o jurista Pontes de Miranda. Na música popular, o governo “encomendava” canções com letras favoráveis à sua política e compositores famosos, como Ataulfo Alves, Wilson Batista, entre outros.

Em 1943, Benedito Lacerda e Darci de Oliveira compuseram o samba “*Salve 19 de abril*”, em homenagem ao aniversário de 60 anos de Getúlio Vargas. Foi gravado por Dalva de Oliveira, e a letra dizia:

“Se veio ao mundo

Foi Deus que quis

O timoneiro que está com o leme do meu país

E pra que siga rumo certo o meu Brasil

Deus que lhe dê muitos 19 de abril!”

Muitos intelectuais, entretanto, resistiram à ditadura de Vargas. O exemplo mais conhecido é o do escritor Graciliano Ramos, autor de obras notáveis da literatura brasileira como *São Bernardo* (1934) e *Vidas Secas* (1938). Acusado de participar da ANL, foi preso em 1936 e libertado depois de um ano. Graciliano Ramos relatou essa experiência no presídio no livro *Memórias do cárcere* (1935).



A economia na Era Vargas

Com relação à economia, Vargas empenhou-se em estabilizar a situação da cafeicultura e, ao mesmo tempo, diversificar a produção agrícola. Além disso, estimulou o desenvolvimento industrial.

Agricultura

Como vimos no início deste capítulo, nos primeiros anos da década de 1930, as exportações de café haviam diminuído muito devido à crise de 1929. Muitos cafeicultores faliram e milhares de trabalhadores do campo perderam o emprego.

O governo Vargas procurou agir em defesa da cafeicultura, proibindo o plantio de novas mudas de café durante três anos e ordenando a queima de milhões de sacas estocadas em depósitos do governo. O objetivo era evitar a oferta excessiva e a superprodução cafeeira e recuperar o preço do produto.

Com essas e outras medidas, a cafeicultura foi lentamente se reequilibrando e, a partir de 1939, o café voltou a alcançar bons preços no exterior. Para diversificar a produção agrícola, o governo incentivou o cultivo de outros produtos, como algodão, cana-de-açúcar, óleos vegetais e frutas tropicais.

Industrialização

Além de diversificar a produção agrícola, o governo Vargas preocupou-se em **estimular o desenvolvimento industrial**. A política econômica era **desenvolvimentista e nacionalista**, pois além de buscar promover a industrialização, garantia que ela não fosse dependente de capital estrangeiro, impedindo o controle dos setores estratégicos por empresas privadas.

Para isso, aumentou os impostos de importação, elevando os preços dos produtos estrangeiros e diminuiu os impostos sobre a indústria nacional, estimulando a produção e o consumo de produtos nacionais. A política industrial nesse período tinha por objetivo, substituir importações de artigos estrangeiros por produtos fabricados no Brasil.

Em consequência desta política econômica, o número de indústrias no país dobrou (alimentos, tecidos, calçados, móveis etc.), e a elas somaram-se as filiais de indústrias estrangeiras voltadas para a produção química, farmacêutica, de eletrodomésticos, de motores de veículos, de pneus etc.

Em função das dificuldades para a criação de **indústrias de base**, voltadas para a produção de máquinas e equipamentos pesados, produtos químicos básicos, minérios etc., o governo passou a intervir na economia, fundando empresas estatais para atuar nas áreas mais estratégicas, como mineração e produção de aço, energia elétrica, e produtos químicos. Alguns exemplos destas grandes empresas estatais são:

- Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (1940), que garantia a produção de aço nacional para as indústrias brasileiras, reduzindo a dependência do aço importado;
- Cia. Mineradora Vale do Rio Doce (1942), destinada principalmente à exploração de minério de ferro;
- Fábrica Nacional de Motores (1943), que produzia no Brasil motores aeronáuticos e também para caminhões e peças para máquinas industriais;
- Cia. Nacional de Alcalis (1943), indústria química;
- Cia. Hidrelétrica Vale do São Francisco (1945).

Trabalhismo e populismo

Durante o período getulista, o desenvolvimento de São Paulo e do Rio de Janeiro atraiu para essas cidades, grande número de trabalhadores rurais que emigravam, principalmente do Nordeste, fugindo da miséria, da exploração, da expulsão de suas terras e da seca. Essa massa de trabalhadores pobres veio aumentar a mão de obra disponível para as indústrias do sudeste.



Com as indústrias, cresceu também o número de operários. Ao mesmo tempo, ampliou-se a consciência dos trabalhadores de que era preciso lutar por seus direitos. Percebendo a força social do operariado, o governo federal elaborou uma política trabalhista (e tida por muitos como tática de **populismo**) que tinha uma dupla função: conquistar a simpatia dos trabalhadores e exercer domínio sobre eles, controlando seus sindicatos.

Assim, nesse período, foi implantada uma série de leis trabalhistas. Mas essas leis resultaram, em grande medida, das lutas e reivindicações dos movimentos operários e não podem ser consideradas simples concessões do governo de Getúlio Vargas.

Entre as leis trabalhistas implantadas nessa época, destacam-se aquelas que asseguravam ao operário direitos como, salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor de idade, e estabilidade no emprego. Em 1943 essas leis foram reunidas na **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, importante marco na história da legislação trabalhista no país. As instituições sindicais bem como as associações profissionais foram reconhecidas de conformidade com a lei, assegurando sua pluralidade.

Apoiada no avanço das leis trabalhistas, a propaganda política do governo apresentava Vargas como “protetor” dos trabalhadores, uma espécie de “pai dos pobres”. Para reforçar essa imagem, Vargas sempre começava seus discursos dizendo: “trabalhadores do Brasil”.

O governo Vargas pregava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários, e colocava-se como uma espécie de juiz dos conflitos entre patrões e empregados. De um lado, reconhecia as necessidades e aspirações dos trabalhadores e fazia “concessões” ao operariado. De outro, utilizava essas concessões como um meio de controlar os trabalhadores e impedir reivindicações mais profundas. Para os empresários, o governo Vargas representou uma garantia de ordem pública e estabilidade social.

O fim do Estado Novo

A guerra contra o nazifascismo na Europa foi, de certo modo, aproveitada pelos grupos liberais brasileiros para combater o “fascismo interno” do próprio Estado Novo. Vargas decidiu antecipar-se aos adversários e procurou liderar a abertura democrática. Em fevereiro de 1945, fixou prazo para a eleição presidencial, concedeu anistia ampla a todos os condenados políticos, libertou os comunistas presos, entre os quais o líder Luís Carlos Prestes, e permitiu a volta dos exilados ao país.

Nesse contexto, renascia a via partidária. Foram organizados diversos partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP). Foi também legalizado o Partido Comunista do Brasil (PCB) que, até então, agia na clandestinidade. Vargas articulou a criação do PTB e do PSD, buscando garantir uma base ampla de apoio. Enquanto o PTB buscava principalmente o apoio dos trabalhadores, enfatizando a defesa dos direitos trabalhistas no seu programa, o PSD buscava apoio das classes médias e da burguesia liberal.

Nas eleições presidenciais, marcadas para 2 de dezembro de 1945, concorrerem três candidatos: o General Eurico Gaspar Dutra (pelo PSD e PTB), que contava com o apoio de Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes (pela UDN), e o engenheiro Yedo Fiúza (pelo PCB).

No decorrer da campanha eleitoral, Vargas fazia um jogo político contraditório. Aparentemente apoiava o general Eurico Gaspar Dutra, mas estimulava um movimento popular que pedia sua permanência no poder. Era o **queremismo**, palavra derivada dos gritos populares de “Queremos Getúlio!”. Os queremistas defendiam que primeiro deveria se convocar uma nova Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição, e só depois a eleição para presidente.

Aproveitando esse momento de prestígio popular, o governo decretou a Lei Antitruste em junho de 1945, limitando a entrada do capital estrangeiro no Brasil. Essa lei provocou forte reação dos representantes de empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas.



Os setores de oposição, concentrados na UDN, temiam que Vargas continuasse no poder e impedisse a realização das eleições presidenciais. Assim, uniram forças para derrubá-lo da presidência.

Em 29 de outubro de 1945, tropas do exército, lideradas pelos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra cercaram a sede do governo (Palácio do Catete) e obrigaram Vargas a renunciar.

A presidência da república foi entregue temporariamente a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, que exerceu o cargo de 29 de outubro de 1945 até 31 de outubro de 1946. Foi uma administração transitória cuja incumbência era manter a ordem, convocar e presidir as eleições. Era o fim do Estado Novo. Getúlio Vargas retirou-se para sua fazenda, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Com o apoio de Vargas, o General Dutra venceu as eleições presidenciais.

18. O PERÍODO DEMOCRÁTICO POPULISTA (1946-1964)

Governo Dutra (1946-1951)

O presidente eleito **Eurico Gaspar Dutra** iniciou o processo de redemocratização do país, com o funcionamento dos três poderes. Em 18 de setembro de 1946, foi promulgada a nova Constituição, que tinha um caráter democrático e liberal. Mantinha o presidencialismo, a divisão de poderes e a Federação e procurava fortalecer a União, mas sem fortalecer o poder executivo. O mandato presidencial ficou fixado em cinco anos. Ficava prevista a formação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's).

Com o início da Guerra Fria, e a oposição entre o “bloco capitalista” e o “bloco socialista”, o governo Dutra manteve o Brasil alinhado aos Estados Unidos. Em 1947 rompeu relações com a União Soviética e proibiu o Partido Comunista do Brasil, cassando os mandatos de seus representantes eleitos.

O mandato de Dutra iniciou com uma inflação alta e uma dívida externa acentuada que aumentou muito durante o governo.

Governo Vargas (1951-1954)

Após ser deposto da presidência em 1945, **Getúlio Vargas** não sofreu qualquer processo, e não havia perdido seus direitos políticos, de modo que podia continuar na política. Inicialmente retirou-se em sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul, mas, nas eleições de 1946, voltou a ser eleito. Como a lei eleitoral permitia a um candidato ser eleito em mais de um estado, Getúlio foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, além de deputado por vários estados. Tomou posse como senador pelo Rio Grande do Sul, mas como constituinte participou pouco da elaboração da Constituição de 1946 e não a assinou. Em 1947 retirou-se novamente para sua fazenda em São Borja, de onde mantinha contatos e preparava sua volta à presidência.

Terminado o governo de Eurico Dutra, os candidatos à presidência eram Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD), João Mangabeira (PSB) e Getúlio Vargas (PTB). Vargas venceu a eleição, assumindo a presidência pela primeira vez através do voto direto e de forma democrática.

Entretanto, nas eleições parlamentares se formou um congresso bastante heterogêneo. O PTB (partido do presidente) conseguiu eleger 17% dos deputados, enquanto o maior partido de oposição (UDN) elegeu 23,9% dos deputados. Para Vargas, que havia governado sem oposição durante a maior parte de seus 15 anos como presidente, esta era uma situação nova. Além disso, a Constituição de 1946 tornava necessário que os poderes Executivo e Legislativo trabalhassem de comum acordo, reduzindo a força política do presidente.

O governo Vargas, nessa última fase, caracterizou-se pelo acentuado estilo **populista**. O **populismo** da fase 1946/1964 diferia um pouco do populismo varguista do Estado Novo. O autoritarismo institucional da ditadura de 1937 deu lugar ao autoritarismo paternalista em que a política de massa era conduzida manipulando suas aspirações.



A burguesia delegava poderes ao líder carismático para que ele, em seu nome, concretizasse sua dominação. Enquanto foi possível, Vargas manteve o pacto populista, ora fazendo concessões à classe trabalhadora, ora arrojando-a, mas nem sempre no sentido de desenvolvimento capitalista.

Outra característica marcante do governo Vargas foi o **nacionalismo**. Seu governo foi marcado pelo enfrentamento às posturas de associações do país ao capital estrangeiro. A SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), criada em 1945, deveria fiscalizar as responsabilidades dos bancos e casas bancárias.

Os problemas de Vargas começaram a aparecer seriamente em 1953. Em março, eclodia a maior e mais importante greve de seu período: 300.000 operários entraram em greve em São Paulo. A inflação atingia 60%, e a dívida externa continuava crescendo.

O enfrentamento ao capital estrangeiro (principalmente dos EUA), atingia o clímax. No dia 9 de outubro de 1953, a Inscrição 70 da SUMOC, encareceu os bens de produção importados, estimulando a fabricação de similares nacionais.

Paralelamente, desenvolvia-se a longa e polêmica campanha pela nacionalização do petróleo brasileiro, iniciada ao final de 1951. Pela lei nº 2.004, de 03/10/1954, foi instituída, como sociedade por ações, a Petróleo Brasileiro S.A. - **PETROBRAS**. A mesma lei dispunha sobre a política nacional do petróleo e sobre atribuições do **Conselho Nacional do Petróleo**, e estabelecia o monopólio da estatal.

A pressão externa contra Vargas animou a oposição interna do seu governo. Em fevereiro de 1954, 81 oficiais do exército enviaram ao ministro da Guerra um protesto contra o governo Vargas. Este documento ficaria conhecido como o **Manifesto dos Coronéis**. Getúlio contra-atacou anunciando, no dia 1º de maio, o aumento de 100% do salário mínimo, proposto por **João Goulart**, Ministro do Trabalho.

A oposição acusava o ministro João Goulart de tramar um golpe para a instalação de uma "República Sindical". As críticas ao governo continuaram e o deputado da UDN **Carlos Lacerda** (que como jornalista e dedicava-se a atacar Getúlio constantemente) apontava, como fator dominante na administração, a corrupção dos elementos ligados ao governo. Em agosto de 1954 ocorreu a tentativa de assassinato de Lacerda (conhecido como atentado da Rua Toneleros), onde morreu o major aviador Rubens Vaz. No inquérito presidido pela aeronáutica, constatou-se que estavam envolvidas pessoas que trabalhavam no próprio Palácio Presidencial, o chefe da Guarda Nacional do Presidente, Gregório Fortunato.

As pressões da oposição juntaram-se às exigências militares da aeronáutica e da marinha, que queriam a renúncia de Vargas. Pressionado por todos os lados, Getúlio Vargas se suicidou no dia 24 de agosto de 1954. Os dias subsequentes foram marcados por violentas manifestações populares, lamentando a morte de Vargas e se dirigindo contra Lacerda e a UDN. O vice-presidente **Café Filho** assumiu o cargo e afirmou que manteria a legalidade.

Governos Café Filho, Carlos Luz, e Nereu Ramos (1954-1956)

Foi uma fase muito agitada na vida política brasileira. Coube a João Café Filho assegurar a realização das eleições marcadas para 03/10/1955. Nessas eleições, foi vitorioso **Juscelino Kubitschek de Oliveira**, para presidente, candidato da coligação PSD-PTB. Os derrotados foram Juarez Távola (UDN) e Adernar de Barros. Como não houvera maioria absoluta (3.070.000 votos contra 2.610.000 e 2.222.000 votos, respectivamente). Começou-se a propalar que os udenistas pretendiam um golpe para anular o pleito. Tendo isso como ponto de partida, as opiniões se exaltaram e houve pronunciamentos militares contra a posse de Juscelino Kubitschek. O ministro da guerra, general Henrique Lott, que insistia na posse do eleito, chegou a pôr seu cargo à disposição, gerando crise no setor militar.



O presidente Café Filho, por motivo de doença, licenciou-se, assumindo a presidência Carlos Luz, presidente da Câmara e contrário à posse de Juscelino Kubitschek. O novo presidente aceitou a demissão do ministro da Guerra, e isso gerou uma reação militar favorável ao general Lott. O exército manobrou no sentido de anular o golpe político de Carlos Luz, o qual se refugiou no Cruzador Tamandaré em companhia do golpista Carlos Lacerda, pretendendo instalar a sede de seu governo em São Paulo, onde governava Jânio Quadros.

O Congresso Nacional, em entendimento com as autoridades militares do exército, declarou o “impedimento” do presidente, indicando para substituí-lo o Presidente do Senado Nereu Ramos em 11 de novembro de 1955. Em 21 de novembro, Café Filho, declarando-se restabelecido, tentou reassumir a presidência, não obtendo êxito. Coube a Nereu Ramos, dirigir os destinos do país por três meses até assegurar a posse do candidato eleito.

Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O governo de **Juscelino Kubitschek** foi de caráter **desenvolvimentista**. O planejamento se constituiu na sua principal característica e os objetivos a serem atingidos, em cinco anos, nos setores como energia, educação, transporte, indústria, etc., constituíram o chamado **plano de metas**. O lema da campanha de Juscelino havia sido “**50 anos em 5**”, indicando que pretendia, em um mandato, fazer o Brasil avançar o equivalente a meio século de desenvolvimento.

Em 1956 surgiu o Conselho Nacional de Energia Nuclear com a finalidade de integrar o Brasil na era atômica. Ainda nesse ano, estabeleceram-se normas para a criação da **indústria automobilística** e do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística). Foi, também em 1956, que surgiu um Acordo Geral de Cooperação Técnica com a FAO (órgão da ONU para alimentação e agricultura).

A participação na política internacional foi expressiva: em 1957 foram enviadas tropas ao Egito em cooperação com as Nações Unidas, e a Força Aérea Brasileira concorreu para a paz no Congo, que havia se tornado independente e passava por um período de agitação. Desencadeou a **Operação Pan-Americana (OPA)** que, por meio de um programa de assistência econômica, procurava despertar os países latino-americanos para o desenvolvimento. O governo Juscelino enfrentou duas revoltas que partiram da aeronáutica: Jacareacanga e Aragarças, que foram dominadas.

A **construção de Brasília** e a transferência da Capital para o Planalto Central (21/04/1960), marcou profundamente sua administração.

Surgiram várias leis e regulamentos de caráter financeiro, tributário e alfandegário. A construção de barragens e usinas hidrelétricas (Três Marias e Furnas), e siderúrgicas (Cosipa e Usiminas), impulsionou a industrialização do Brasil. Foi dado grande empenho à educação superior no país, bem como teve grande importância à reforma industrial, permitindo sistemas estaduais destas modalidades. Os investimentos estrangeiros no Brasil foram condicionados à abertura do país ao capital estrangeiro. Destaca-se, nesse sentido, a instalação de **empresas automobilísticas** e de **eletrodomésticos**. As consequências do Plano de Metas foram o endividamento externo e interno, o crescimento da inflação e a concentração da renda. A decepção popular, no final do governo, provocou a eleição de um presidente de oposição, pela primeira vez no Brasil.

Governo Jânio Quadros (1961)

Nas eleições de três de outubro de 1960, o candidato governista era o marechal Henrique Baptista Lott (PSD), ex-ministro que havia se destacado por garantir a posse de Juscelino Kubitschek na crise política de 1954. Lott ganhou apoio dos partidos de centro-esquerda, dos quais o maior era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O candidato a vice-presidente indicado pela aliança era **João Goulart (PDT)**, que já havia sido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e vice-presidente de Juscelino Kubitschek.



O principal candidato de oposição era **Jânio da Silva Quadros (PTN)**, que ganhou apoio da **União Democrática Nacional (UDN)**, o principal partido de oposição aos governos de Getúlio e Juscelino. Jânio já havia sido vereador e prefeito da capital paulista, além de governador do estado, passando por diferentes partidos pequenos. O candidato a vice-presidente apoiado pela sua coligação era Milton Campos (UDN). Jânio Quadros centrou sua campanha no **tema do combate à corrupção**, usando como símbolo uma vassoura (com a qual iria “varrer a corrupção”). Seu jingle “*varre, varre, vassourinha / varre, varre a bandalheira / que o povo já está cansado / de sofrer dessa maneira...*” se tornou um dos mais marcantes da campanha eleitoral. As principais características da campanha de Jânio foram o **populismo** e o **discurso moralista**. Tentava parecer um típico “homem do povo”, exibindo caspas no paletó, falando em linguagem simples, com cabelos despenteados, e levando sanduíches de mortadela para comer em público. Apresentava-se como católico conservador e anticomunista, defensor da “família tradicional cristã” e da moralização da sociedade.

O terceiro candidato à presidência era Adhemar de Barros (PSP), que não fez coligações com outros partidos.

Na eleição presidencial venceu o candidato **Jânio Quadros**, com 5.636.623 votos (48% dos votos válidos). Após 15 anos de domínio do PSD, pela primeira vez a oposição vencia a eleição e chegava à Presidência da República.

Entretanto, as votações para presidente e para vice-presidente se davam em separado, e não por chapa, o que permitiu que o vice-presidente eleito fosse **João Goulart**, da coligação adversária, que teve 4.547.010 votos (36,1% dos votos válidos). Além de ter um vice-presidente que era seu adversário político, o governo Jânio Quadros também não tinha maioria no Congresso Nacional. O maior partido que o apoiava, a UDN, tinha apenas 21,4% das vagas, enquanto os adversários PSD e PDT tinham respectivamente 34,4% e 20,5%.

Jânio iniciou um novo estilo administrativo, e seu governo foi marcado por contradições. Na realidade, não provocou grandes transformações, mas tomava medidas sem grande importância que chamavam a atenção e o mantinham em evidência, procurando demonstrar preocupação com a moralização. Proibiu os desfiles de biquíni, as rinhas de galo, o uso de lança-perfume, e as corridas de cavalo em dias úteis.

Na economia, para conter a alta inflação e o déficit público, Jânio procurou reduzir a concessão de crédito, congelou o salário mínimo, e buscou atender às demandas dos credores internacionais. As propostas de reformas de Jânio (reforma agrária, lei antitruste, etc.) não chegaram a ser postas em prática.

Na política externa, em plena Guerra Fria, Jânio adotou uma **política externa mais independente**, contrariando os grupos que defendiam uma submissão completa aos Estados Unidos, como a UDN. Houve uma aproximação diplomática e comercial com a URSS e a China. Em 1961, em agradecimento por Ernesto “Che” Guevara, que então era ministro de Cuba, ter atendido a um pedido do governo brasileiro e libertado um grupo de padres que se encontravam prisioneiros em Cuba, Jânio o condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul, principal condecoração brasileira. O vice-presidente João Goulart foi enviado à China para tratar de uma maior aproximação comercial entre os dois países. Estas atitudes levaram ao afastamento da UDN. E levaram os grupos conservadores a retirarem seu apoio ao governo, deixando Jânio isolado.

Ficava cada vez mais claro que Jânio não tinha propostas claras para resolver os problemas econômicos do Brasil, ao mesmo tempo que descontentava os grupos conservadores que o elegeram. Sem apoio no Congresso nacional, em 25 de agosto de 1961, Jânio alegou que sofria pressões de “forças ocultas” e renunciou à presidência.



Governo João Goulart (1961-1964)

No momento da renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente **João Goulart**, também chamado de **Jango**, se encontrava em viagem à China, e o cargo foi assumido pelo presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili. Os grupos conservadores, especialmente a UDN, parte dos militares e grandes empresários brasileiros e estrangeiros, eram contrários à posse de João Goulart, por este ser um representante da política **trabalhista** de Getúlio Vargas.

A resistência das Forças Armadas à posse de Jango, era visível, mas ele contava com apoio de amplos setores. Os governadores do Rio Grande do Sul (**Brizola**) e de Goiás (Mauro Borges) eram francamente favoráveis à sua posse. Do Rio Grande do Sul, Brizola desencadeou uma campanha nacional pela posse de Jango, que contou com o apoio do comandante do Terceiro Exército. A campanha exigia que se cumprisse o que determina a lei, ou seja, que diante do afastamento do presidente se deve dar posse ao vice-presidente, e por isso ficou conhecida como a **Campanha da Legalidade**, que mobilizou a população do país contra a tentativa de golpe.

Diante do impasse que se criava, o Congresso impôs uma mudança para que os grupos conservadores aceitassem a posse de João Goulart. O Ato Adicional de três de setembro de 1961, alterou a Constituição de 1946 e estabeleceu o **parlamentarismo**. Assim, o chefe de governo deixaria de ser o Presidente, e passaria a ser um Primeiro-Ministro. Exerceram cargos de primeiro-ministro, Tancredo Neves, Hermes Lima e Francisco Brochado da Rocha. A atitude do presidente mostrava uma preocupação evidente de restabelecer o presidencialismo. Assim, em três de março de 1963, foi realizado um **plebiscito**, onde o povo decidiu, por maioria, o **retorno do presidencialismo**. Foi um período politicamente muito agitado em todos os setores. No setor partidário, o PSD se afastava do PTB para aproximar-se da UDN.

As Reformas de Base

O governo de João Goulart retomou uma **política econômica nacionalista**, nacionalizando empresas estrangeiras, o que provocou a contrariedade das grandes empresas estrangeiras e do governo norte-americano, além de grande parte da elite brasileira comprometida com os interesses estrangeiros. Estes setores, articulando-se junto aos grupos conservadores das forças armadas, e aos governadores de Minas Gerais (Magalhães Pinto), São Paulo (Adhemar de Barros) e Guanabara (Carlos Lacerda), passaram a se articular, buscando enfraquecer e derrubar Jango da presidência.

Diante do enfrentamento político e das tentativas da elite econômica e dos partidos de direita de enfraquecerem o governo de João Goulart, o PTB decidiu tornar prioridade e acelerar a implementação de uma série de reformas defendidas pelo partido desde o governo de Juscelino Kubitschek, chamadas Reformas de Base. *“Sob essa ampla denominação de ‘reformas de base’ estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.”*

(FERREIRA, Marieta de Moraes, em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base).

A **questão agrária** foi um tema que causou imenso descontentamento das elites contra o governo de João Goulart. Ao contrário de governos anteriores, o poder Executivo passou a intervir na questão. Em seu governo, os trabalhadores rurais, que se organizavam em entidades como as Ligas Camponesas e associações, passaram a criar sindicatos e federações, que resultaram na fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).



Direitos trabalhistas básicos, que desde a década de 1940 já estavam garantidos aos trabalhadores das cidades, foram estendidos aos trabalhadores do campo com o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Jango criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que tinha a função de formular políticas de **reforma agrária**. A Constituição da época dificultava a reforma agrária, pois estabelecia que a desapropriação de terras devia ser realizada mediante um pagamento prévio de indenização em dinheiro. O governo alegou falta de recursos e encaminhou, através do PTB, projeto para alterar a Constituição, de modo a permitir o pagamento de indenizações pelas terras através de títulos da dívida agrária. A demora em conseguir votos para alterar a Constituição culminaria com um decreto em que se desapropriavam áreas superiores a 500 hectares e que estivessem improdutivas, especialmente as situadas ao longo das rodovias e ferrovias e obras públicas.

Em setembro de 1963 houve um motim de sargentos em Brasília. O movimento mostrava apoio às reformas anunciadas pelo governo e descontentamento com a demora do Congresso em aprovar as mudanças. Entre os altos oficiais das forças armadas, crescia o descontentamento por entenderem que havia uma penetração das “ideias comunistas” entre os subalternos, como soldados, sargentos e oficiais de baixa patente, o que prejudicava a estrutura hierárquica.

Para viabilizar as **Reformas de Base**, era necessário fazer uma série de mudanças na Constituição, para as quais eram necessários 3/5 do Congresso Nacional, o que nunca foi alcançado. Partidos políticos como o PTB e o PCB (que ainda era ilegal), movimentos sociais e organizações que representavam a sociedade, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e sindicatos e confederações de trabalhadores, passaram a se mobilizar exigindo do Congresso a aceleração das mudanças. Por outro lado, a imprensa conservadora, entidades financiadas pelo governo dos EUA, grandes empresários, e os grupos conservadores da igreja católica e do exército, acusavam João Goulart de ser “comunista” e de promover a desordem.

Em 13 de março de 1964, em um grande comício que ficou conhecido como **Comício das Reformas**, dirigindo-se a uma grande multidão de trabalhadores e estudantes, Jango anunciou que as reformas seriam realizadas, mesmo que o Congresso ainda não as houvesse aprovado. O ato deveria servir para pressionar o Congresso, mas acabou provocando uma ruptura, fazendo com que partidos de centro, como o PSD, retirassem seu apoio ao governo.

No dia 25 de março, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, praças da Marinha realizaram um ato em solidariedade aos seus colegas que haviam sido punidos pela manifestação de setembro de 1963. O presidente prometeu que os manifestantes não sofreriam punições, e estes realizaram uma passeata. Em 30 de março os altos oficiais, através do Clube Naval e do Clube Militar, lançaram um manifesto alegando que estava ocorrendo uma quebra da disciplina. O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, lançou uma circular denunciando uma suposta “infiltração comunista” nas forças armadas.

As origens do golpe militar de 1964

A articulação do golpe de Estado de 1964 não pode ser vista como um fato isolado. Pelo contrário, revestiu-se de uma forte organização prévia e refletiu a conjuntura internacional da Guerra Fria. Ao se alinhar com o bloco capitalista na Guerra Fria, o Brasil engajou-se não apenas no projeto de desenvolvimento capitalista, mas também em uma política internacional dominada pelos Estados Unidos, a **Doutrina de Segurança Nacional (DSN)**, uma política que visava impedir que movimentos socialistas/comunistas ganhassem força, além de aceitar o direito dos Estados Unidos intervirem em defesa de seus interesses e de “governos amigos”.

Concretamente, para a implantação da Doutrina de Segurança Nacional, os militares brasileiros fundaram, com o auxílio dos EUA, a **Escola Superior de Guerra (ESG)**, seguindo o modelo da *National War College* norte-americana. **Os militares brasileiros passaram a receber formação dada pelo exército e pelo serviço de inteligência dos EUA, o que implicava não apenas o treinamento militar, mas também a formação ideológica.**



A ESG é uma instituição que depende exclusivamente do Estado-maior das Forças Armadas e goza de independência em relação ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Destinava-se à formação de civis e militares que acabaram ocupando os mais altos postos da administração pós-64.

Em 1961, já durante o governo de João Goulart, foi fundado o **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)**, entidade que atuava de forma integrada à ESG e que agrupou a elite da classe empresarial e intelectual **anticomunista** e **antipopulista**, onde se estudou e se articulou a derrubada de Jango. Entre seus membros mais conhecidos estavam militares, como os generais Golbery do Couto e Silva, Otávio Medeiros, e Ernesto Geisel, além de civis como Hélio Beltrão e o economista Delfim Neto. Todos eles, mais tarde, tomariam parte nos governos da ditadura militar.

Em 1964 João Goulart enfrentava dificuldade para aprovar seus projetos de reforma, pois não conseguia a maioria dos votos no Congresso, enquanto isso era pressionado pelas elites (para abandonar estes projetos) e ao mesmo tempo pelos movimentos populares (para que as reformas fossem realizadas), e anunciava que prosseguiria com as reformas mesmo sem aprovação do Congresso. Aproveitando-se da crise por que passava o populismo, o Exército derrubaria o governo, acusando Jango e seus seguidores de comunistas. Na noite de 31 de março de 1964, a partir de Minas Gerais, com o apoio do governador Magalhães Pinto e dos governos de São Paulo e da Guanabara, teve início um golpe militar. Enquanto isso, a Marinha dos Estados Unidos havia mobilizado uma frota para ficar de prontidão, na operação que ficou conhecida como **“Operação Brother Sam”** e intervir militarmente no Brasil caso o golpe militar fracassasse. João Goulart foi deposto no dia 1º de abril.

19. A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Após o golpe de 1964, que culminou com a deposição de João Goulart, ficou claro que o Brasil entraria em uma ditadura. Embora o movimento militar tenha contado com o apoio de grupos civis, como os políticos da UDN e grupos conservadores da sociedade, e seguisse orientações de grandes empresários brasileiros e estrangeiros, bem como do governo dos Estados Unidos, logo ficou claro que os militares não pretendiam entregar o poder aos civis. Agora, representantes das Forças Armadas permaneceriam no controle direto do aparelho de Estado.

O golpe de 1964 foi apoiado por diversos setores da opinião pública. As elites comemoravam o fim das tentativas de reformas sociais e econômicas, bem como a repressão sobre os movimentos populares. Grupos empresariais acreditavam que isto permitiria dinamizar o capitalismo no Brasil. Os Estados Unidos viam com bons olhos o sucesso do golpe. Pouquíssimos grupos conseguiram esboçar alguma reação,

Além disso, os militares golpistas, sempre que se manifestavam, procuravam demonstrar uma preocupação com o “fortalecimento da democracia” na defesa “contra o comunismo”. Contudo, apesar das promessas dos generais que governaram o Brasil a partir de 1964, o que ocorreu não foi um resguardo da democracia, mas sim um fortalecimento do poder executivo e do aparato repressivo, e a centralização do poder, com a plena utilização dos **Atos Institucionais** (AI, um instrumento que permitia ao presidente atribuir-se poderes que não estavam na Constituição, sem necessidade de aprovação pelo Legislativo) e dos **Decretos-leis**, que permitiam ao presidente criar leis e governar sem aprovação do Congresso. A ditadura militar no Brasil caracterizou-se pelo fortalecimento do poder central; perseguição aos adversários políticos do regime (vistos como “inimigos”); estímulo à entrada de investimento de capital estrangeiro no país; inúmeras prisões, torturas, mortes, perseguições políticas; censura à imprensa, guerrilha urbana e rural; suspensão dos direitos e garantias individuais; controle sobre a educação, inclusive retirando dos currículos disciplinas como filosofia, história e geografia, e criando disciplinas que deveriam transmitir os valores ideológicos desejados pelo governo, como Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil.



Implantação do Regime Militar

No dia 2 de abril de 1964, uma junta militar, auto-intitulada **Comando Supremo da Revolução**, formada pelos ministros Gen. Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Rademaker Grúnwald, assumiu o controle do Estado. Uma semana depois, esta junta baixou o **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**, redigido por Francisco Campos (autor da Constituição Fascista de 1937), que promoveu **cassações políticas e expurgos**, tanto nos meios civis como militares. **O AI-1 revestia o executivo de poderes especiais, para cassar mandatos e suprimir direitos políticos, bem como decretar estado de sítio e elaborar emendas constitucionais sem aprovação parlamentar.**

No dia 15 de abril, num acordo entre a ESG, o PSD e UDN, tomava posse na presidência o **Mal. Humberto Castelo Branco (1964-1967)**. Castelo Branco era identificado com os “liberais” da ESG, eprometia o retorno à normalidade democrática e ao fortalecimento do capitalismo privado. Apesar das palavras, seguiram-se as cassações políticas. Somente durante a vigência do AI-1 (1964 a 1965) foram aplicados 3.535 atos punitivos.

Em outubro de 1965, o governo baixou o **AI-2** que **extinguiu partidos políticos e instituiu o sistema bipartidário**, com a criação de **um partido situacionista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena)**, e **um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**. A eleição direta para presidente, que estava marcada para outubro de 1965, foi transferida para 1966, sendo substituída pela prorrogação do mandato de Castelo Branco. O AI-2 também determinava que em 1966 o presidente da República não seria eleito através de eleição direta, mas sim escolhido pelo Congresso Nacional, podendo haver apenas dois candidatos, um governista e um da oposição. As eleições para governador dos estados, porém, ocorreram em 1965 de forma direta, como estava previsto, e o resultado foi a vitória de vários governadores de oposição.

Quatro meses depois foi a vez do **AI-3**, que estabelecia eleições indiretas para governadores de Estado, demonstrando a preocupação com a vitória de candidatos oposicionistas na eleição de julho de 1965. A escolha dos governadores passaria a ser feita pelas Assembleias Legislativas.

Aliado à política de cassações e suspensões de mandatos, seguiu-se a do **“arrocho salarial”** que favorecia a concentração de renda. Para evitar protestos e mobilizações populares, o governo colocou sob intervenção 425 sindicatos e sancionou a Lei Suplicy que provocou suspensões e expulsões de estudantes e professores das faculdades. Tratava-se da aplicação do “tratamento de choque, para acabar com a subversão”, segundo as palavras do Ministro Roberto Campos.

Internamente, os golpistas se dividiram. Muitos militares não concordavam com a política de endurecimento, é o caso do Gen. Mourão Filho ou de civis como Carlos Lacerda. Pressionado e cada vez mais isolado, Castelo Branco acabou cedendo terreno à candidatura Costa e Silva, da qual discordava. Nos últimos meses de seu governo, Castelo Branco convocou o Congresso (já mutilado pelas cassações) em caráter extraordinário e editou o **AI-4**, em dezembro de 1966, para votar a **nova Constituição**, “promulgada” em janeiro de 1967. Em fevereiro é sancionada a nova **Lei de Segurança Nacional**. No mesmo mês inicia o **governo Costa e Silva (1967-1969)**. As palavras de Costa e Silva na posse, não divergiram das de Castelo Branco em 1964. Prometia a restauração do regime democrático, mas sua ação também não foi diferente: o endurecimento do regime e o adiamento da abertura política.

A reação ao autoritarismo instituído no Brasil ganhou força efetiva a partir de 1968. Na medida em que os principais órgãos representativos da sociedade civil, como os sindicatos, eram mantidos sob intervenção, os estudantes tornavam-se a vanguarda da oposição. Das reivindicações passaram à ação e, quando, a 28 de março, um pelotão de choque da polícia militar invadiu o Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, para impedir a realização de uma passeata, houve agressões e um saldo trágico: o estudante Édson Luís de Lima Souto foi morto. No dia seguinte, 50.000 pessoas se aglomeraram na frente da Assembleia Legislativa para acompanhar o enterro que teve um velório público, no local. Era o início das manifestações contra o governo.



No mês de junho, estudantes, professores, religiosos, intelectuais e outros segmentos da sociedade participaram da maior passeata contra o regime realizado até ali: 10.000 pessoas marcharam nas ruas do Rio de Janeiro, exigindo o fim da ditadura e o restabelecimento das liberdades democráticas. O estopim estava aceso, mais protestos viriam e a classe trabalhadora manifestou-se. Vinte mil trabalhadores entraram em greve em Osasco e Contagem.

O governo contra-atacou com prisões e repressões a toda e qualquer manifestação estudantil ou de trabalhadores. Além do exército e das polícias, outras entidades ultradireitistas, como o **Comando de Caça aos Comunistas (CCC)**, agiam com pistolas, rifles, bombas de gás lacrimogêneo e até “coquetéis molotov”, causando vários ferimentos e mais uma vítima, o estudante José Guimarães, em outubro de 1968. Neste mesmo mês, cerca de 700 estudantes foram presos em Ibiúna, onde ocorria o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido proibido pelo governo, estando a UNE proscrita desde 1964. No âmbito parlamentar, o deputado Márcio Moreira Alves atacava o governo em um discurso e o Congresso se recusava a puni-lo.

Para as autoridades, a agitação social atingira o limite da tolerância. Dentro das forças armadas, a “linha dura” enquadrou e subordinou os militares que não se identificavam com a Doutrina de Segurança Nacional, e o **Serviço Nacional de Informações (SNI)** assume papel preponderante entre os militares. A resposta do governo veio através do **AI-5**, consolidando definitivamente o autoritarismo do regime. A publicação deste novo Ato, a 13 de dezembro de 1968, veio acompanhada do **fechamento do Congresso**, por tempo indeterminado. **O AI-5 conferia poderes quase absolutos ao presidente da república que podia: decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores; decretar estado de sítio; intervir nos Estados e Municípios; suspender direitos políticos de qualquer cidadão; proibir atividades e manifestações de cunho político; suspender as garantias constitucionais; demitir, remover ou aposentar juízes e funcionários do Estado; suspender a garantia de “Habeas Corpus”; entre outras disposições.** O governo, a partir daí, centraliza autoritária e arbitrariamente o poder.

As lutas reivindicatórias de 1968 foram esmagadas pela violência do AI-5 e a oposição, jogada na clandestinidade. Muitos militantes políticos, diante da possibilidade de se manifestar, passam a agir na clandestinidade e a criar grupos que se dedicariam à luta armada contra a ditadura. Em fevereiro de 1969, o governo publicou o decreto-lei 477 que proibia atividades políticas a estudantes, professores e funcionários públicos. Fechando, assim, as já limitadas possibilidades de manifestação daqueles que, durante o ano de 1968, estiveram na vanguarda da oposição ao regime.

Em agosto, o presidente Costa e Silva já não tinha mais condições físicas para seguir governando. Os ministros militares, temerosos de entregar o cargo ao vice-presidente Pedro Aleixo, incompatibilizado com os militares por se pronunciar contrário ao AI-5, fizeram uma **junta militar** assumir o poder. Em setembro, membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) sequestraram Charles Elbrick, embaixador dos EUA, libertado depois que a junta banuiu, enviando para o México, quinze presos políticos. A condução do caso não agradou a alguns setores militares e foi apressado o processo de sucessão presidencial. Os cargos de Costa e Silva e Pedro Aleixo foram declarados vagos.

Em outubro, o Congresso foi reaberto após 10 meses de recesso, sem 93 de seus membros que haviam sido cassados ou presos, e foi escolhido o novo presidente: **Gen. Emílio Garrastazu Médici**, ex-chefe do SNI e, no momento, comandante do III Exército, líder expoente da “linha dura”. **O governo Médici (1969-1974)** seria marcado pela plena utilização do AI-5. Já nas eleições de novembro para o Congresso, o governo demonstrava a intenção de usar a força. As eleições foram precedidas de inúmeras prisões sem mandato judicial, jogando os opositores no isolamento e no medo, e resultando em um massacre nas urnas para o MDB.

Nos primeiros meses de governo, Médici não poupava o uso dos decretos-leis. Em decreto-lei de



1970, estabeleceu a censura prévia a livros e periódicos. O clima de terror gerado pelos atos do governo Médici se encarregava de estabelecer a autocensura nas redações e a censura prévia, praticamente, só foi utilizada, na imprensa alternativa (exemplos disto são “O Pasquim” e “Opinião”). Jornalistas e censores passavam a conviver diariamente. Como não era permitido manter espaços em branco no lugar das matérias proibidas, a imprensa preencheu os vazios das formas mais variadas: o Jornal da Tarde protestava, por exemplo, publicando receitas culinárias e trechos de “Os Lusíadas” de Camões nestes espaços.

Paralelamente, o governo procurou incrementar o desenvolvimento econômico. Desde 1967, os EUA, através do **Enunciado McNamara**, acrescentaram à Doutrina de Segurança Nacional o binômio “**Desenvolvimento e Segurança**”, quando se aumentou a disponibilidade de recursos a serem aplicados na América Latina, visando acelerar o seu crescimento econômico e neutralizar a subversão social. No Brasil, o desenvolvimento acelerado ocorreu entre 1970 e 1973, onde a economia brasileira viveu uma fase de euforia com a entrada maciça de capitalistas estrangeiros e o fortalecimento do setor estatal. Era o “**milagre econômico**”. Aumentou, principalmente, a capacidade da indústria de consumo, onde a indústria automobilística e a de eletrodomésticos cresceram, com os bens de consumo ficando mais acessíveis a setores da classe média. Foi privilegiada a construção civil, com a extensão da rede de rodovias asfaltadas, pontes, viadutos, e proliferou a especulação. Projetos de “obras faraônicas” ganham prioridade, como o caso da rodovia Transamazônica e da Hidrelétrica Itaipu, absorvendo grande número de desempregados. Por outro lado, aumentou muito a dívida externa do Brasil. Ao mesmo tempo, para a maior parte dos trabalhadores, foi um período de arrocho salarial, com a desvalorização do salário mínimo e grande concentração de renda nas mãos das classes mais altas. O ministro da fazenda, Delfim Netto, justificava a falta de preocupação com a desigualdade social crescente, alegando que era preciso “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Assim, os ricos ficavam mais ricos, e os pobres ficavam mais pobres. Porém, o crescimento da economia e o aumento do consumo faziam com que a classe média apoiasse a política econômica do governo.

Em 1970, a seleção brasileira de futebol conquistou o tricampeonato. Não havia dúvidas: “*ninguém segura este país*”, “*Brasil, ame-o ou deixe-o*”, e “*Pra frente Brasil*”, foram alguns dos **slogans ufanistas** que se instauraram no país.

Mas mesmo a propaganda governamental e o “milagre econômico” não puderam esconder a brutal repressão da década de 70, onde não faltaram prisões arbitrárias, mortes, e a prática da tortura tornou-se comum nos porões do **DOPS** e do **DOI-CODI**, a polícia política do regime. Desordenada e dividida, a esquerda reagia sequestrando embaixadores que seriam trocados por presos políticos e outros grupos lançavam-se na guerrilha, tornando-se presa fácil dos órgãos de segurança. Pouco a pouco, guerrilheiros como Lamarca e Marighela tombaram mortos frente ao forte aparato militar montado. Articulou-se uma verdadeira máquina de repressão controlada pelos órgãos de segurança, que deu carta branca à corrupção e desmandos na polícia, onde o Esquadrão da Morte, encabeçado pelo delegado Fleury, agia impunemente.

Abertura Lenta e Gradual

O estado de terror inicia sua derrocada com o fim do governo Médici. A euforia dos primeiros anos de seu mandato tinha acabado. Em nível internacional, desencadeou-se a crise do petróleo, fazendo com que diminuíssem os investimentos externos, mas o governo continuou a política do “Milagre”. Plantava-se soja para exportação, mas importava-se feijão e carne. Havia grandes filas nos açougues e supermercados. A inflação era desenfreada e o governo manipulava os índices do custo de vida.

Com o **governo general Ernesto Geisel (1974-1979)**, abriu-se uma nova fase da ditadura. Sua ascensão marcava o retorno do “grupo castelanista” e o afastamento gradativo da “linha dura” do poder.

A meta prioritária de seu governo indicava o caminho da **abertura democrática**. Porém,



adistensão deveria ser “lenta e gradual”, segundo as palavras do próprio presidente. Ou seja, uma abertura controlada pelo grupo militar que tomou para si as reformas e procurou não abrir espaços à participação popular. Assim, a classe média, insatisfeita com a perda dos privilégios adquiridos durante o “milagre”, pressionava o governo, exigindo mudanças políticas, mas não assume o enfrentamento direto com os militares. A distensão promovida pelo governo Geisel acabou sendo realmente lenta e gradual como haviam previsto seus idealizadores. Isto é, abertura política sem o perigo de a classe dominante perder o controle do aparato estatal.

Para a concretização do retorno democrático nesses moldes, o governo Geisel, auxiliado pelo gen. Golbery do Couto e Silva, ideólogo do projeto, alternou o uso da força do AI-5 com medidas liberalizantes.

O marco decisivo para a abertura veio em 1976, após dois casos pessoas assassinadas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, **o jornalista Vladimir Herzog**, em outubro de 1975, e **o operário Manoel Fiel Filho**, em janeiro de 1976.

Vladimir Herzog havia recebido em casa uma intimação para depor no DOI-CODI, e dirigiu-se voluntariamente para a delegacia e no dia seguinte estava morto em uma cela. O general Eduardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército e responsável pelo órgão de segurança, alegou que o jornalista havia cometido suicídio, mas esta versão não foi aceita por não ter nenhuma credibilidade quando confrontada com as evidências. A repercussão foi muito maior do que as autoridades previam. Milhares de pessoas se fizeram presentes no culto ecumênico na Catedral da Sé, em homenagem a Herzog, e o culto se tornou um gigantesco protesto. Foi movida uma ação contra o governo, que seria responsabilizado pela morte do jornalista.

Em fevereiro de 1976, o II Exército anunciou outra morte nas dependências do DOI-CODI paulista, a do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, que também foi anunciada como caso de suicídio. Desta vez Geisel foi obrigado a agir, demitindo o Gen. Eduardo D'Ávila Melo. Iniciava-se o choque definitivo entre o presidente e os órgãos de repressão. A “linha dura” começava a perder o seu espaço.

Nas eleições parlamentares de 1974, com a propaganda livre, o MDB havia derrotado a ARENA no Senado, conquistando 15 das 22 vagas, e ocupando 44% das cadeiras na Câmara. Temendo novas vitórias da oposição nas eleições municipais de 1976, o ministro da justiça Armando Falcão teve um projeto de lei aprovado, conhecido como **Lei Falcão**, que limitava o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. A lei impedia os candidatos de falarem sobre suas propostas e suas opiniões durante a propaganda eleitoral, além de proibir a realização de debates em TV e rádio e a veiculação de músicas e imagens. Era permitido apenas mostrar uma fotografia do candidato, e este podia falar seu nome, número, alguns dados biográficos e anunciar os locais e horários dos comícios. Para contornar esta limitação, o MDB criou a TV-MDB, um programa apresentado na carroceria de um caminhão que a cada dia percorria uma localidade diferente.

Em princípios de 1977, o MDB conseguiu impedir a aprovação de um projeto do governo para reformar o judiciário. Sentindo o controle da situação escapar-lhe das mãos, Geisel **fechou o Congresso** no dia 1º de abril e decretou reformas políticas que ficariam conhecidas como o **“Pacote de Abril”**. O “pacote” promoveu a reforma no judiciário e introduziu algumas reformas políticas, como a necessidade do “quorum” absoluto para reformas constitucionais e a criação dos **“senadores biônicos”**: 1/3 dos senadores passava a ser indicado pelo governo. Garantia-se assim, a partir daí, a hegemonia da ARENA no Congresso. Além de tudo isso, o governo continuou promovendo cassações de deputados opositores, o que provocou o descontentamento até mesmo dentro da própria ARENA, como foi o caso do Senador Teotônio Vilela, cada vez mais dissidente e imprimindo severas críticas ao governo.

Na política externa, a eleição de Jimmy Carter para a presidência dos EUA acelerou as mudanças internas no Brasil.



A nova política externa norte-americana passava a reforçar a defesa dos direitos humanos, condenando regimes repressivos, apelava para o respeito com os presos políticos e para o fim das torturas, e suspendia o auxílio militar às ditaduras latino-americanas. Esta nova orientação provocou uma divisão nos meios militares. Sentindo-se acuada, a “linha dura”, através do ministro do exército Sylvio Frota, articulava uma espécie de golpe branco, procurando garantir que a sucessão presidencial caísse em suas mãos. Para o grupo dos “duros”, o governo Geisel era “fraco” para combater a “subversão”, como afirmava o próprio Frota. Geisel, por sua vez, demonstrou firmeza quando demitiu o ministro em outubro de 1977, numa manobra que contou com o auxílio do Gen. Hugo Abreu.

Abriam-se, definitivamente, espaços para a rearticulação da sociedade civil: os estudantes promoveram encontros para reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE); advogados representados pela OAB e segmentos da igreja exigiam o retorno das liberdades democráticas; empresários progressistas e parte significativa da classe média clamam por articulação política; a imprensa, parcialmente livre de censura, passou a denunciar os escândalos financeiros; e em 1978, os operários metalúrgicos da região do ABC paulista (maior pólo industrial do país) promovem grandes greves. As palavras de ordem das manifestações eram **anistia ampla, geral e irrestrita**, e o **fim da ditadura militar**.

Em meio a toda euforia, o grupo que ocupava o governo afastava o perigo dos militares da “linha dura” retornarem ao poder. Por outro lado, Geisel esvaziou as tentativas do MDB e da própria ARENA de intervirem no processo sucessório, e definiu o nome do **gen. João Baptista Figueiredo** (chefe do SNI) para a sua sucessão, com a missão de dar continuidade ao projeto de abertura lenta e gradual.

Antes, porém, de passar o poder ao novo escolhido, Geisel **revogou AI-5**. O momento foi propício, pois gerou um clima de confiança e esperança no governo e garantiu que a posse de Figueiredo fosse feita com tranquilidade. Contudo, restaram resquícios autoritários da revogação do AI-5, criaram em seu lugar as chamadas “salvaguardas constitucionais”, que seriam instrumentos excepcionais para a defesa do regime em situações de emergência e crises graves. Essas “medidas de emergência” equivaliam, na prática, à decretação do estado de sítio.

Nogoverno Figueiredo (1979-1985) o estilo do presidente era um tanto diferente de seus antecessores, com alguns traços de populismo. Ele aparecia vestindo calção em capas de revista, ou montado a cavalo, sugerindo que lhe chamassem apenas de João. Além das promessas de recuperação econômica, prometia continuar a chamada **abertura democrática** iniciada no governo Geisel, em razão das fortes pressões da sociedade, insatisfeita com os fracassos do modelo econômico e político da ditadura militar.

Em junho de 1979, Figueiredo assinou o projeto de **anistia política** que não contou com o apoio da oposição, que formava a maioria no parlamento, por não se tratar de uma anistia ampla e irrestrita. Ela não beneficiava presos acusados de terrorismo, nem devolvia cargos e patentes aos funcionários públicos e militares punidos pela ditadura. Mas, em novembro, com o indulto de Natal, praticamente esvaziaram-se as cadeias de presos políticos. Como consequência da anistia, começaram a retornar ao Brasil aqueles que se encontravam exilados. Entre os mais importantes, estavam: Leonel Brizola, moderado e atritado com o MDB; Miguel Arraes, pregando a unidade da oposição; e Luís Carlos Prestes, expulso do PCB.

Em novembro do mesmo ano, numa manobra política, Figueiredo encaminhou uma reforma partidária, extinguiu o bipartidarismo e **liberou a formação de novos partidos políticos**. O pluripartidarismo visava o enfraquecimento da oposição, visto que, com o surgimento de novos partidos a partir de 1980, o MDB se dividiria. O partido do governo, a ARENA, foi rebatizada como Partido Democrático Social (PDS). A oposição formou diferentes partidos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Progressista (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT, liderado por Leonel Brizola e formado pelas lideranças do antigo PTB), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, organizado por Ivete Vargas, sobrinha-neta



de Getúlio Vargas).

O governo estava satisfeito. Porém, os militares da “linha dura”, inconformados com a democratização progressiva do regime, reagiu através de uma **onda de atentados** criminosos. O mais grave deles ocorreu em agosto de 1980, quando duas cartas-bomba foram enviadas à sede da OAB e ao gabinete do vereador Antônio Carlos do PMDB, causando a morte da secretária Lyda Monteiro da OAB e ferindo seis pessoas. Não foram encontrados os responsáveis. O governo Figueiredo procurou contornar a situação e em novembro de 1980, o congresso aprovou a emenda constitucional enviada pelo presidente, que estabelecia eleições diretas para governadores de Estado, em 1982.

Paralelamente, mais bombas apareceram. No dia 30 de abril de 1981, ocorreu o atentado à bombano show musical que ocorria no Riocentro, um centro de eventos no Rio de Janeiro. O espetáculo era em benefício dos trabalhadores que comemoravam o 1º de maio. A bomba, levada ao local por dois militares, explodiu nas mãos dos autores do atentado, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu instantaneamente, e o capitão Wilson Luís Chaves Machado, que ficou gravemente ferido. Ambos pertenciam ao Exército. O governo abriu inquérito, mas por “falta de provas” as investigações não prosseguiram. O Atentado do Riocentro pode ser relacionado com a reação da direita militar ao processo de liberalização política ocorrido no governo do general João Figueiredo.

Os anos de 1981 e 1982 foram, por excelência, marcados pela articulação dos partidos e pela campanha eleitoral. O governo não pretendia perder as eleições e, em 1981, um pacote de medidas instituiu a vinculação partidária dos votos, **proibindo a coligação entre os partidos de oposição**. Apesar da intimidação promovida por setores militares de extrema direita, as mobilizações em torno das eleições de novembro de 1982, cresceram. Realizado o pleito, a oposição ganhou dez governos estaduais. Mesmo assim, o governo saiu fortalecido, uma vez que o PMDB, maior partido de oposição, não alcançou maioria no congresso.

O Brasil atingiu o ponto crítico da crise desencadeada após o “milagre”. Verificaram-se os mais altos índices de inflação e a dívida externa batia recordes. Internamente, Delfim Neto, o ministro da fazenda, afastou Mário Henrique Simonsen do Ministério do Planejamento e assumiu o posto, pregando a aceleração do desenvolvimento a qualquer custo, como na década de 70. Contudo, os tempos eram outros e a promessa de baixar a inflação não foi cumprida. Ao contrário, ela disparou e a recessão escancarou as portas da economia nacional. O país acabou forçado a recorrer ao FMI e aceitar suas exigências. Cresceram as críticas ao modelo econômico em todos os segmentos da sociedade, desde as classes baixas até os grandes empresários. A confiança na política governamental, verificada nos primeiros anos do governo Figueiredo, foi substituída pela reorganização e união da oposição em 1984, refletida na campanha pelas eleições diretas para a presidência.

A campanha pelas eleições diretas e o fim do governo militar

A mobilização popular ganhou força com a proximidade da votação do projeto de emenda constitucional que determinaria as **eleições diretas** para a presidência da República em 1984, chamada **Emenda Dante de Oliveira**, marcada para o dia 25 de Abril de 1984. Nas primeiras semanas de abril, um fato inédito tomou conta do cenário político do país. Em nenhum momento anterior da história brasileira, mais de um milhão de pessoas se aglomerou em comícios políticos como no RJ e SP, seguidos de outros em vários Estados, também reunindo milhares de pessoas que exigem eleições diretas. Era a campanha pelas “**diretas já!**”. O governo, acuado, partiu para a reação. A 18 de abril, o decreto nº 89.566 baixou as medidas de emergência no Distrito Federal e cidades ligadas à capital, com prazo de 60 dias de duração, nomeando o Gen. Newton Cruz como seu executor. Enquanto isso, o presidente enviava uma emenda para apreciação do Congresso, que estabelecia eleições diretas apenas a partir de 1988. Seguiram-se as pressões pessoais do presidente a deputados do PDS para que rejeitassem a Emenda Dante de Oliveira.



No dia 25 de abril, o policiamento na capital era ostensivo. Não faltaram prisões de estudantes, jornalistas e até de dois deputados do PMDB. A censura aos meios de comunicação e a proibição da transmissão da votação do Congresso foram os pontos críticos do retrocesso que o regime viveu. A rejeição da emenda Dante de Oliveira adiou as eleições diretas que só ocorreriam em 1989.

O restante do ano de 1984 foi marcado por articulações políticas entre os partidos de oposição, criando a **Aliança Democrática**, no sentido do lançamento de uma candidatura única para as eleições presidenciais indiretas de 1985. O Congresso Nacional (que formava o “colégio eleitoral”) era de maioria governista, e a oposição não queria se dividir em diferentes candidaturas. O nome de Ulisses Guimarães surgiu como candidatura natural e de consenso, porém, ele foi preterido por **Tancredo Neves**, que se caracterizava por ser mais conservador e moderado e, portanto, capaz de atrair adesão dos descontentes do PDS, sem os quais não seria possível atingir a maioria do Congresso.

Já dentro do PDS, alguns setores sentiam-se constrangidos pela mobilização popular das “Diretas, Já!” e a atuação do governo Figueiredo. O candidato governista escolhido foi Paulo Maluf, o que causou descontentamento de um grupo dissidente do PDS, encabeçado por José Sarney e Marco Maciel, que criaram a Frente Liberal, que viria a formar o Partido da Frente Liberal (PFL).

Tancredo fechou a aliança com a Frente Liberal em troca da vice-presidência para José Sarney. Com o apoio dos partidos de oposição (com exceção do PT que não aceitou a indicação de Sarney) e dos dissidentes do governo, Tancredo derrotou Maluf por 480 votos a 180. No discurso da vitória, Tancredo anuncia a **Nova República**. No dia 14 de março de 1985, um dia antes da posse, é internado às pressas no Hospital de Base de Brasília com complicações intestinais que o levariam à morte. O vice-presidente José Sarney é empossado, encerrando o ciclo da Ditadura Militar iniciado em 1964.

20. A NOVA REPÚBLICA (1985-...)

Governo Sarney (1985-1989)

Já em maio de 1985, o Congresso Nacional aprova uma série de **mudanças democratizantes**:

- restabelecimento das **eleições diretas** para presidente e vice-presidente (e eliminação do colégio eleitoral), e para prefeitos de capitais, das áreas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais;
- liberdade para as atividades sindicais;
- direito de voto para os analfabetos;
- liberdade de organização de novos partidos;
- legalização dos partidos que viviam na clandestinidade como o PCB e o PC do B.

Porém, apesar de tudo ainda persistiam alguns “entulhos autoritários”, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, o direito de o presidente baixar decretos-lei, etc.

Política Econômica

Quando começou o governo Sarney, a nossa economia era marcada por um superendividamento interno e externo, grande aumento do déficit público e inflação galopante. Esta situação levava à redução dos investimentos privados nos setores produtivos. Os empresários investem, de preferência, no mercado financeiro e daí a produção cai e os preços aumentam.

Os trabalhadores, aprimorando sua organização para defesa de seus interesses, criaram duas centrais sindicais: a **Central Única dos Trabalhadores (CUT)** e a **Central Geral dos Trabalhadores (CGT)**. A luta por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais levou a uma série de greves durante todo o ano de 1985 e começo de 1986.



O governo respondeu com o Plano Cruzado, em 1986.

O **Plano Cruzado**, lançado com a área econômica sob o comando de Dílson Funaro, Ministro da Fazenda, foi um plano de estabilização econômica baseado no controle dos preços e na desindexação da economia. Para desindexar a economia foi extinta a correção monetária. O governo se beneficiou politicamente dos resultados do plano, porém não conseguiu conter de forma satisfatória a inflação.

O governo conseguiu diminuir sua dívida interna, os empresários voltaram a produzir e até os trabalhadores tiveram alguma melhoria. A moeda brasileira deixou de ser o Cruzeiro e passou a ser o **Cruzado**, sendo convertida na proporção de mil por um (mil cruzeiros passaram a valer um cruzado). Os reajustes salariais seriam automáticos (gatilho salarial) sempre que a inflação atingisse 20%, e foi criado o seguro-desemprego. As mercadorias tiveram seus preços congelados, o que provocou uma verdadeira explosão de consumo e a falta de vários tipos de produtos. Após 8 meses, o plano fracassou, a economia voltou a ser indexada e a inflação acelerou-se de novo.

Quem mais foi beneficiado com o Plano Cruzado foi o partido do governo, o PMDB, que nas eleições de 1968 saiu vitorioso em 22 dos 23 governos estaduais, elegeu 260 deputados federais e conseguiu compor maioria no Congresso Nacional e em várias Assembleias Legislativas estaduais.

Em relação à dívida externa, o governo Sarney tomou uma medida de grande repercussão internacional, que foi a adoção da moratória, ou seja, a suspensão unilateral e por prazo indefinido dos pagamentos dos juros sobre a parte da dívida externa brasileira. Em 1988, cedendo a pressões externas e internas, o governo Sarney recuou e retomou o esquema tradicional de negociação e o ministro Funaro foi substituído.

Veio, então, o **Plano Bresser** e o **Plano Verão**, em que a moeda brasileira passou a se chamar **Cruzado Novo**, novamente sendo convertida na proporção de mil por um (um cruzado novo era igual a mil cruzados), mas estes planos também fracassaram no combate à inflação. Ao acabar o governo Sarney, a inflação chegava perto de **2% ao dia**. O resultado foi a vitória, em algumas grandes capitais, dos principais partidos de oposição, o PT e o PDT, nas eleições municipais de 1988.

A constituição de 1988

Fato importante do governo Sarney, foi à promulgação dia 5 de outubro de 1988, de uma **nova Constituição**, onde podemos destacar:

- O Presidente não pode mais baixar decretos-lei;
- Fica garantida aos índios a posse da terra que já ocupam tradicionalmente, e compete à União “demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”;
- As propriedades rurais que não estiverem cumprindo sua função social podem ser desapropriadas pelo governo, mediante indenização prévia, e as propriedades rurais produtivas não podem ser desapropriadas;
- O voto será facultativo dos 16 aos 18 anos, e obrigatório dos 18 aos 70;
- Afirma-se o direito de voto ao analfabeto;
- “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescindível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”;
- São assegurados ao trabalhador a liberdade sindical e a liberdade de greve, exceto para os que trabalham em serviços e atividades consideradas essenciais;
- Férias remuneradas acrescidas de 1/3 do salário;
- Os direitos trabalhistas aplicam-se tanto aos trabalhadores urbanos como aos rurais e se estendem esses direitos aos trabalhadores domésticos;
- A jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 44 horas semanais, e a hora extra será paga com



50% a mais do valor da hora normal.

Quando o governo Sarney acabou, o país estava num estado caótico e de descrença nos políticos em geral. “As greves diárias, a violência social, a corrupção, a impunidade dos especuladores e corruptos, os escândalos no mercado financeiro e na administração pública, o descaso dos políticos pelos problemas sociais, assassinatos em escala ascendente de sem terras e a impunidade dos assassinos ligados a alguns prepotentes latifundiários, a miséria e a indignação, a falta de segurança, o empobrecimento das classes médias e o distanciamento entre o Estado e a nação retratavam ‘um país carente de justiça social onde, a cada instante, a cidadania era, e ainda é, agredida’”. (Silva, Francisco de Assis. História do Brasil, S. Paulo: Moderna, 1992, pág. 327).

Em 1989, neste clima é que se realizaram as primeiras eleições diretas para presidente, após a última que fora em 1960. Um candidato desconhecido e de um partido sem expressão, o PRN, acabou ganhando a eleição após um fantástico “marketing” político e uso da mídia eletrônica: Fernando Collor de Melo, pertencente às oligarquias alagoanas, ex-prefeito “biônico” (indicado pelo governo) de Maceió e ex-governador de Alagoas pelo PDS. Collor disputou o segundo turno competindo com o candidato do PT, Luís Inácio da Silva, conhecido como Lula, um candidato originário do movimento operário e que já havia se destacado como deputado federal. Durante a campanha, a imprensa favoreceu Collor dedicando-lhe mais tempo nos noticiários e passando uma visão positiva.

Governo Collor (1990-1992)

O presidente Collor, primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de quase 30 anos, assumiu o poder com grande apoio e força política. O povo estava embevecido pela juventude do presidente que, conforme se divulgava, não era um político tradicional, com os vícios e comprometimentos que essa posição implicaria. Esperançosa, a população recusava-se a enxergar que Collor e seu grupo político sempre estiveram em cargos importantes na vida política nacional durante a ditadura militar, à qual haviam servido. Sua equipe ministerial incluía muitos integrantes da Frente Liberal que haviam prestado serviço ao regime militar e ao governo Sarney. Por pertencer a um partido minúsculo (PRN), sem sustentação política no congresso, o presidente teve que se apoiar nos mesmos políticos e partidos fisiológicos que haviam apoiado o governo Sarney.

Política Econômica

Nos meses finais do governo Sarney, o Brasil apresentava um quadro caótico, beirando a hiperinflação. No final de 1989 estimava-se que, descontada a inflação, o déficit público ultrapassaria em 20% o do ano anterior.

Logo após a posse do presidente Collor, em 15 de março de 1990, o país inteiro tomou conhecimento do **Plano de Estabilização Brasil Novo, ou Plano Collor**, como ficou conhecido pelo povo em geral. Para o ministério da economia fora escolhida a economista Zélia Cardoso de Mello, até então desconhecida.

Como o novo plano, a moeda trocava de nome novamente e voltaria a se chamar **Cruzeiro**, porém sem fazer conversão. Um cruzeiro era igual a um cruzado novo. Todos os cruzados novos que estivessem aplicados em qualquer investimento financeiro, inclusive nas cadernetas de poupança, ou depositados nas contas correntes, foram automaticamente retidos, e só seriam devolvidos em doze parcelas mensais, a partir de setembro de 1991. Quem tinha depósitos em contas correntes ou cadernetas de poupança podia sacar, no máximo, 50 mil cruzeiros ou 20% do valor total investido, prevalecendo o valor maior. De repente, pessoas que haviam vendido suas propriedades para comprar outras, que estavam economizando para realizar uma viagem, ou que economizavam para o caso de necessidade ou mesmo para pagar uma dívida, viram-se sem



dinheiro algum. Em sua absoluta maioria, os aplicadores que tiveram o dinheiro retido, não eram especuladores. Eram assalariados, aposentados e pequenos comerciantes que aplicavam no setor financeiro para se protegerem contra uma inflação que batia na casa dos 100% ao mês. Casos de tragédias individuais ganharam as manchetes depois que essas medidas foram editadas.

Foram tomadas outras medidas como, por exemplo, o congelamento de preços e salários, o aumento de impostos e criação de novos tributos, como o imposto sobre o ganho de capitais nas bolsas de valores. Esses impostos eram corrigidos diariamente para que o governo não perdesse receitas. Foram vendidos imóveis e veículos da União e de empresas estatais. Funcionários públicos tiveram salários reduzidos e foi diminuindo o número de ministérios. Porém, a maior diminuição nas despesas governamentais foi através do "calote" na dívida pública: o governo parou de pagar as dívidas aos fornecedores e aos investidores em títulos governamentais. Houve, também, um aumento de tarifas das empresas públicas para aumentar a receita dessas empresas. A maioria dos prejudicados com o plano aceitava o sacrifício, achando que era o preço a ser pago para acabar com a inflação no Brasil. Diante dessa situação, o Congresso Nacional acabou aprovando o plano. Na verdade, **nenhuma reforma profunda havia sido executada**. O déficit público até foi vencido em 1990, fato circunstancial resultante do adiamento da quitação das dívidas. Pouco tempo depois, o déficit público voltaria.

A política econômica do governo Collor é tida como **neoliberal**, uma vez que reduziu a interferência do Estado na economia, facilitou a importação de vários bens de consumo, acelerou o processo de privatização da economia e liberou preços. Collor liberou as importações e prometia reduzir os impostos de importação, para que nossas empresas, diante da concorrência dos importados, melhorassem em produtividade e competência. Ao mesmo tempo em que adotava princípios do Neoliberalismo para estimular o mercado e a livre concorrência, intervinha na economia, congelando os ativos financeiros, os preços e os salários.

Em março, os salários congelados não receberam a correção monetária, o que representou uma queda radical no poder de compra dos trabalhadores. No início do plano, com a retirada do dinheiro de circulação, as empresas diminuíram brutalmente a produção, demitiram funcionários, reduziram a jornada de trabalho e cortaram salários. O governo criou, então, mecanismos que permitiam às empresas sacarem seus cruzeiros retidos, o que provocou aumento na produção. Mesmo assim, 1990 terminou com uma queda de 4% do produto interno bruto, demonstrando que o país atravessara uma das mais graves recessões de sua história. O desemprego aumentara significativamente em todo o país.

Com a volta do crescimento da inflação, o governo abandonou a prefixação dos salários e preços. Também foram gradativamente liberados os preços dos produtos e se propôs à livre negociação dos salários entre patrões e empregados, mas vetou-se a indexação dos salários à taxa de inflação. O governo aplicava uma política fiscal e monetária, aumentando os impostos e fazendo restrições ao crédito. A ideia era de que a falta de dinheiro em circulação, com a consequente queda do poder de compra dos assalariados, derrubaria os preços, pela diminuição da procura dos produtos, forçando os empresários a reduzir o valor de suas mercadorias.

Como a inflação não cedeu, o Plano Collor sofreu retificações e foi lançado o **Plano Collor II**, um novo congelamento de preços e salários e a promessa de um chamado "emendão", preparado pela equipe econômica. A emenda propunha reformas que visavam modernizar a economia brasileira com medidas como: desestatização da economia com a privatização das empresas estatais, desregulamentação de uma série de atividades econômicas, abertura da economia para o exterior, com incentivos para atrair capitais estrangeiros, e a baixa das taxas de importação. Na verdade, o novo plano econômico pretendia apenas congelar os preços e salários para afastar o risco de hiperinflação.

Não conseguindo conter a inflação, o governo tenta deter o consumo, o que provocaria a queda dos preços. Para tal, o governo elevou os juros, o que provocou uma drástica queda na



produção e no consumo, aprofundando a recessão, aumentando o desemprego e a baixa dos salários. Para aumentar a receita e combater o déficit público, o governo aumentou os impostos, agravando os problemas já citados (recessão e desemprego). No final de 1991, mais de 2,5 milhões de pessoas haviam perdido o emprego e o salário mínimo que correspondia a 63 dólares baixaria para o equivalente a 40 dólares.

Com o aumento dos juros, aumentou o número de grandes empresas que pediram concordata, aumentaram as falências e, conseqüentemente, aumentou o número de favelados e de sem-teto. Aumentou a violência urbana, e a população das periferias passa a fazer justiça com suas próprias mãos, através de linchamentos. Segundo dados veiculados pela imprensa, no final de 1991 havia 20 milhões de menores abandonados no Brasil, dormindo nas ruas, sobrevivendo de esmolas e pequenos furtos, e consumindo drogas. O assassinato de “meninos de rua” se tornou comum, chegando a dois crimes por dia. Os assassinatos eram cometidos por “grupos de extermínio” formados por policiais, ex-policiais e criminosos, pagos por comerciantes, empresários ou moradores dos bairros.

Em fins de 1991, 10% da população detinha quase 50% da renda nacional. Enquanto a classe alta e a alta classe média ficavam mais ricas, a classe média e as camadas populares empobreceram significativamente, quase a metade da nossa população detinha apenas 7,9% da renda nacional.

O impeachment do presidente Collor

A inflação continuava aumentando e o consumo caindo. As denúncias de corrupção envolvendo o governo aumentaram. Surgem denúncias de financiamento ilegal da campanha eleitoral. A primeira dama, Rosane Collor, na chefia da Legião Brasileira de Assistência, também foi envolvida nos sucessivos escândalos do governo de seu marido. Foi acusada de usar dinheiro da LBA para favorecer redutos eleitorais de sua família e até para pagar a festa de aniversário de uma amiga. Segundo pesquisas do Jornal Folha de São Paulo, o governo Collor era rejeitado por mais de 60% da população.

Antevendo que seria condenado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o presidente Collor convocou uma grande manifestação verde-amarela em seu apoio para o dia 16 de agosto de 1992, tentando ganhar força através da mobilização das massas populares. Mas ocorreu o contrário: milhares de pessoas saíram às ruas usando roupas pretas, como luto pela fase vergonhosa que o país passava e pedindo o afastamento do presidente. A partir daquele dia, as manifestações contra o governo aumentaram rapidamente. Milhares de pessoas, sobretudo jovens estudantes, chamados “caras pintadas”, promoviam manifestações de rua, reavivando o movimento estudantil que não fazia manifestações tão fortes desde os primeiros anos da Ditadura Militar, e exigiam o afastamento do presidente.

Sob toda essa pressão popular, em 29 de setembro de 1992, a câmara dos deputados aprovou a abertura do processo de impeachment no Senado. Collor renunciou à presidência e teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. No dia 29 de janeiro de 1993, o vice-presidente Itamar Franco, que vinha governando na condição de interino, foi oficialmente empossado na Presidência da República.

Governo Itamar Franco (1992-1994)

O governo Itamar, sucessor de Fernando Collor, durou do final de 1992, quando assumiu interinamente, até janeiro de 1995. herdou um país traumatizado e estupefato em função do governo do seu antecessor. Porém, foi ele quem lançou o mais bem-sucedido dos planos econômicos até então elaborados, e garantiu a eleição de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, que foi seu ministro da economia.

Uma atitude do presidente Itamar Franco que teve repercussão foi um pedido que fez a Volkswagen, no que foi atendido, para que a indústria voltasse a produzir o velho Fusca, que já



havia saído de fabricação por ter se tornado obsoleto e dispendioso. Apesar do retorno do Fusca não ter dado muito certo, a iniciativa de Itamar lançou as bases de uma nova geração de carros ditos “populares”, a preços mais acessíveis.

Algumas realizações do governo Itamar Franco:

- Criação do CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar;
- Lançamento do primeiro submarino no Brasil, o “Tamoio”;
- Participação de forças brasileiras na condecoração de missões de paz com a ONU em El Salvador, Moçambique, Honduras, Angola e na ex-Iugoslávia;
- Regulamentação da lei de informática, permitindo que empresas brasileiras produtoras de bens de informática, automação e telecomunicações tivessem redução nos impostos, incentivando aumento da produção de bens de informática para o consumo no mercado brasileiro;
- Lançamento do primeiro satélite brasileiro, desenvolvido pelo instituto de pesquisas espaciais, que permitiria a retransmissão de dados emitidos por 250 plataformas fixas para a medição de parâmetros climáticos ambientais;
- Contribuindo para a consolidação do Mercosul, a Petrobrás transformou a Argentina no segundo maior fornecedor de petróleo importado pelo Brasil.

O Plano Real

O maior desafio do governo Itamar Franco era **controlar a inflação**, que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994, e retomar o crescimento econômico com estabilidade. O Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, assumiu a tarefa de conduzir o **Plano Real**, que havia sido lançado. Este foi o primeiro plano a conseguir conter a inflação, mas ainda não garantia a retomada do crescimento econômico.

Em 24 de fevereiro de 1994, foi dado o primeiro passo para o lançamento do novo plano: a criação da “Unidade Real de Valor”, a URV, um indexador para preços e salários, cujo índice evoluiria de acordo com o mercado, até que pudesse ser fixado, se transformando, então, na nova moeda, que se chamaria **Real**. Não houve congelamento de preços e salários, nem o confisco de investimentos ou contas correntes.

Em 1º de julho de 1994 começou a circular a nova moeda com seu valor unitário valendo um pouco mais que o dólar. Fernando Henrique a estas alturas já era candidato à presidente da república. Com a inflação controlada, o governo gozava de muita popularidade, e Fernando Henrique (PSDB) venceu a eleição no primeiro turno. O segundo colocado foi novamente Lula (PT), que se consolidava como principal candidato de oposição ao governo.

Governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República com uma confortável maioria no Congresso Nacional. Anunciou como um dos principais objetivos de seu governo o combate à **hiperinflação**, que em 1994 chegara a 916,45%. Administrando o **Plano Real**, a inflação caiu, já em 1995, para 22,4% ao ano; e para 9,6 % ao ano em 1996.

Ainda na área econômica, o governo Fernando Henrique promoveu a **abertura comercial** do país, incentivando o fluxo de exportações e importações, o que fez a sociedade brasileira sentir o impacto do processo de **globalização**. Além disso, empenhou-se em **privatizar empresas estatais**, principalmente nos setores de telecomunicações, energia elétrica, siderurgia, mineração e petroquímica. Com as privatizações, o Estado brasileiro reduziu seu papel como produtor de bens e serviços, e reduziu a interferência do Estado na economia (Estado mínimo). O programa de privatizações foi duramente criticado por diversos setores da sociedade ligados a partidos como, por exemplo, PT, PDT, PSB, especialmente quando foram vendidas empresas lucrativas como a Companhia Vale do Rio Doce e as empresas do sistema Telebrás.

Um dos acontecimentos mais importantes da administração pública foi a aprovação da lei de



Responsabilidade Fiscal, em 2000, que estabelece um novo código de conduta para administradores públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Tendo como objetivo controlar e equilibrar a arrecadação e os gastos públicos, foram fixados limites para despesas com pessoal e para a dívida pública.

Em 1997 foi aprovada uma emenda à Constituição Federal permitindo a **reeleição** para presidente da república, governadores de estado e prefeitos. Houve denúncias de que a aprovação da emenda foi obtida através da compra de votos, onde dezenas de deputados teriam vendido seus votos a favor da reeleição. O PT e outros partidos de oposição tentaram iniciar uma CPI para investigar as denúncias, mas o governo, com apoio do PMDB (que tinha a maior bancada) conseguiu barrar a formação da comissão. Dois deputados que haviam sido gravados confessando a compra de votos renunciaram aos seus mandatos, e outros três foram absolvidos pela Comissão de Constituição e Justiça. O caso foi abafado e a Polícia Federal limitou sua investigação a interrogar os repórteres que haviam feito a reportagem da denúncia. A aprovação da emenda da reeleição era importante para o governo, pois muitos acreditavam que, se Fernando Henrique não pudesse concorrer, nenhum outro candidato do governo teria chance de vencer o principal candidato da oposição, Luís Inácio da Silva (Lula).

Fernando Henrique (PSDB) disputou nova eleição presidencial em 1998, tendo como principais adversários Lula(PT) e Ciro Gomes (PPS). Contando como triunfo de seu governo a queda da inflação, que trouxe estabilidade à economia, Fernando Henrique venceu as eleições no primeiro turno e tornou-se o primeiro presidente brasileiro eleito em dois mandatos consecutivos. O segundo candidato foi novamente Lula, que alcançou quase 32% dos votos.

Durante o segundo mandato, o governo Fernando Henrique enfrentou uma série de dificuldades. Em 2001, por exemplo, a sociedade atravessou grave crise de fornecimento de energia elétrica. Para evitar o risco de falta de energia, o chamado **apagão**, o governo impôs à população uma redução no consumo de energia elétrica. A inflação voltou a subir, e muitas empresas, reduzindo seus investimentos, passaram a demitir funcionários, o que contribuiu para aumentar o desemprego no país.

Governo Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010)

O descontentamento com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no último ano de seu mandato, traduziu-se em um desejo de mudanças, o que impulsionou a candidatura de Luís Inácio da Silva, conhecido como Lula, à presidência da república. Lula já havia concorrido para o cargo de Presidente por três vezes, sem obter vitória. Na primeira concorrendo contra Fernando Collor e nas duas seguintes contra Fernando Henrique Cardoso. Embora tenha sido derrotado nas três tentativas, ele foi sempre o segundo colocado, consolidando-se como principal líder político de oposição e o político de esquerda com mais chances de conquistar a vitória numa eleição.

Nas três tentativas anteriores, Lula não conseguiu vencer a resistência de uma parcela conservadora do eleitorado que, entre outros motivos, o considerava um líder de esquerda perigoso para a ordem estabelecida e despreparado para o cargo, pelo fato de ser oriundo da classe trabalhadora e ter sido um líder sindical de destaque nas greves que desafiaram a ditadura militar.

No processo eleitoral de 2002, entretanto, Lula foi superando as rejeições tradicionais à sua candidatura. Com habilidade, mostrou-se um político maduro e equilibrado, capaz de negociar saídas para a crise que os governos anteriores não conseguiram resolver. O PT concorreu em uma coligação que incluía tanto os dois partidos comunistas, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), quanto partidos que não eram da esquerda, o Partido Liberal (PL) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). O vice-presidente da chapa era o mineiro José Alencar (PL), um grande empresário do ramo têxtil, o que ajudou a conquistar o apoio do empresariado. Lula venceu em segundo turno o seu oponente, o candidato governista José



Serra(PSDB), e se tornou o primeiro Presidente da República oriundo da classe trabalhadora. Em 2006 Lula concorreu à reeleição, novamente tendo José Alencar como vice, e derrotou novamente no segundo turno um opositor do PSDB, desta vez Geraldo Alckmin.

Na economia, o governo Lula manteve uma política de combate à inflação, manutenção de taxas de juros altas, estímulo às exportações, e equilíbrio fiscal, lidando com uma imensa dívida externa e interna deixada pelos governos anteriores. Além disso, impôs uma alta taxa de impostos.

Na área social, o programa **Fome Zero** reunia diversos projetos que tinham o objetivo de reduzir a miséria. O **Bolsa Família** foi criado reunindo e expandindo programas sociais anteriores, de modo a garantir às famílias de baixa renda uma renda mínima por mês, que estava vinculada à permanência dos filhos na escola e acompanhamento das crianças em programas de saúde.

O governo manteve uma política de valorização do salário mínimo, que passou a incluir no seu cálculo não apenas a inflação, mas também o crescimento do PIB, o que garantia que, à medida em que a economia do país crescesse, isso valorizaria ainda mais o salário mínimo, garantindo aumentos acima da inflação. Na prática, seria uma forma de redistribuir uma pequena parte da riqueza produzida socialmente no país, e o índice de correção do salário mínimo deixava de ser controlado exclusivamente pelo governo.

Também foram tomadas iniciativas que garantiram o crescimento do número de empregos com carteira assinada, reduzindo o número de trabalhadores na informalidade. Uma parcela maior da população passou a ter garantias e direitos trabalhistas assegurados, como férias, aposentadoria, seguro-desemprego, assistência, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e se ampliava o número de contribuintes para o sistema de previdência social.

Depois de um 2003 de estagnação econômica, em 2004 o PIB brasileiro cresceu 5,2%. Um dos suportes desse crescimento foi o bom desempenho das exportações. Nos anos seguintes a desigualdade socioeconômica chegou ao seu nível mais baixo das três décadas anteriores, a inflação permaneceu abaixo de 10%, o crescimento econômico acima de 4%, e o saldo comercial superando 1% do PIB. Uma situação positiva da economia que não se repetia desde a década de 1950.

Apesar do alto apoio popular que o presidente Lula detinha, a capacidade de governar conciliando os diferentes interesses das bancadas de outros partidos foi obtida através de uma estratégia de alianças políticas e de concessões que garantiram apoio no Congresso para as políticas implementadas pelo governo. Antes do final do primeiro mandato, o deputado federal Roberto Jefferson (PTB) denunciou à imprensa um esquema de “compra de votos” de deputados, com dinheiro obtido a partir de grandes empresas públicas e privadas, por meio de contratos com o governo, e depois desviado e distribuído entre os deputados para garantir seu apoio ao governo. O esquema ficou conhecido como “**mensalão**”, e o processo culminou com o indiciamento e a condenação de diversos políticos de diferentes partidos. Embora o esquema já existisse pelo menos desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, e não tenha sido comprovado envolvimento do presidente, a oposição utilizou o escândalo como arma para enfraquecer a popularidade de Lula na eleição. Apesar disso, Lula manteve uma grande popularidade e se reelegeu.

Em 2008 uma grande crise internacional afetou drasticamente a maior parte dos países durante vários anos. Apesar de ter uma queda no crescimento do PIB (que foi negativo em 2009) o Brasil atravessou a crise mantendo seu crescimento, assim como a China e a Índia. Estes países passaram a ser vistos como atraentes para investimentos, o que ajudou a retomar o crescimento do PIB brasileiro, que em 2010 foi de 7,5%, a maior taxa anual desde 1986.

Lula consolidou a posição de liderança do Brasil na América do Sul, e fez a diplomacia brasileira ganhar destaque internacional. Ao mesmo tempo, estreitou as relações comerciais com países de economia emergente, como Índia, África do Sul, China e alguns países árabes. No plano da política internacional, foram importantes as vitórias obtidas pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC).



Entre as características gerais dos dois mandatos de Lula destacam-se:

- transferência de renda para a parte mais pobre da população;
- valorização constante do salário mínimo, sempre com aumentos acima da inflação, que levavam em conta o crescimento do PIB;
- manutenção de condições favoráveis ao mercado de trabalho, e redução do trabalho informal com relação ao número de contratos com carteira assinada;
- expansão da oferta de crédito para a população.

Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Ao final do governo Lula, o clima era de otimismo, de forma que sua sucessora, a candidata Dilma Rousseff (PT), elegeu-se, derrotando o candidato do José Serra (PSDB).

As manifestações de 2013

O ano de 2013 foi marcado por grandes manifestações de rua que deram início a um processo de fortalecimento da oposição. Inicialmente o motivo das manifestações era o protesto contra o aumento das tarifas de ônibus, que iniciou em Porto Alegre e em seguida se espalhou por outras capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Natal. Estes atos eram organizados por grupos como o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público (Porto Alegre) e o Movimento Passe Livre (São Paulo), e conseguiu fazer com que o aumento das tarifas fosse revertido em cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, João Pessoa, Recife, Cuiabá e Aracaju.

Apesar disso, os movimentos continuaram crescendo e passaram a agregar diferentes grupos, com outras pautas. Surgiam críticas aos gastos com a organização da Copa do Mundo de Futebol (que ocorreria no Brasil em 2014), à precariedade da saúde e educação públicas, à falta de moradia popular, à violência policial, e contra a corrupção. Embora inicialmente os protestos fossem organizados por movimentos de esquerda, após algum tempo grupos políticos de direita passaram a se destacar atacando o governo do PT e até mesmo reivindicando o retorno da ditadura militar.

A crise do governo Dilma

Na eleição de 2014, Dilma ainda mantinha sua popularidade alta e foi reeleita, derrotando outro candidato do PSDB, Aécio Neves. Aécio não aceitou a derrota e seu partido exigiu recontagem de votos. Já no início de 2015, o candidato derrotado reassumiu seu mandato de senador e discursou no Senado afirmando sua disposição de fazer todo o possível para impedir que Dilma conseguisse governar, conclamando os partidos de oposição a lutarem contra o governo até derrubarem a presidente. A partir desse momento os partidos de oposição conseguiram inviabilizar grande parte das políticas públicas que o governo procurava executar. Em 2015 e 2016 a oposição ganhou força, e o PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer e de diversos ministros, traiu o governo e se aliou à oposição, que passou a defender o afastamento de Dilma da presidência.

Na economia, teve início um período de recessão. A inflação começou a crescer, as taxas de juros foram elevadas, e os investimentos no setor privado diminuíram, e o governo foi obrigado a administrar o déficit cortando gastos em investimentos.

Ao mesmo tempo, aumentava o desgaste político com uma investigação de denúncias de corrupção de uma das maiores e mais fortes estatais brasileiras, a Petrobrás, na operação que ficou conhecida como “Lava Jato”.

O impeachment

O processo de impeachment foi iniciado na Câmara dos Deputados em 2 de dezembro de 2015 e em 31 de agosto de 2016, com a votação que considerou o impeachment admissível, foi encaminhado para o Senado, onde foi aprovada a cassação do mandato de Dilma, mas não a sua



inelegibilidade, de modo que ela foi destituída do cargo, mas manteve o direito de voltar a ocupar cargos públicos, eletivos ou não.

Dilma não havia sido acusada de nenhum crime doloso, as acusações se referiam ao uso de créditos suplementares sem autorização do legislativo, e de “**pedaladas fiscais**”. As “pedaladas fiscais” eram operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional em que o governo atrasava o repasse de verbas de programas sociais a bancos públicos, mantendo assim um saldo maior nas contas do governo. Os bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) repassavam seu próprio capital aos programas sociais e recebiam a verba do governo posteriormente. Embora estas práticas fossem utilizadas regularmente por todos os governos anteriores, nunca haviam sido consideradas criminosas. Logo após o afastamento de Dilma da presidência e a posse de Michel Temer, o Congresso alterou a legislação para que a “pedalada fiscal” não voltasse mais a ser considerada um crime, de modo que a prática voltou a ser utilizada pelos presidentes Temer e Bolsonaro.

Apesar de o processo de impeachment oficialmente se referir apenas às questões fiscais, os argumentos utilizados por deputados federais e senadores nas votações deixaram claro que as suas motivações foram basicamente ideológicas e partidárias, nada tendo a ver com o processo. Isso, somado à forte oposição que o legislativo vinha fazendo para inviabilizar o funcionamento do governo, e à rapidez com que logo em seguida a prática das “pedaladas” deixou de ser crime, permitiram uma interpretação, defendida por grande parte dos líderes políticos e embasada no parecer de diversos juristas, de que o processo de impeachment foi na verdade um golpe para destituir do cargo uma governante legitimamente eleita.

Avanços nos direitos sociais durante a Nova República

As comunidades quilombolas

A Constituição de 1988 determina que o Estado tem o dever de emitir títulos de posse da terra para os **remanescentes das comunidades de quilombos**, mas isso só começou a ser posto em prática mais de uma década depois. Esta demora é resultado da oposição de grande parte do Congresso Nacional, além de forças políticas estaduais e municipais, que defendem os interesses dos grandes proprietários de terras, e ao excesso de burocracia e pouca estrutura dos órgãos responsáveis. Apenas em 2003, no primeiro mandato de Lula, o governo estabeleceu as regras necessárias para que a Constituição fosse cumprida. Até 2015, 163 territórios quilombolas estavam documentados, beneficiando cerca de 15 mil famílias moradoras destes locais. Uma parcela ainda pequena das mais de 200 mil famílias quilombolas existentes no país.

As ações afirmativas

Em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o **Programa Nacional de Ações Afirmativas**, estabelecendo cotas para afrodescendentes e para mulheres como critério para a contratação de servidores públicos federais e para trabalhadores de empresas privadas que fossem contratadas pelo governo.

No governo Lula foram tomadas medidas para reduzir o desequilíbrio entre jovens negros e brancos no ensino superior. O governo federal e, também, gradualmente os governos estaduais, passaram a incentivar a adoção de programas de cotas para estudantes pobres e afrodescendentes pelas universidades públicas federais e estaduais. Ao mesmo tempo, o governo federal criava bolsas para ajudar a garantir a permanência destes jovens na universidade. Houve resistência de grupos de oposição que se opunham a estas medidas, mas em 2012 o Supremo Tribunal Federal declarou que estas medidas são constitucionais.

Também em 2012, no governo Dilma, foi sancionada lei instituindo reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos de escolas públicas, sendo uma parte destas vagas distribuída entre estudantes afrodescendentes e indígenas, de acordo com a proporção destes grupos na população daquele estado.



Os direitos dos povos indígenas

Durante a ditadura militar o governo incentivou ou foi omissivo diante da invasão de terras indígenas e derrubada de florestas para extração de madeira, criação de gado, expansão da agricultura e mineração, o que facilitou o quase extermínio da população indígena em algumas regiões. Pela legislação da época, o indígena era considerado incapaz, tendo que ser tutelado. Após a ditadura, a Constituição de 1988 contemplou a questão indígena, reconheceu a organização social e os costumes, culturas, tradições e línguas dos povos indígenas, além do seu direito sobre as terras que ocupam. Esta mudança foi resultado de uma forte mobilização dos indígenas, conquistando apoio de inúmeras organizações e entidades nacionais e internacionais, representando cientistas, ambientalistas, antropólogos, políticos etc.

Na Nova República, os maiores conflitos enfrentados pelos indígenas foram provocados pela execução de grandes projetos em áreas indígenas, sendo um dos maiores a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Através da pressão dos povos indígenas que seriam afetados e de muitas organizações nacionais e internacionais, o projeto foi alterado, sendo a área afetada pela obra reduzida de 12.000 m² para 4.000 m². Conflitos surgiram também nas construções de outras usinas.

Recentemente as maiores ameaças à sobrevivência dos povos indígenas vem do agronegócio, onde latifundiários invadem territórios indígenas derrubando a floresta, e da mineração ilegal.

O ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena

Em 2003, no governo Lula, a lei passou a obrigar que os currículos escolares da educação básica contemplassem conteúdos sobre a história da África e a cultura afro-brasileira, para permitir que as novas gerações tivessem conhecimento da diversidade étnica e cultural e dos diferentes processos históricos por que a África passou, além da trajetória vivida pelos africanos e afrodescendentes no território brasileiro. Mais tarde a lei passou a incluir também o ensino da história e cultura indígena.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA SUGERIDA

- AQUINO, Rubim Santos. **História das Sociedades**. Salvador: Livro Técnico, 1988.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PELETTI, Nelson. **Toda a História - História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo; Saraiva, 1993. v. 1 e 2.
- _____. **História e consciência do mundo**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- _____. **História e Reflexão**. São Paulo: Saraiva, 1995. v. 1 a 4.
- _____. **História Global - Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva.
- _____. **História Global, Brasil e Geral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FLORES, Moacir. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUC, 1996.
- GISLANE, Seriacopi; REINALDO, Seriacopi. **História**. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- KUBISTSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília?** Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
- LOPEZ, Luís Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. **História do Brasil Imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. **História do Século XX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho**. Brasiliense - São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História).
- MARCONDES, Danilo. JAPIASSU, Hilton. **Dicionário de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MARQUES, Adhemar Martins; BERUTI, Flávio Costa & FARIA; Ricardo de Moura. **História: os caminhos do homem**. Minas Gerais: Editora Lê, 1995. v. 1 a 4.
- _____. **Construindo a História**. Minas Gerais: Editora Lê, 1995.
- MARQUES, Adhemar. **Pelos caminhos da história**. Curitiba: Positivo, 2005. (Coleção pelos caminhos da história). v. 3.
- MELLO, Leonel Itassu & COSTA, Luis César Armad. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1999.
- NOVAES, Carlos Eduardo & LOBO, César - História do Brasil para principiantes - Ed. Ática - São Paulo - 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatah. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil- Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense.
- SCHUNG, Voltaire. **EUA América Latina: Etapas de Dominação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil** S. Paulo: Moderna, 1992.
- SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Werneck Nelson. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. **Olhares da História: Brasil e Mundo v. 2**. São Paulo: Scipione, 2016.
- VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. **Olhares da História: Brasil e Mundo v. 3**. São Paulo: Scipione, 2016.